

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**EMERSON RIGONI**

**PARTIDOS POLÍTICOS E GRUPOS DE PODER EM IRATI/PR:  
Uma análise do poder local no período de 1988 a 2008**



**PONTA GROSSA**

**2011**

**EMERSON RIGONI**

**PARTIDOS POLÍTICOS E GRUPOS DE PODER EM IRATI/PR:  
Uma análise do poder local no período de 1988 a 2008.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia da Silva.

**PONTA GROSSA**

**2011**

Rigoni, Emerson

Partidos políticos e grupos de poder em Irati /Pr: uma análise do poder local no período de 1988 a 2008 / Emerson Rigoni. Ponta Grossa, 2011.  
132f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia da Silva.

1. Poder político – Irati - PR. 2. Território. 3. Política. 4. Poder local.  
I. Silva, Márcia da. II.T.

CDD: 320.12

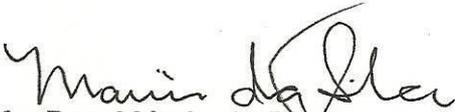
## TERMO DE APROVAÇÃO

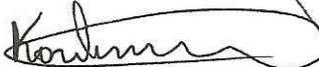
EMERSON RIGONI

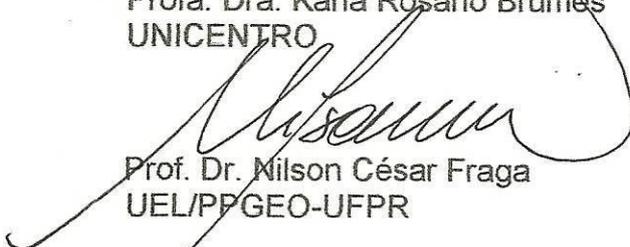
### PARTIDOS POLÍTICOS E GRUPOS DE PODER EM IRATI/PR: UMA ANÁLISE DO PODER LOCAL NO PERÍODO DE 1988 A 2008.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

  
Prof.ª Dra. Márcia da Silva  
UNICENTRO

  
Prof.ª Dra. Karla Rosário Brunes  
UNICENTRO

  
Prof. Dr. Nilson César Fraga  
UEL/PPGEO-UFPR

Ponta Grossa, 30 de Junho de 2011

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conduzir nesta caminhada em busca do conhecimento e por manter a serenidade e humildade em todos os momentos.

A minha mãe pelo apoio e incentivo nos momentos angustiantes.

Aos colegas professores do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste *campus* Irati pelo apoio nas horas difíceis.

À professora Dr<sup>a</sup>. Márcia da Silva, pela confiança que depositou em meu trabalho.

Aos professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa que socializaram seu conhecimento e muito nos serviu tanto na Pós-Graduação quanto na vida profissional.

Aos senhores Alfredo Van Der Neut, Luiz Rodrigo de Almeida Hilgemberg, Antonio Toti Colaço Vaz, Idemar Beki, Trajano Gracia, Orlando Agulham Junior e Marcos Antonio Gemieski que contribuíram com informações valiosas para a pesquisa.

Aos jornais Folha de Irati e Hoje Centro-Sul.

À professora Andreza Rocha de Freitas pelo apoio técnico na pesquisa.

À professora Andréia Kruk Menon pelo tempo dispensado nas correções textuais.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão dessa dissertação.

Meu eterno agradecimento.

**À Rosana Ales**

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as relações de poder político em Irati-PR a partir da identificação de grupos político-partidários e dos conflitos e alianças existentes entre os mesmos. O recorte temporal contempla o período de 1988 a 2008, e as eleições municipais, marcos de efervescência nas relações de poder local. A construção histórica da política local serviu de fio condutor para esse estudo, pois a mesma apresentou as ações dos diversos atores locais na busca pelo poder. A história política local apresentou momentos peculiares em seu desenvolvimento onde o que mais se destacou foram os instantes de mudanças pelo qual o poder político passou, sendo alternado entre os diferentes grupos. O período de 1988 a 2004 apresentou uma disputa acirrada em torno de dois grupos locais, os “Pés vermelhos” e os “Mãos Brancas” tendo, em determinados momentos, uma terceira força, expressa no Partido dos Trabalhadores. No pleito de 2004, uma fragmentação ocorrida nos dois principais grupos proporcionou o aparecimento de uma quarta força, composta por dissidentes das duas principais coligações da cidade. Em 2008, outra mudança significativa findou a dicotomia existente entre os principais grupos proporcionando o aniquilamento na disputa entre os “Pés Vermelhos” e os “Mãos Brancas”. Considerando esse contexto, o trabalho foi construído procurando apresentar inicialmente alguns conceitos norteadores sobre a política, o Estado e o poder local seguidos de uma breve descrição histórica da cidade de Irati e da política local. Na sequência, o trabalho apresenta as relações entre os grupos locais, evidenciando suas alianças e conflitos. A conclusão desse estudo demonstra que a política iratiense não se apresenta como única e exclusiva no cenário político e se assemelha, em muitos aspectos, com os municípios que compõe o “Paraná Tradicional”, entretanto o que a diferencia dos demais são as especificidades locais.

**Palavras chave:** Poder Local, Política, Território.

## **ABSTRACT**

This study aimed to demonstrate and analyze the relations of political power in Irati-PR from the identification of partidary political groups, conflicts and alliances between them. The time frame is limited to the years 1988 to 2008 and the periods of municipal elections, limits of exaltation in the relations of local power. The historical construction of local politics became the conducting wire for this study because it represented the actions of multiple local actors in the seek for power. The local politics history presented unique moments in its development where what stood out most were the moments of change by which the local political power passed, being switched between the different groups. The period from 1988 to 2004 showed a close race around two local groups, the "Red Feet" and "White Hands" having, at times, a third force, expressed in the "Partido dos Trabalhadores". In the elections of 2004, an amendment of the main groups gave the appearance of a fourth force, composed of two main dissident coalitions of the city. In 2008, another significant change ended the dichotomy between the main groups providing the annihilation in the dispute between the "Red Feet" and "White Hands". Given this context, the work was built looking initially to present some guiding concepts about the politics, the state and local government followed by a brief description of the historical city of Irati and local politics. Further, the research presents the relations between local groups, showing their alliances and conflicts. The conclusion of this study demonstrates that the politics in Irati does not present itself as the sole and exclusive in the political setting and resembles, in many respects, with the municipalities that make up "Paraná Tradicional", however what distinguishes it from others are the local specificities.

**Keywords:** Local Power, Politics, Territory.

“O valor de um homem, tal como o de todas as coisas, é seu preço, isto é, tanto quanto seria dado pelo uso de seu poder. Portanto não absoluto, mas algo que depende da necessidade e julgamento de outrem”.

(HOBBS, 2003, p. 71)

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Irati: Prefeitos no período de 1907 a 1930.....	55
Quadro 2. Irati: Mandatários no período de 1930 a 1938.....	56
Quadro 3. Irati: Período de governo de 1938 a 1947.....	57
Quadro 4. Irati: Período de governo de 1947 a 1982.....	57
Quadro 5. Irati: Eleições municipais no ano de 1982.....	59
Quadro 6. Irati: Eleições municipais no ano de 1988.....	63
Quadro 7. Irati: Eleições municipais no ano de 1992.....	69
Quadro 8. Irati: Primeira eleição municipal no ano de 1996.....	73
Quadro 9. Irati: Segunda eleição no ano de 1996.....	74
Quadro 10. Irati: Eleições municipais no ano de 2000.....	79
Quadro 11. Irati: Eleições municipais no ano de 2004.....	83
Quadro 12. Irati: Eleições municipais no ano de 2008.....	86

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Figura 1 – Irati, limites territoriais.....	<b>54</b>
Figura 2. Irati: Atores a frete do poder local de 1947 a 1982.....	<b>92</b>
Figura 3. Irati: Esquema interpretativo dos grupos de poder e sua participação nas eleições (1988 a 2000) .....	<b>100</b>
Figura 4. Irati: Esquema interpretativo dos grupos de poder e sua participação nas eleições (2004 e 2008).....	<b>104</b>
Figura 5. Fragmentação nos grupos tradicionais em 2004.....	<b>112</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Irati: Eleição de 1988.....	101
Gráfico 2. Irati: Eleição de 1992 .....	101
Gráfico 3. Irati: 1ª Eleição de 1996.....	102
Gráfico 4. Irati: 2ª Eleição de 1996 .....	102
Gráfico 5. Irati: Eleição de 2000 .....	103
Gráfico 6. Irati: Totalidade 1988 a 2000 .....	103
Gráfico 7. Irati: Eleição de 2004.....	105
Gráfico 8. Irati: Eleição de 2008 .....	105

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização da área de estudo.....	54
--	----

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>VII</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>VIII</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>IX</b>
<b>LISTA DE MAPAS.....</b>	<b>X</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1. A GEOGRAFIA POLÍTICA: O TERRITÓRIO, A POLÍTICA, O ESTADO E O PODER.....</b>	<b>18</b>
1.1. O estudo da política na Geografia e a relação com o território .....	19
1.2. O Estado: considerações e historicidade.....	27
1.3. O debate sobre poder e poder local e o poder político local .....	37
<b>CAPÍTULO 2 - O CONTEXTO HISTÓRICO POLÍTICO DO MUNICÍPIO DE IRATI .....</b>	<b>47</b>
2.1. A consolidação de Irati enquanto município.....	48
2.2. Os atores e as diferentes composições do poder político local no período de 1907 a 1982.....	55
2.3. Os atores e os grupos políticos no período de 1982 a 2008 .....	58
2.3.1. Eleição de 1982: um marco histórico na política local.....	58
2.3.2. Eleição de 1988: o continuísmo dos “pés vermelhos” .....	63
2.3.3. Eleição de 1992: a virada “mão branca” .....	64
2.3.4. Eleição de 1996: duas campanhas e uma cidade dividida.....	71
2.3.5. Eleição de 2000: a volta dos “pés vermelhos” ao poder .....	75
2.3.6. Eleição de 2004: uma nova composição nos grupos políticos – união e fragmentação .....	80
2.3.7. Eleição de 2008: um novo grupo e a opção democrática.....	84
<b>CAPÍTULO 3. O PODER LOCAL EM IRATI: TRADIÇÃO E RENOVAÇÃO OU RENOVAÇÃO NA TRADIÇÃO? .....</b>	<b>88</b>
3.1. Os grupos políticos locais no período 1988 a 2008. ....	92
3.2. União e fragmentação: os conflitos e alianças.....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>

## **INTRODUÇÃO**

A política permeia a vida do homem de forma bastante ampla. Henriques (2007), ao abordar a obra “Política” de Aristóteles, enfatizou que o homem é um animal político e a mesma está presente em todos os momentos da vida humana afinal o homem vive em família, se relaciona com os demais, depende de uma organização hierarquizada para a gestão da coletividade e para a organização territorial.

De acordo com Bobbio (2008), a linguagem política é ambígua. Uma grande parte dos termos usados no discurso político possui ampla aplicabilidade. Esta variedade volta-se tanto para o fato de muitos termos terem passado por longa série de mutações, como por não ter ainda a constituição de uma ciência que tenha conseguido determinar e impor, de modo globalmente aceito, o significado dos termos políticos habitualmente mais utilizados.

O Estado se coloca como responsável pela gestão do território e é nessa instância que ações e providências são tomadas, pois é onde atuam os atores escolhidos pelo povo num processo “teoricamente” democrático para que sejam os detentores do poder, objetivando determinar e regular o coletivo. Em síntese, o Estado é a organização oriunda das transformações das instituições políticas.

A noção da política enquanto “ciência do Estado” abriga duas visões diferentes de Estado: a do Estado-Nação, que institui a sociedade; e a do Estado-Governo, que designa os governantes, ou seja, os chefes desta sociedade.

O Estado pode ser entendido como a constituição de um aglomerado humano em um território onde se exerce o poder político, cuja finalidade é proporcionar a segurança, a justiça e o bem estar econômico e social e em tem por funções a criação e a execução das leis, ou seja:

[...] como agente distinto, superior, tutor e independente da sociedade, ora como guardião das regras do jogo ou árbitro acima dos conflitos, [o Estado é] responsável pela manutenção da ordem, da segurança, do bem estar comum, da justiça social e do consenso geral. Qual a concepção que se tem da visão negativa do Estado? A concepção que se tem da visão negativa do Estado é de ele ser um poder político repressivo e autoritário inserido numa sociedade dividida em relações sociais conflitivas, impondo-se como instrumento que reflete determinado modo de produção econômica materializando as

pretensões particulares de uma classe dominante exploradora (GAMA, 2007, p.1).

Segundo Moreira Neto (1987, p. XV), “o poder é conatural ao homem; está latente nas diferenças biológicas, psicológicas e sociológicas e se revela quando a vontade o ativa”. O mesmo autor complementa esta ideia ao afirmar que:

O homem tem consciência de suas necessidades, vitais ou derivadas, reais ou imaginárias, e as projeta como interesses; para satisfazê-los, emprega sua capacidade de ação impulsionada por sua vontade de ação – emprega o poder de que dispõe.

O poder possui amplas possibilidades de estudos, que se apresentam em diferentes escalas. Segundo Raffestin (1993), o poder não existe por si só, está presente nas relações, não se definindo apenas pelos seus meios, mas nas relações no interior da qual ele surgiu e é considerado como a manifestação mais importante da vida social.

Se o entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem, em sociedade:

O Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até a capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem (BOBBIO, 2008, p. 933).

O estudo da política realizado pela Geografia advém pela amplitude temática pertinente a esta ciência que, entre os vários temas, tem debatido sobre as relações entre a política e o território. Esse fato ocorre em razão da Geografia, enquanto ciência e disciplina acadêmica, ter se colocado diante da tarefa de compreender a produção, a organização e a diferenciação do espaço e, conseqüentemente, das relações de poder que permitem ou não determinadas imersões no mesmo.

O período proposto para este trabalho contempla as diversas composições políticas pelas quais o município de Irati - PR passou entre 1988 e 2008. Esse período foi escolhido devido às mudanças que ocorreram a nível político em todas as escalas. Castro (2009, p. 16) afirma que “nas últimas

décadas do século XX, fenômenos importantes e aparentemente contraditórios continuam colocando o fato político em destaque na agenda da Geografia”. Levando em consideração que o poder é inerente ao processo político, a relevância do tema na Geografia é justificada.

Castro (2009, p. 96) afirma ainda que “o poder que emerge dos interesses e conflitos no território tornou-se uma noção central em Geografia política e tem ajudado a compreender melhor os processos que presidem a organização do espaço”. Define-se, então, que para estudos políticos vinculados à Geografia faz-se importante sua relação com o poder e deste com o espaço ou território.

Assim sendo, a presente pesquisa objetiva analisar e compreender as relações de poder político em Irati-PR a partir da identificação de grupos político-partidários e dos conflitos e alianças existentes entre os mesmos.

Para melhor compreender essa inquietação, foi necessário entender a influência dos grupos políticos para a formação político-partidária do município em questão, compreender os grupos políticos e os partidos junto às coligações aos quais fizeram ou fazem parte os atores que construíram a histórica política local. A finalidade deste estudo é entender o “jogo de interesse” que se cria a partir de relações contraditórias de conflitos, bem como identificar as iniciativas desenvolvidas pelos grupos políticos na busca da manutenção do poder local.

A escolha do município como arcabouço de análise justifica-se pela relevância que o mesmo tem adquirido como recorte federativo detentor de autonomia e de responsabilidade institucional, por meio da instância poder público municipal, e também por ser o local onde os atores efetivamente se relacionam e, com isso, “produzem e reproduzem” poder.

O município de Irati foi escolhido como objeto de análise por se entender que o mesmo é o mais importante na microrregião geográfica de Irati, sendo um dos mais importantes da mesorregião Sudeste do Estado (IPARDES, 2010) e significativo para as macrorregiões de Ponta Grossa e Guarapuava. A vinculação entre a instância política e os atores locais, expressos nos grupos políticos se apresenta como um dos focos fundamentais da análise sobre o poder local iratiense. Neste sentido, as transformações e as ações do poder político local serão consideradas para entender tanto a perpetuação do poder

nas mãos de determinados grupos como o surgimento de novos atores políticos.

Assim sendo, a construção dessa pesquisa ocorreu da seguinte forma: O capítulo I abordou alguns conceitos importantes para o estudo. Entende-se que ao se tratar de poder local se faz necessário permear no campo da ciência política para que se possa compreender as relações existentes entre a política e o território buscando justificar o estudo político na ciência geográfica. Sobre o Estado foram realizadas algumas considerações pontuais em sua historicidade. Ao final, foram elencados e analisados brevemente os conceitos de poder, do poder local e do poder político local.

No capítulo II, apresenta-se o contexto histórico político do município de Irati. Foi abordada, de forma sucinta, a consolidação de Irati enquanto município, os atores e as diferentes composições do poder político local no período de 1907 a 1982 e, de forma mais consistente, os atores e os grupos políticos no período de 1982 a 2008.

Na tentativa de contemplar os objetivos propostos, buscou-se informações na obra do historiador local José Maria Orreda, em dados coletados junto a Prefeitura de Irati, Câmara dos Vereadores, Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, o que mais respaldou a descrição dos fatos, além das pesquisas feitas nos jornais locais Folha de Irati, Irati Hoje e Hoje Centro Sul, foram as entrevistas (roteiros em anexo) realizadas com os atores que construíram a história política local no período proposto.

As entrevistas foram realizadas da seguinte forma: entrevistas gravadas com os atores considerados principais, ou seja, aqueles que chegaram a ser eleitos prefeitos e vice-prefeitos, e aplicação de questionários indagando os atores “coadjuvantes” desse contexto, ou seja, aqueles que disputaram as eleições, contudo não foram eleitos. As perguntas foram direcionadas a cada ator de forma diferenciada, mas com um roteiro comum a todos, com o intuito de compreender as ações de seus grupos em diferentes momentos políticos do município. As questões propostas buscaram desvendar o local de origem, a formação profissional, os diversos cargos ocupados e como conduziram suas campanhas e, no caso dos eleitos, suas respectivas gestões.

O capítulo III discutiu o poder local em Irati e as questões voltadas à tradição política e a renovação política. Nesse momento, foram apresentados os atores, suas relações com o poder e suas contribuições enquanto mandatários locais de ações e intervenções espaciais.

A construção do capítulo III foi realizada integralmente com base nas entrevistas com os diversos atores cujos relatos descreveram experiências e angústias nos momentos de campanha e de gestão. Para esse constructo, as questões foram direcionadas a cada ator de forma fragmentada por períodos em que o mesmo esteve à frente do poder ou em disputas eleitorais. Assim sendo, buscou-se trazer para esse debate os seguintes atores: Antonio Toti Colaço Vaz, Alfredo Van Der Neut, Felipe Lucas, Rodrigo de Almeida Hilgemberg e Sergio Stoklos, que, por terem sido eleitos prefeitos, definem-se como os atores principais.

Como os momentos eleitorais não são construídos apenas pelos vencedores, outros atores que disputaram eleições no município também contribuíram de forma expressiva para esse desenvolvimento. Assim, as falas de Orlando Agulham Júnior, Idemar Becki, Trajano Gracia e Marcos Antonio Gemieski também fundamentaram a construção desses momentos e fatos que são apresentados nesse trabalho.

**CAPÍTULO 1. A GEOGRAFIA POLÍTICA: O TERRITÓRIO, A  
POLÍTICA, O ESTADO E O PODER**

## 1.1. O estudo da política na Geografia e a relação com o território

A análise da política realizada pela Geografia foi proposta por Ratzel que, sob influência de Hegel, de historiadores como Curtius e Mommsen e geógrafos como Ritter e Reclus, veio conferir ao Estado uma espacialização, instaurando, assim, um discurso geográfico (RAFFESTIN, 1993).

Essa abordagem se desenvolveu com a perspectiva da compreensão de alguns conceitos norteadores da pesquisa, bem como avaliar o papel destes na análise das relações presentes na política do município de Irati. O mesmo justifica-se dentro de um conjunto denominado de Sistema Político<sup>1</sup>, cujo objetivo é verificar os conflitos e jogos de interesses existentes:

É básica nesta abordagem a intenção de conceber o nível político como um sistema relativamente autônomo, do qual o sistema partidário, os grupos de interesse, o Estado (em acepção, como é óbvio, relativamente restrita) são partes. (SOUZA, 1990, p. 46).

Dessa forma, convém ponderar algumas implicações básicas da noção de sistema político no intuito de entender que as partes de que esse sistema dispõe são interdependentes. Conforme Hass (2000, p. 50):

[...] não se pode perder de vista os momentos em que os comportamentos, que envolvem contradições e alianças entre a elite política, podem ser explicados a partir de uma certa autonomia em relação aos acontecimentos socioeconômicos.

Neste contexto, enquadra-se a formação dos partidos políticos vinculados às esferas regionais e nacionais e às alianças construídas no município, que em determinados momentos transpõem as questões locais e têm suas decisões tomadas em outras escalas.

Todavia, se faz necessário focalizar o poder local em parceria com o sistema partidário como um todo, não limitando o estudo desse poder apenas à esfera das representações políticas, mas também captar a função governativa dos partidos que se articulam no meio social como um instrumento de controle

---

<sup>1</sup> Segundo Bobbio (2008), a expressão Sistema Político, em sua acepção mais geral, refere-se a qualquer conjunto de instituições, grupos ou processos políticos caracterizados por um certo grau de interdependência recíproca.

e influência (HASS, 2000). Entende-se, deste modo, que não é possível o debate sobre o poder político local sem abranger as relações existentes entre os diferentes grupos/atores. Assim sendo, cabe iniciar a construção do entendimento sobre o estudo da política na ciência geográfica buscando, mesmo que de forma modesta, relacionar a mesma com o território.

A concepção do Estado atrelado ao território colaborou no desenvolvimento da Geografia Política. Buscava-se, então, orientar espacialmente as decisões das elites políticas dando-lhes o sentido geográfico, ou seja, se tratava de produzir um instrumento intelectual a serviço do Estado, cujo conhecimento, enquanto ciência seria proporcionada pela Geografia.

Dessa forma, ao surgir, a Geografia inscrevia-se na linhagem da filosofia política clássica, cuja evolução subsequente da Geografia consistiu na cisão terminológica entre a Geografia Política e a Geopolítica. Segundo Raffestin (1993, p. 13), “[...] a obra ratzeliana, lançando as bases da Geografia política, traçou um quadro no qual ainda se pode trabalhar mesmo quando a ela nos opomos como foi o caso da escola francesa”.

Ratzel indicou que o elemento fundador do Estado foi o enraizamento de atores que exploraram suas potencialidades observando as influências das representações geográficas (RAFFESTIN, 1993). Raffestin (1993, p. 14), ainda sobre a obra de Ratzel, aponta que “[...] a perspectiva aberta por ele foi muito ampla, e durante vários decênios o programa de Geografia política não foi de fato modificado em profundidade”.

Contudo Ratzel entende, de acordo com Raffestin (1993), que o Estado vive como um organismo vivo. Ele nasce, cresce e desenvolve-se, atinge a sua maturidade antes de envelhecer e morrer e tal como o ser vivo o Estado também entra em conflito para tirar melhor proveito dos recursos limitados afinal tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, ou seja, “a Geografia política de Ratzel é uma Geografia do Estado, pois veicula e subentende uma concepção totalitária, a de um Estado todo poderoso” (RAFFESTIN, 1993, p. 16).

Conclui-se, então, que:

De modo bem genérico, com algumas raras exceções, a Geografia política no século XX foi uma Geografia do Estado.

Em certo sentido, uma Geografia política unidimensional que não quis ver no fato político mais que uma expressão do Estado. Na realidade, o fato político penetrou toda a sociedade e, se o Estado é triunfante, não deixa de ser um centro de conflitos e de oposições – em resumo, um lugar de relações de poder que, apesar de dissimétricas, não deixam de ser presentes e atuais (RAFFESTIN, 1993, p. 22)

Porém, essa Geografia, entendida como do Estado, é passiva de críticas por privilegiar o concebido em detrimento do vivido. De outra forma, é entendida como uma Geografia unidimensional, em que apenas as análises multidimensionais poderiam contemplar os conflitos relacionais existentes além de uma simples expressão do Estado.

Paul Vidal de La Blache sustenta que os Estados não são entidades fixas, mas sim formas altamente civilizadas e em movimento de organização social e espacial produzidas, pela História e pela Geografia. O Estado repousa sobre a solidez do sentimento nacional, formado quando a intensidade das trocas reúne habitantes de diferentes regiões no seio de uma mesma comunidade. Se o Estado torna-se uma força, isso se deve ao fato de que um poderoso espírito nacional suscita e perdura de modo a mantê-lo coeso afinal a individualidade geográfica do Estado não pode ser deduzida das condições naturais, não é algo dado de antemão pela natureza (MERCIER, 1995).

Haesbaert (2009, p. 1) ao tratar da obra de Vidal de La Blach afirma que:

[...] observa-se que La Blache, ao ampliar a noção de Geografia Política, estendendo-a “ao conjunto da geografia humana”, diminui o peso da questão fundamental analisada por Ratzel em sua “Geografia Política”: a relação entre o Estado e o espaço, o “solo”. Aliás, mais do que o debate sobre o Estado, o texto de La Blache enfatiza o da “sociedade”, da “humanidade” ou dos “grupos humanos” em sua relação com o espaço, a natureza. Assim, a grande questão se torna, de forma genérica, os vínculos entre o homem e o meio, a sociedade e a natureza, e não, de forma mais específica, entre o Estado e o espaço, como defendia Ratzel.

Assim sendo, elucida o autor que a “guinada” lablacheana faz com que a centralidade dada por Ratzel ao Estado seja substituída pela relação mais geral entre a sociedade, o homem, o meio, a natureza. A diferença é que o

racionalismo ratzeliano é mais enfático, enquanto para La Blache, na mobilidade perpétua das influências que se intercambiam entre a natureza e o homem seria sem dúvida uma ambição prematura querer formular leis, embora ele reconheça que princípios de método estejam se revelando (HAESBART, 2009).

Esclarece ainda Haesbaert (2009, p. 2) que:

La Blache, em meio a muitos elogios, desenvolve uma crítica sutil, que nunca explicita claramente o “dogmatismo” de Ratzel. Ele parece enfatizar a necessidade de definir melhor o campo da geografia política através de sua relação com a geografia no seu conjunto. A ampla gama de “observações e de fatos”, destacados na obra de Ratzel, só poderá ser devidamente aproveitada à luz de uma definição clara da geografia política, “tomando precisa a natureza da relação que a une ao conjunto da geografia”. Pois é desta relação que “depende o método a ser seguido, em particular o discernimento a ser praticado entre os fatos que ela deve reivindicar como seu patrimônio, e aqueles que ela deve eliminar como parasitas”. La Blache, aqui, parece colher ao mesmo tempo os louros e os dilemas de sua opção por uma geografia política em sentido amplo, liberta das especificidades da questão do Estado.

Yves Lacoste também fez críticas a suposta distância da comunidade científica em relação ao caráter dessa disciplina ao tratar sobre o conhecimento geográfico a serviço do poder. Ao contrário da matriz estatista do pensamento ratzeliano, Lacoste (1993, p. 18) assevera que há outras representações geopolíticas que desencadeiam mudanças nos territórios:

O Estado-nação não é mais a única representação geopolítica e se sofre a concorrência de outras representações muito mais vastas e mais fluídas ou ao contrário mais restritas e mais precisas, mais elas também carregadas de valores. [...] As relações poder-território não são mais somente obra de chefes de Estados e de seus conselheiros, mas também dos militantes que, por meio de movimentos locais ou de associações, animam pequenos grupos de homens e mulheres, para a defesa do progresso, a salvaguarda do patrimônio ou o controle da população de certos guetos que se proclamam “autônomos”.

Nesse sentido, Lacoste desvela que o raciocínio geopolítico não é por essência, de direita ou de esquerda. É um instrumento conceitual que permite apreender toda uma margem da realidade.

Ao tratar do contexto histórico, Castro (2009, p. 59) expõe que “teve um significado importante no delineamento do fundamento político-territorial do conhecimento geográfico”. Contudo, ao discorrer a respeito do campo de atuação desta disciplina, a autora afirma que “é na relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se define o campo da Geografia política” (2009, p. 51), ou seja, essa disciplina estuda como os fenômenos políticos se territorializam e recortam os significativos espaços das relações sociais, que são: interesses, conflitos, controle, poder, entre outros.

Castro (2009, p. 52-53) sugere, ainda, três dimensões necessárias aos problemas considerados pertinentes à Geografia política:

- 1) o pressuposto da política, em seu sentido restrito, como controle central e à definição dos limites do cotidiano das sociedades; 2) o território como materialidade e arena dos interesses e das disputas dos atores sociais; 3) o poder como um exercício resultante de relações assimétricas que se organizam no interespaço do mundo social.

A proposta da autora revela a centralidade do território como arena política e define dois tipos de questões: as produzidas pelas tensões oriundas dos conflitos e interesses que se materializam nos espaços territorializados e aquelas oriundas das ações de diferentes atores institucionais em escalas diferenciadas que afetam o território (CASTRO, 2009) como se propõe neste estudo, pelo menos em sua hipótese.

Cabe lembrar que o território é definido por e a partir das relações de poder e possui uma abordagem política e também cultural (SOUZA, 2001). Raffestin (1993) colabora com essa abordagem afirmando que o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, como território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação, um espaço em que se delimita uma ordem jurídica e política, medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

Andrade (1995) retrata o território com uma abordagem política e econômica de ocupação do espaço. Ele se refere tanto ao poder político estatal quanto ao poder econômico das grandes empresas na constituição do território. Santos (2003), por sua vez, caracteriza o território através de uma abordagem

política, considerando-o como a designação política de um país. Entende-se, desta forma, que o poder e suas relações, na análise de Raffestin (1993) sobre a construção do território, são expressos no Estado.

Haesbaert (2006), ao discutir sobre a complexidade do conceito de território, chama a atenção para suas múltiplas concepções, sendo algumas delas tratadas como de cunho naturalista, de base econômica, jurídico-política - dentro das perspectivas materialistas - e nas perspectivas idealistas e integradoras.

Contudo, o autor alerta para a tradição que possui o conceito de território em outras ciências e exemplifica:

[...] enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve [ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado) (HAESBAERT, 2006, p. 37).

Haesbaert (2006) destaca que na Geografia Política o território é tido como conceito fundamental e o coloca como conceito central. Ao expor o vínculo mais tradicional na definição de território afirma que o mesmo existe na associação deste com os fundamentos materiais do Estado e expõe que “na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial” (HAESBAERT, 2006, p. 63).

Sem adentrar nas origens do conceito da política, cabe salientar, de fato e de acordo com Bobbio (2008), que, na modernidade, o termo foi aos poucos sendo adjetivado ou ganhando novas características como: ciência do Estado; doutrina do Estado; ciência política; filosofia política, entre outros. Já Maar (1985) defende a ideia da existência de várias políticas ou várias propostas políticas que se relacionam ao mesmo tempo como trama social.

Para Weber (2008, p. 59) o conceito de política é amplo “e abrange toda espécie de atividade diretiva autônoma”. Nesse sentido, Weber afirma que o fato se expressa pela abrangência que a palavra política é utilizada, por exemplo, como política econômica, sindical, escolar, de associações, de controle estatal, entre outros.

O termo política foi usado durante séculos para designar as atividades humanas que, de algum modo, se referem a fatos do Estado. De acordo com Santos (2008, p. 67) “a política, por definição, é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto. Ela apenas se realiza quando existe a consideração de todos e de tudo. Quem não tem visão de conjunto não chega a ser político”. Sendo assim, estudar “a política na Geografia” tem como objetivo compreender:

[...] como a política, no seu sentido institucional e operacional, invadiu as mais diferentes dimensões do mundo contemporâneo e nos coloca diante da necessidade de estudar como a geografia é informada pela política (CASTRO, 2009, p. 12).

A Geografia política é um ramo da Geografia humana que objetiva desvendar as interações entre a política e a administração do território no intuito de refletir as características políticas frente aos aspectos sócio-econômicos nos âmbitos local, regional, nacional e internacional. Azambuja (1969, p. 2) mais recentemente, afirma que política se define como “o estudo do comportamento do homem e da sociedade em suas relações com o poder”. O autor chama a atenção para a existência de divergências no que diz respeito à conceituação e compreensão do objeto e lembra que “os estudos dos fatos políticos remontam Platão e Aristóteles, no mundo ocidental, mas desde aquela época até nossos dias a política foi tratada sob ângulo filosófico, ou melhor, moral” (AZAMBUJA, 1969, p. 2).

Já Moreira Neto (1987, p. 3) argumenta que “a política, por ser universal, necessariamente atinge e emerge onde quer que esteja o homem”. A partir desta compreensão e do interesse que o indivíduo tem em relação à política, ele se aparelha numa escala de relações que pode ser de entrecosques de interesses, de ambições e até mesmo de opiniões que promovem o desacordo, o conflito e que estão alinhadas com a própria natureza da política.

Alkimim (2010, p. 2), ao expressar a política no cotidiano da sociedade, conclui que:

A política está presente cotidianamente em nossas vidas: na luta das mulheres contra uma sociedade machista que discrimina e age com violência; na luta dos portadores de necessidades especiais para pertencerem de fato à sociedade; na luta dos negros discriminados pela nossa “cordialidade”; dos homossexuais igualmente discriminados e desrespeitados; dos índios massacrados e exterminados nos 500 anos de nossa história; dos jovens que chegam ao mercado de trabalho saturado com milhões de desempregados; na luta de milhões de trabalhadores sem terra num país de latifúndios; enfim, na luta de todas as minorias por uma sociedade inclusiva, que se somarmos, constituem a maioria da população.

Deste modo, entende-se que as atitudes e omissões fazem parte da ação política perante a vida. Os indivíduos são responsáveis politicamente pela luta por justiça social e por uma sociedade democrática e para todos, ou seja:

A atividade política passa a ser uma espécie de mal necessário, uma atividade social transformadora pela qual se visa a realizar certos fins utilizando-se de certos meios. Enfim, um instrumento de que há precisão na vida em sociedade (MARR, 1985, p. 16).

Arendt (2008, p. 15), ao tratar da pluralidade do homem, afirma que “todos os aspectos da condição humana tem alguma relação com a política; mas essa pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam*<sup>2</sup> – de toda vida política”.

A influência da política na vida humana é refletida pela fala de Deutsch (1983) quando afirma que tudo está em estreita ligação com as decisões políticas proporcionadas pelas esferas governamentais as quais colocam as cidades como uma verdadeira malha política.

Sobre sua unidade, o conceito de política vem sendo debatido e explorado por diversas perspectivas, nas quais se inclui a autodireção de comunidades, a alocação e a busca de padrões legítimos de valores e de programas de ação com eles compatíveis, a arte do possível e, por vezes, um reescalonamento fundamental de prioridades, bem como na:

---

<sup>2</sup> A autora afirma que não apenas a uma condição sem a qual não ocorre, mas a condição pela qual ocorre a pluralidade.

[...] coordenação da aprendizagem social, a prossecução dos objetivos de uma sociedade, a alteração deles, o estabelecimento de outros novos e, até, a autotransformação de um país inteiro, de seu povo e de sua cultura (DEUTSCH, 1983, p. 40).

Para Braud (1982, p. 14), a política “é o cenário onde se afrontam os indivíduos e os grupos em competição na conquista do poder do Estado (e suas ramificações) ou para influenciá-lo diretamente: partidos, sindicatos, movimentos sociais mais ou menos efêmeros”, como em parte, será aqui abordado. Castro (2009, p. 40) destaca que “em todas as sociedades nacionais há grupos e classes sociais que, devido às suas características, como idade, gênero, escolaridade, renda, profissão, ocupação, local de moradia, religião etc., possuem interesses diferentes e muitas vezes conflitantes”. Assim sendo, esses conflitos são oriundos das relações sociais e que essas mesmas se territorializam, ou seja:

Materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses. Essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço (CASTRO, 2009, p. 41).

Portanto, a política é uma constante no desenvolvimento humano, pois a esfera das decisões é proporcionada pelas relações de poder inseridas no contexto político e, com isso, entender o seu significado é condição para o desenvolvimento desse trabalho em razão da inserção no debate sobre o poder local e Estado.

## **1.2. O Estado: considerações e historicidade**

Maquiavel (1997, p. 15), ao expor as concepções de Estado afirma que “todos os Estados que existem e já existiram são e foram sempre repúblicas ou principados”. Bobbio (2008), por sua vez, apresenta um conjunto de possibilidades de aplicações do termo em que aparecem Estado de polícia, Estado de sítio, Estado do bem-estar, Estado e confissões religiosas, Estado moderno e Estado contemporâneo.

O termo surgiu na Itália como *Stato*, com uma significação vaga, seguido da Inglaterra, no século XV, depois França e Alemanha no século XVI. Maluf (1993, p. 19) esclarece que “não há nem se pode haver uma definição de Estado que seja geralmente aceita. As definições são pontos de vista de cada doutrina, de cada autor. Em cada definição se espelha uma doutrina”.

O autor explica ainda que:

Um dos mais profundos tratadistas do direito público, que foi Bluntschli, há mais de cem anos, reconheceu ser impossível deduzir um conceito de Estado sem distinguir o Estado-ideia (ou Estado-instituição) do Estado como entidade histórica, real, empírica. O primeiro pertence à reflexão filosófica, e o segundo é o que se estuda no domínio dos fatos e da realidade (MALUF, 1993, p. 20).

Nessa obra, Maluf expõe que o Estado vem evoluindo desde a *Polis*<sup>3</sup>, grega e da *Civita*<sup>4</sup> romana e que a própria denominação moderna era desconhecida até o limiar da Idade Média quando as expressões usadas eram *rich, imperium, land, terrae*<sup>5</sup>, entre outras. Com relação à origem do Estado, “todas as teorias são baseadas em meras hipóteses” (MALUF, 1993, p. 53) e que, devido à dificuldade de explicar sua origem, o raciocínio é construído de forma hipotética.

Segundo Maluf (1993), no conceito hegeliano, o Estado é colocado como suprema encarnação das ideias. Hobbes, no entanto, expõe o Estado como um “super ser coletivo”. A teoria fascista apresenta o Estado como instituição que “faz uma nação”, enquanto que na doutrina democrática este é considerado apenas como uma instituição nacional destinada a realizar fins da comunidade nacional. Para Aristóteles, o Estado se constitui na expressão mais próspera da comunidade em seu vínculo com a natureza, pois assim como é impossível conceber a mão sem o corpo, é impossível conceber o indivíduo sem o Estado.

No que diz respeito aos elementos constitutivos, o Estado é formado: 1) pelo primeiro elemento fundador – a população; 2) o território, que constitui a base física de âmbito geográfico e, 3) o governo, delegação da própria

---

<sup>3</sup> Termo relativo às antigas cidades gregas.

<sup>4</sup> Termo relativo à condição de cidadão utilizado na Roma antiga, alusivo à cidade.

<sup>5</sup> Palavra que está diretamente relacionado a personificação da supremacia do Estado.

soberania. Na união desses três elementos básicos nasce o Estado (MALUF, 1993). Na teoria marxista, o Estado “é concebido como uma dedução (*Ableitung*<sup>6</sup>) da lógica de valorização do capital” (BOBBIO, 2008, p. 404). A metodologia utilizada nesse caso é genética, quando se indaga a origem histórica das funções do Estado, que está nos conflitos e contradições das classes e dos setores do capitalismo, sendo funcional quando se verifica tarefas historicamente criadas as quais deve presidir (BOBBIO, 2008).

Maluf (1993, p. 1), ao discutir acerca do Estado e do Direito, define que “o Estado é uma organização destinada a manter, pela aplicação do Direito, as condições universais de ordem social. E o Direito é o conjunto das condições existenciais da sociedade, que ao Estado cumpre assegurar”. Essa análise precede a subdivisão proposta pelo autor a respeito das opiniões doutrinárias sobre o tema que se expressam nas teorias Monística, Dualística e do Paralelismo<sup>7</sup>.

Após a proposta dessa teoria tridimensional do Estado e do Direito, nessa visão, o autor afirma que:

Em resumo o Estado não é apenas um sistema geral de normas, como pretendem as correntes monistas, nem um fenômeno puramente sociológico, como sustentam as correntes pluralísticas. É uma realidade cultural constituída historicamente em virtude da própria natureza social do homem, que encontra a sua integração no ordenamento jurídico (MALUF, 1993, p. 5).

Ao avançar no contexto histórico, Maluf (1993) apresenta essa concepção dualística, e, em outros termos, afirma que na escola vienense a ciência política “encara o Estado por dois ângulos diversos: primeiro como objeto de valoração, isto é, encara o Estado como deveria ou não ser, e depois como realidade social, ou seja, como efetivamente é” (MALUF, 1993, p. 20).

---

<sup>6</sup> Além de dedução a palavra poder ser compreendida como derivação, derivada.

<sup>7</sup> A Teoria Monística, enfatizava a existência apenas do direito estatal, não sendo admitidas as regras jurídicas fora do Estado onde este seria sua única fonte confundindo ambos em uma só realidade; A Teoria dualística que também é chamada de Pluralista colocando a individualidade nas realidades Estado e Direito independentes e o Estado como apenas uma categoria do Direito, desdobrando em correntes, sendo uma dos corporativistas, outra dos sindicalistas e a dos institucionalistas; A Teoria do Paralelismo defende a individualidade do Direito e do Estado, porém, expressa a interdependência de ambos, completa a teoria pluralista contrapondo à monística (MALUF, 1993).

Elucida o autor, ainda que somente na primeira hipótese o estudo possui caráter científico e, na segunda, o observador é guiado pela realidade.

No plano político, o Estado é entendido como fato social e os conceitos decorrem de doutrinas que o consideram organismo natural ou entidade artificial resultante de angústias coletivas expressas em um dado momento histórico. É também conceituado como objeto de direito (doutrinas monárquicas), sujeito de direito, pessoa jurídica (doutrina democrática), como expressão mesma do direito incluindo uma só realidade, Estado e Direito (doutrina monista), considerado possuidor de dupla personalidade: social e jurídico (MALUF, 1993).

Nesse sentido, na discussão sobre o Estado moderno, Bobbio (2008) fragmenta essa análise em quatro vertentes: 1) o Estado moderno, como forma histórica determinada; 2) o Estado como ordem política; 3) da antiga sociedade por camadas até a sociedade civil e 4) a concepção liberal do Estado e sua crise.

Florenzano (2007, p. 16), ao falar sobre seu surgimento, expõe que:

[...] a maioria dos historiadores atuais considera que isso ocorreu em meados do século XVI, dividindo-se a minoria restante entre os que retardam para o XVII a sua ocorrência e os que a antecipam para o século XV, atribuindo aos Estados italianos do *quattrocento* o mérito da primazia.

A respeito das origens e o desenvolvimento do Estado moderno no ocidente, entende-se que o Estado, em seu sentido restrito, “não se encontra plenamente desenvolvido nem mesmo no Ocidente antes do século XVIII, mas tomado em sentido lato, como entidade de poder e/ou dominação, encontra-se em muitos outros lugares e épocas” (FLORENZANO, 2007, p. 12).

Dessa forma, diz-se que para a instituição Estado “vale, mais ainda, aquilo que Karl Marx e Weber, de perspectivas opostas, disseram do capital e do capitalismo em geral, ou seja, e respectivamente, que é ante-diluviano e pode ser encontrado em todas as sociedades em que existe dinheiro” (FLORENZANO, 2007, p. 12). O autor também discorre acerca do exposto quando afirma que:

Marx, sem esquecer F. Engels, diria que assim é, porque todas as sociedades, excluindo as chamadas sociedades primitivas, se dividem em classes, tornando o Estado necessário para permitir a exploração-dominação de uma classe sobre outras, de modo que luta de classes e Estado formam um par historicamente inseparável que somente sairá de cena conjunta e definitivamente com o fim da história (FLORENZANO, 2007, p. 12).

Esse autor, com base em Weber e Marx, principia essa exposição sobre o Estado moderno quando cita que “tendo em vista que as suas teorias sociais estão entre as mais abrangentes, entre as que mais marcaram o pensamento e a historiografia do século XX, e entre as mais contrastantes” (FLORENZANO, 2007, p. 13). Ele finda sua análise ponderando que os italianos criaram o Estado, os franceses e ingleses o desenvolveram e aos alemães restou o interpretarem.

A crítica anarquista, que elegeu o Estado moderno como principal algoz, afirma que dentro de seu território as pessoas são divididas entre governantes e governados, monopoliza os meios de coerção física, reivindica soberania sobre pessoas e propriedades, promulga leis que visam a suprimir outras leis e costumes, pune os que infringem suas leis e apropria-se, a força, por diversas formas, daquilo que é propriedade de seus subordinados. Contudo, Hobbes contrapõe essa ideia anarquista e argumenta que, na ausência do Estado, não há sociedade e a vida é solitária, medíocre, desagradável, brutal e curta (CREMONESE, 2009).

Dentre os socialistas utópicos, nomes como Saint-Simon, Fourier, Owen e Luis Blanc também deram suas contribuições na crítica ao Estado moderno com a exposição do caráter perverso da exploração do proletariado pelos meios de produção. Contudo, foi no socialismo científico que a crítica ao modal de Estado moderno se acentuou de forma mais explícita, cujos expoentes dessa fase - Marx e Engels, com o 'Manifesto Comunista', referem-se ao Estado como nada mais do que um comitê para administrar os negócios da burguesia. Vale citar também que outro expoente dessa fase foi Rosa de Luxemburgo.

Em relação ao Estado como forma histórica determinada, Bobbio (2008, p. 425) ressalta que:

[...] o conceito de 'Estado' não é um conceito universal, mas serve apenas para indicar e descrever uma forma de ordenamento político surgida na Europa a partir do século XIII até os fins do século XVIII ou início do XIX, na base de pressupostos e motivos específicos da história europeia e que após esse período se estendeu – libertando-se, de certa maneira, das suas condições originais e concretas de nascimento – a todo o mundo civilizado.

Percebe-se que esse Estado moderno vem a ser uma forma de organizar o poder, historicamente determinado, caracterizado por conotações que o tornam peculiar e também distinto de outras formas de organização de poder. “O elemento central de tal diferenciação consiste, sem dúvida, na progressiva centralização do poder segundo uma instância sempre mais ampla, que termina por compreender o âmbito completo das relações políticas” (BOBBIO, 2008, p. 426).

Em síntese, a gênese do Estado moderno é expressa pela tensão da racionalização da gestão do poder e da organização política imposta pela evolução das condições histórico-materiais.

O Estado, como ordem política, sugere uma discussão que aponta o processo evolutivo do poder como seu elemento fundamental. Nesse caso, discutem-se as premissas necessárias para a origem de uma nova forma de organização desse poder:

Desde a sua pré-história, o Estado se apresenta precisamente como a rede conectiva do conjunto de tais relações, unificadas no momento político da gestão do poder. Mas é só com a fundação política do poder, que se seguiu às lutas religiosas, que os novos atributos do Estado – mundaneidade, finalidade e racionalidade – se fundam para dar a este último a imagem moderna de única e unitária estrutura organizativa formal da vida associada, de autêntico aparelho da gestão do poder, operacional em processos cada vez mais próprios e definidos, em função de um escopo concreto (BOBBIO, 2008, p. 427).

As relações referidas pelo autor são sociais e econômicas, por vezes conflituosas. Para ele, o Estado moderno teria como prioridade normalizar essas relações e conflitos, pois “este é o caráter essencial do novo Estado incluindo o plano institucional e organizativo” (BOBBIO, 2008, p. 427), bem como a organização das relações e conflitos da e na sociedade. Também é onde a ordem estatal aparece como projeto racional em torno de seu destino e

o racionalismo gera os recursos necessários para sua existência, com o intuito de compreender sua capacidade de organizar, controlar e utilizar as condicionantes, cujo objetivo é o bem-estar social e econômico (BOBBIO, 2008).

Dessa forma, o Estado já foi assim denominado de Estado-máquina, Estado aparelho, de Estado-mecanismo e Estado-administração. Em todos os casos, percebe-se a organização das relações possíveis na solução dos conflitos a partir de normas preestabelecidas, apesar da crítica a sua forma monolítica, que se coloca muitas vezes totalitária, mundana e absolutista.

No que diz respeito à antiga sociedade até a moderna sociedade civil, Bobbio (2008) entende que esta fase evidencia a persistência na primeira fase de organização estatal moderna e da articulação social onde:

[...] para indicar a fase inicial do Estado moderno, caracterizada pela unidade territorial e pela emergência de uma instância de poder tendencialmente hegemônico na figura de um príncipe e também pela presença de uma valiosa organização das forças sociais tradicionais em dois planos, estreitamente afins, o da decisão e o da administração (BOBBIO, 2008, p. 428).

Surge, dessa forma, a necessidade do príncipe de recorrer à ajuda do país através de suas expressões políticas e sociais reunidas em assembleia para solucionar os problemas, principalmente de ordem financeira. Ocorre, então, o fortalecimento das posições ocupadas pelas camadas sociais que tinham papel importante no plano constitucional, devido a sua participação no nascente Estado territorial.

Porém, Bobbio (2008) afirma que nesse sentido, o desenvolvimento constitucional necessitava desenvolver-se contra as categorias sociais devido à função de eliminar seu poder político e administrativo. O autor esclarece ainda que esse fato se coloca de forma contraditória à tendência do Estado moderno entendido como centralização do poder de forma monopolista em instância unitária.

Ao falar de Estado por categorias sociais, evidencia-se o caráter não diferenciado de uma estrutura organizativa que não separa o social do político. Contrapõe, assim, o significado do Estado moderno que vem negar a tudo que, “propunha a instauração de um nível diferente da vida social, a delimitação de

uma esfera rigidamente separada de relações sociais, gerenciada exclusivamente de uma forma política, no sentido não equívoco” (BOBBIO, 2008, p. 429).

Assim sendo, ganham destaque os direitos e as liberdades das categorias sociais, limitadas a gestão unitária do soberano que garantia esses direitos de forma lenta, perdendo sua posição dentro da constitucionalidade originária, cuja presença era discreta. Inicia-se, então, o conhecimento de uma distinção, até então não vista, entre o social e o político, entre a sociedade e o Estado. Propiciou-se esse momento devido ao soberano conseguir cada vez mais resgatar seu aparelho administrativo, principalmente econômico, em razão da sua luta contra os privilégios de algumas categorias sociais.

Durante a concepção liberal do Estado, legitimou-se a crise do principado como exclusivo a titularidade de requalificação política das posições privadas que caminhava mais ou menos organizado no nível social. Contudo, não muda o objetivo principal do desenvolvimento que era a de instauração da manutenção da ordem pelo Estado, ou seja, são os valores do indivíduo que completam a ordem estatal que se apresenta através da mediação como a soma e a codificação racionalizada dos valores individuais (BOBBIO, 2008).

Então, a legitimação do poder individual, atributo que até então era privilégio apenas do monarca, ocorre. O Estado continua a existir em sua dimensão histórica e muito pouco se muda no plano institucional na transição do antigo para o novo regime que caminhava para a desmistificação da figura personificada do monarca e o colocava cada vez mais dispensável para o sistema:

É em relação a este Estado, fundado sobre o direito, a ponto de ter sido levado a coincidir com o ordenamento jurídico que respeita o indivíduo, e seus direitos naturais e também a sociedade e suas leis naturais, sobretudo no campo da economia, que foi proposta a definição de instrumento de domínio da classe dominante (BOBBIO, 2008, p. 430).

Constata-se, portanto, que se exerceu, através dessa forma de Estado, a capacidade de sobrevivência da sociedade civil burguesa em que foi lançado mão de instrumentos de auto-organização e de controle da ordem constituída. A burguesia origina-se como força hegemônica que levou ao aparecimento de

doutrinas democráticas expressas no fenômeno do parlamentarismo e do partido de massas (BOBBIO, 2008).

O passo seguinte foi representado pela constituição do Estado social em respostas às necessidades dos subalternos. Na verdade, ocorreu a retomada da gestão direta da ordem social e, sobretudo econômica, por parte do Estado, porém, com especificidades diferenciadas do tempo do Estado absoluto e sim como processo de integração social (BOBBIO, 2008).

Na fase mais recente, denominada Estado contemporâneo, dentro do sistema político, que coloca a difícil investigação proposta na coexistência das formas do Estado de direito com os conteúdos do Estado social: “Os direitos fundamentais representam a tradicional tutela das liberdades burguesas; liberdade pessoal, política e econômica” (BOBBIO, 2008, p. 401) que constituem uma barreira contra a intervenção do Estado.

A forma que o Estado se apresenta, então, oscila entre a liberdade e a participação e os direitos sociais que representam a entrada da sociedade nesse Estado. Essa fase histórica é contextualizada na segunda metade do século XIX, durante a integração gradual do Estado político com a sociedade civil.

Ao se referir às crises e transformações do Estado no século XX, Cremonese (2009) faz uma alusão à teoria marxista que foi reavaliada e se posicionou em três tendências específicas: 1) a “reformista”, na Grã-Bretanha, com o Partido Trabalhista, 2) a “revolucionária”, com Lênin, os bolcheviques e Stalin e 3) a de caráter “centrista”, expressa na social democracia de Kautsky. O Estado passa a ser o objeto central das análises de diferentes teóricos da Teoria Democrática Contemporânea, principalmente no debate das teorias das elites, pluralista, neomarxista e participacionista.

Cremonese (2009, p. 33) explica, ainda, que, “o Estado de Bem-Estar Social teve a sua origem na Grã-Bretanha, difundido após a Segunda Guerra Mundial, opondo-se ao modelo liberal<sup>8</sup> de Estado (*laissez-faire*)<sup>9</sup>, que foi

---

<sup>8</sup> O modelo liberal prescindia da existência do Estado, ou seja, a função do Estado era apenas proteger o indivíduo em seus direitos naturais, à vida, à liberdade e à propriedade, deixando que a economia se regulasse pelo próprio mercado, ou seja, o Estado não deveria intervir na economia, contudo, com a crise do modelo liberal, com o *crash* da Bolsa de 1929, o Estado foi convocado a salvar a falida economia capitalista (CREMONESE, 2009).

<sup>9</sup> Expressão oriunda da língua francesa que significa literalmente “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”, e a expressão-símbolo do liberalismo econômico (CREMONESE, 2009).

dominante durante todo o século 19 e início do século 20". Na Europa Ocidental esse modelo político-econômico foi denominado de *Welfare State*<sup>10</sup>, na América Latina de desenvolvimentismo e nos Estados Unidos da América, como *New Deal*<sup>11</sup>, e colocado em prática por Franklin Delano Roosevelt, entre os anos de 1933 e 1940.

Deste modo, é possível afirmar que o Estado “acompanha o desenvolvimento do projeto liberal transformado em Estado do Bem-Estar Social no transcurso da primeira metade do século 20, ganhando contornos definitivos após a Segunda Guerra Mundial” (CREMONESE, 2009, p. 34).

O Estado de Bem-Estar Social teve a sua teorização em Keynes. Para esse estudioso, o Estado deveria assumir o papel de agente do crescimento e do bem-estar material, preocupado com a regulação da sociedade civil. Os mercados livres não seriam regulados e, por si só, não conseguiam gerar crescimento estável, nem eliminar as crises econômicas, o desemprego e a inflação. Esse Estado alcançou seu ápice entre os anos 1940 e 1970, mas, foi a partir dos anos 1970 que começou a ser questionado por investir e gastar demasiadamente nas questões sociais.

Friedrich Von Hayek, um dos principais teóricos das ideias liberais, contribuiu com a ideologia de um Estado neoliberal quando fundamentou o debate em três campos diferentes, divididos entre a intervenção governamental do Estado, o cálculo econômico sob o socialismo e o desenvolvimento da estrutura social. Essa teoria pressupunha a existência da ambição, cujo conceito surgiu, para Hayek, à medida que o homem tomou consciência de seu destino. A partir de então, emergiram inúmeras possibilidades de melhorares condições de vida, esse processo deu sinais de exaustão e lentidão (CREMONESE, 2009).

Sobre a difusão do neoliberalismo, a chegada da grande crise do modelo econômico pós-Vietnã, quando todo o mundo capitalista entrou em recessão, fez com que as ideias neoliberais passassem a ganhar força. As raízes da crise, pressupostos do fortalecimento neoliberal, estavam localizadas

---

<sup>10</sup> Termo utilizado para designar o Estado do bem-estar social também conhecido como Estado-providência é uma forma de organização que coloca o Estado como agente protetor e defensor social, bem como, organizador da economia (CREMONESE, 2009).

<sup>11</sup> O *New Deal* ("novo acordo" ou "novo trato") foi o programa implementado entre 1933 e 1937, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, e assistir aos prejudicados pela Grande Depressão (CREMONESE, 2009).

no poder dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

A “teia” neoliberal começou a ser formada a partir da segunda metade da década de 1970. A primeira experiência de instituição das reformas neoliberais ocorreu no Chile, em 1975, sob a ditadura de Pinochet. Em 1979, na Inglaterra, foi eleito o governo de Margareth Thatcher, o primeiro governo de um país de capitalismo avançado publicamente e empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Ronald Reagan chegou à Presidência dos Estados Unidos. Em 1982 Helmut Kohl derrotou o regime social-liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983 a Dinamarca, Estado modelo do Bem-Estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter (CREMONESE, 2009).

Essa fase foi marcada pelo aumento das taxas de juros, redução drástica dos impostos sobre os altos rendimentos, abolição do controle sobre os fluxos financeiros, imposição de uma nova legislação anti-sindical, greves e corte de gastos nas questões sociais.

Porém, foi nas políticas públicas e sociais que mais se evidenciou retrocesso, principalmente nas questões de emprego, saúde, moradia e educação. Os teóricos neoliberais, contrários ao Estado-social, afirmavam que o Estado tinha apenas a função de garantir o livre mercado. Estas ideias já haviam sido defendidas pelo liberalismo clássico do século XVII, mas o diferencial foi o descompromisso com as questões sociais.

Assim sendo, com a abordagem do conceito de Estado na percepção dos autores trabalhados, pode-se compreender que a princípio a política é a ciência do Estado o qual é constituído pelo poder e possui, indiferente da escala, função primordial para o desenvolvimento político-partidário juntamente com os outros grupos de poder.

### **1.3. O debate sobre poder e poder local e o poder político local**

O conceito de poder perpassa ampla possibilidade de estudos, dentre eles, estão aqueles que se apresentam em diferentes escalas como, por exemplo, os poderes militar, constituído (legislativo, executivo e judiciário),

eclesiástico (das Igrejas), econômico, público e o paralelo (do crime, das milícias). O poder possui vasta literatura em torno de sua conceituação e de suas formas de aplicação, porém, nesse trabalho, ele foi abordado na perspectiva de contribuir ao entendimento da relação com as questões político-partidárias.

A noção histórica de poder local no Brasil está vinculada, segundo Santin (2007, p. 323):

[...] ao coronelismo, patrimonialismo e personalismo no exercício do poder político. Porém, em um regime democrático o Poder Local deverá ser visto sob outro ângulo, a partir de noções de descentralização e participação popular. Essa visão inverte totalmente a dinâmica com a qual é analisada a categoria do Poder Local, agora pautada na sociedade civil e nos movimentos sociais e na sua relação com a sociedade política.

De acordo com Raffestin (1993, p. 52), o poder “está em todo lugar”. Entende-se que o mesmo é exercido por inúmeros atores/grupos e não se define apenas como um instrumento de coerção. O poder não existe por si só, mas está presente nas relações e não pode ser “definido pelos seus meios, mas quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu” e que “visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (RAFESTTIN, 1993, p. 58).

É evidente a importância destas relações como fator determinante do poder. Raffestin (1993, p. 52) apresenta o tema como complexo por se constituir de forma visível ou material e de forma simbólica ou abstrata. Já Castro (2009, p. 97), afirma que o “poder é, na realidade, relacional, não deve ser confundido com influência e incorpora a capacidade de estabelecer sanções”.

De acordo com Raffestin (1993, p. 6):

Explicitar o conhecimento e a prática que os homens têm das coisas é, involuntariamente, desnudar o poder que esses mesmos homens se atribuem ou procuram se atribuir sobre os seres e as coisas. O poder não é uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda “produção” que se apóia no espaço e no tempo. O poder não é fácil de ser representado, mas é, contudo decifrável.

Parsons (1970, p. 9) colabora com o tema afirmando que o poder, pode ser compreendido como:

[...] a capacidade que a sociedade tem para mobilizar seus recursos no interesse de seus objetivos definidos como algo sancionado de maneira mais positiva do que permissiva pelo sistema como um todo – objetivos que são ‘afetados pelo interesse público’.

Pode-se perceber o mesmo entendimento em Bobbio (2008, p. 933) quando afirma que:

[...] em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como na expressão Poder calorífico, Poder de absorção).

Para esse trabalho, o enfoque principal foi mantido na compreensão de que “o poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam” (RAFESTTIN, 1993, p. 53). Para desvelar a especificidade do conceito dentro do contexto da pesquisa, fez-se necessário compreender essa relação do homem sobre o homem, ou seja, conforme Bobbio (2008, p. 934) relata:

[...] não basta especificar a pessoa ou o grupo que o detém e a pessoa ou o grupo que ele está sujeito: ocorre determinar também a esfera de atividade à qual o Poder se refere ou a esfera do Poder. A mesma pessoa ou o mesmo grupo pode ser submetido á vários tipos de Poder relacionados em diversos campos.

O autor, dentro dessa perspectiva, divide o poder em duas formas: o poder atual que se coloca como efetivamente exercido. O poder é uma relação entre comportamentos que consiste no desejo de um indivíduo ou grupo de modificar o comportamento de outro indivíduo ou grupo. Nesse sentido, pode-se dizer que o comportamento de A visa modificar a conduta de B em que A exerce o Poder quando provoca intencionalmente o comportamento de B, o

qual está diretamente relacionado com a intencionalidade que A tem de determinar as ações de B, podendo B possuir um caráter voluntariado ou não.

Através dessa relação, fica mais fácil compreender quando diferentes partidos de coalizão buscam, de uma forma ou de outra, utilizar-se de instrumentos para que ocorra a influência que se coloca como negociatas e concessões para atingir seus objetivos (BOBBIO, 2008).

A segunda forma de poder é a “potencial” que, para o autor, se diferencia do poder “atual” por possuir a capacidade de determinar o comportamento através das relações, das atitudes e não dos comportamentos como foi apontado no poder atual. Em síntese, o autor define que aquele que detém o poder potencial tem a possibilidade de desenvolver um comportamento que possa determinar o outro e que se essa possibilidade for levada a ato, existe a probabilidade de se alcançar o pretendido.

Para tal, no entanto, o ator deve possuir e lançar mão de determinados recursos como riqueza, força, informação, conhecimento, popularidade, entre outros. O poder potencial estabilizado configura-se, muitas vezes, numa relação de comando e obediência (BOBBIO, 2008).

No que diz respeito ao papel das percepções e expectativas:

[...] o poder não deriva simplesmente da posse ou do uso de certos recursos, mas também da existência de determinadas atitudes dos sujeitos implicados na relação. Essas atitudes dizem respeito aos recursos e ao seu emprego e, de maneira geral, ao Poder. Entre tais atitudes, devem ser colocadas as percepções e as expectativas que dizem respeito ao Poder. As percepções ou imagens sociais do Poder exercem uma influência sobre fenômenos do poder real (BOBBIO, 2008, p. 937).

Em sua abordagem sobre o poder na política, Bobbio (2008, p. 940) mostra ainda que o poder é um dos fenômenos mais difundidos na vida social, pois “não existe praticamente relação social na qual não esteja presente, de qualquer forma, a influência voluntária de um indivíduo ou de um grupo sobre o comportamento de outro indivíduo ou de um grupo”.

Dessa forma, o autor alerta quanto à utilização do conceito e indica que é preciso compreender que “o campo que o poder ganha seu papel mais crucial é o da política; em relação aos fenômenos políticos, o Poder tem sido

pesquisado e analisado continuamente e com a maior riqueza de métodos e de resultados” (BOBBIO, 2008, p. 940).

O que se pode observar na abordagem proposta por Bobbio é a síntese sobre a conceituação do poder. Cunha (1981) <sup>12</sup>, corrobora a proposta de Bobbio quando discute as bases sócio-axiológicas do poder e recorre aos clássicos da literatura como Russell, Weber, Duverger, Reale, Hobbes, Bodenheimer e Claval.

O poder foi durante muito tempo utilizado para designar a esfera nacional, contudo, essa esfera tinha como característica a dominação de classes que se expressa no poder do Estado. Porém, quando se fala em poder local procura-se afirmar que o mesmo se articula localmente, que possui particularidades, mas há que se configurar em outras escalas (SADER, 1987).

O conceito de poder local, no Brasil, é compreendido como “esfera municipal” (DANIEL, 1988, p. 26). Para a pesquisa, no entanto, o município será considerado apenas como *locus* de observação da realidade e as transformações proporcionadas ao território, não sendo compreendido como simplesmente localizável ou demarcado pelos limites que separam um município do outro.

Fischer (1991, p. 86) defende a pesquisa do local expondo que:

Na América Latina, os estudos sobre o poder local refletem a revalorização de espaços territorializados (regiões, áreas metropolitanas, municípios, bairros e distritos) que recobram progressivamente sua identidade no curso dos processos de redemocratização que, a seu modo, diversos países da América Latina empreenderam a partir da década de 70.

Vainer (2002, p. 17), ao avaliar a importância do poder local, expressa que “o governo local teria a extraordinária capacidade de cumprir de maneira

---

<sup>12</sup> Segundo Cunha (1981), Russell considera o poder como a manifestação mais importante da vida social, como a energia o é do mundo físico; Weber classifica que o poder de dominação tem origem tradicional, legal ou carismática; Duverger aponta que na base de todo regime político se encontra o problema essencial da autoridade, do poder, da distinção de governantes e governados; Reale define o poder como uma decisão para outrem; Hobbes afirma que o poder é a capacidade de comandar os serviços de outros indivíduos; Bodenheimer aponta que o poder é capacidade de um indivíduo ou grupo de levar e praticar sua vontade, inclusive apesar da resistência de outros indivíduos ou grupos; Claval entende que o poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizados por outros.

vantajosa as tradicionais funções que sempre foram as dos Estados-nações”, tendo, assim, importante papel no contexto administrativo nacional e internacional. O questionamento que se coloca, a partir daí, é o de avaliar se o poder econômico local é um determinante para o poder político local ou vice-versa.

Segundo Daniel (1988, p. 29):

O poder econômico local é constituído, repita-se, fundamentalmente por aqueles setores capitalistas que contratam junto ao governo local obras e serviços, ou que dependem diretamente das regulamentações levadas a efeito pelo poder político municipal. Tal circunstância independe, inclusive, de a sede dessas empresas estarem instaladas no município.

Nesse sentido, participam desse segmento “empresas responsáveis pelo parcelamento do solo urbano, pela produção do ambiente construído ou aquelas cuja instalação ou ampliação dependam das normas de uso e ocupação do solo” (DANIEL, 1988, p. 29).

Outro elemento importante na discussão sobre o poder local é o poder social local representado tanto pelas elites locais quanto pelos movimentos sociais. Nesse sentido, ao se tratar das elites, Daniel (1988, p. 30) afirma que:

As elites locais são porta-vozes de uma primeira modalidade de poder social. Elas consistem em agrupamentos sociais que se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro.

Nessa mesma ótica, o autor observa que “as elites se erigem como poder social, no sentido de influir em decisões municipais, tendo como base material um conjunto de instituições próprias” (DANIEL, 1988, p. 30). Com relação ao poder local expresso nos movimentos sociais, este é representado pelos sindicatos, associações, dentre outros, mas que não foram objeto de pesquisa. Dessa forma, “os valores elaborados e transmitidos no interior dos movimentos sociais demarcam certas culturas políticas, responsáveis por modos próprios de relacionamento com o poder político” (DANIEL, 1988, p. 31).

O momento e os interesses unem ou dilaceram determinados atores. Segundo Daniel (1988, p. 28) “o poder político local, no âmbito de sua autonomia relativa, exerce suas atribuições tendo em conta as relações estabelecidas com a sociedade e, em especial, com outras modalidades de poder disseminadas na sociedade”.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender junto a esse fenômeno o poder econômico local que é expresso:

[...] no conjunto dos setores capitalistas cuja lucratividade depende dessas ações de regulamentação e de produção levadas a efeito pelo poder político local. Tais setores buscam influenciar as decisões políticas municipais com o intuito de maximizar lucros e viabilizar a reprodução de seu capital. (DANIEL, 1988, p. 28)

Em um Estado democrático, o poder local é apresentado como um novo paradigma do poder político, fundamentado na formação de uma nova cidadania que aproxima mais o Estado do cidadão e devolve o controle do cidadão sobre seu município diante de uma administração pública e democrática. Dessa forma, esse poder mostra-se eficiente para a gestão pública, aliando a democracia representativa à democracia participativa.

Sobre sua conceituação, o “Poder Local mostra-se mais abrangente que a de governo local. Poder Local pode abranger tanto o Município quanto algo mais amplo, como uma região; ou ainda algo mais restrito, como um bairro ou vila” (SANTIN, 2007, p. 330).

Gohn (2001, p. 34-35) afirma que:

[...] a partir dos anos 90 o Poder Local passou a ser identificado não somente com a sede político-administrativa do governo municipal, ou seja, as sedes urbanas, cidades ou Municípios, mas também com as formas de participação e organizações populares florescentes, desenvolvidas em especial por redes societárias, unindo uma dimensão sociológica àquela geográfica-espacial. Alguns o identificam, inclusive, com *empowerment*<sup>13</sup>, capacitando a comunidade, em conjunto com o poder público, a produzir políticas auto-sustentáveis de desenvolvimento em âmbito local.

---

<sup>13</sup> Delegação de autoridade.

Hass (2000) argumenta que os estudos de poder local no Brasil, foram produzidos entre as décadas de 1940 e 1960 e se dividem em estudos da comunidade e estudos políticos. No primeiro, o sistema político não é tratado de forma direta, e, no segundo, estudos são feitos a partir da análise do poder político em pequenas comunidades.

O poder local é uma integração entre as redes sociais e instituições, ou seja, Estado e sociedade civil que buscam novas formas sociais de representação e negociação de seus problemas (SANTIN, 2007). É possível conceituá-lo, assim como o "conjunto de redes sociais que se articulam e superpõem, em cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto" (FISCHER; CARVALHO, 1993, p. 154).

Assim sendo, o poder local pode ser considerado como um novo paradigma político, capaz de criar alternativas para as formas de representação em que os próprios indivíduos, mediante sua participação política ativa, passam também a se tornar responsáveis pelo destino de sua comunidade.

Dentro de um contexto democrático, trata-se da elevação da categoria social do poder local para o âmbito jurídico e político,

[...] aliando a descentralização com a participação popular no exercício do poder político, inaugurando uma forma mais democrática de gestão pública, aliada aos principais objetivos da Constituição Federal e do Estado Democrático de Direito brasileiro (SANTIN, 2007, p. 333).

Sader (1987, p. 15), ao trabalhar com o poder local e participação popular, enfatiza que o poder local está ligado à autonomia municipal, ou seja:

No entendimento mais comum, aquele que se houve da boca dos que o defendem, dos que o proclamam na disputa política, nós vemos uma referência forte à *autonomia municipal*, seja para a obtenção de recursos próprios para desenvolver sua política, seja mesmo para se organizar internamente. É um tipo de reivindicação que se cresceu bastante devido à centralização efetuada durante o regime militar, que acentuou elementos centralizadores anteriores.

A partir deste momento apresentado pelo autor é que se desenvolveu, então, uma política defensora da autonomia do município que, em vários

aspectos, aparece enquanto sinônimo do poder local, a autonomia está entendida como a organização estatal do município. Contudo, seria muito simplista vislumbrar o poder local apenas como a autonomia do município, pois é crucial levar em conta outro aspecto: o controle da população sobre os gestores locais.

Nesse caso, deve-se verificar como o poder se expressa localmente de forma teórica e prática, ou seja, não pensar esse poder apenas como organização das classes dominantes, mas como poder advindo de cada fragmento social. Entretanto, o poder, nesse sentido, é visto “como uma coisa, um lugar que se ocupa” (SADER, 1987, p. 16) e para confrontar essa máxima do poder enquanto 'coisa' precisa-se discutir o poder enquanto 'capacidade', não como substantivo, um lugar, mas como um atributo (SADER, 1987).

Para Sader (1987, p. 17):

Se nós pensarmos, então, a questão do poder como atributo, a capacidade de cada classe ou força social ou grupo de defender determinados interesses, de aplicar uma determinada política, nós poderemos passar à questão do poder da população. Se não estamos pensando simplesmente, então, no poder da prefeitura, se nós quisermos pensar num poder popular, nós devemos colocar uma pergunta: Quem exerce o poder popular?

Sader apresenta uma resposta mais voltada ao social, de forma direta, que obviamente “é o povo quem exerce” (1987, p. 17). Porém, essa conclusão traz outro questionamento: quem é esse povo? Daniel (1988) afirma que os principais atores que influenciam o poder local são o poder econômico local, constituído pelos setores capitalistas que dependem das regulamentações do poder político local e o poder social que, por sua vez, é representado, ora pelos movimentos sociais na figura de sindicatos e associações, entre outros, ora pela elite dominante, portadora das tradições locais, que tem como princípio balizar o desenvolvimento do município.

Em Sader (1987), a resposta é mais limitada, pois ele se refere ao povo que tem suas inquietações sanadas pelos seus representantes e, por sua vontade, detém a soberania. O povo, contudo, é conceito e ação diversa e é nesse sentido que ambas as concepções se contemplam.

Sader (1987, p. 18) se aproxima ainda mais da fala de Daniel, ao tratar de quem detém o poder:

[...] não se trata de abandonarmos a atenção voltada para a organização estatal, para a prefeitura, por exemplo. Mas nós verificamos essa organização estatal da prefeitura como um dos mecanismos que pode ser mais adequado ao exercício do poder das classes dominantes na medida em que ele já foi condensado, já está centralizado.

Hass (2000), ao analisar os partidos políticos e a elite chapecoense, chama a atenção para algumas questões sobre o poder local e seus estudos no Brasil. Para a autora os estudos ainda tendem a se preocupar em demasia com o controle familístico do poder local em detrimento da possibilidade de existência de um domínio oligárquico sem o controle familístico e vice-versa. Outro apontamento feito pela autora é que os estudos sobre o tema correm o risco de abordarem apenas as bases comunitárias, sem dar a devida atenção à questão das escalas, ou seja, para as ligações com a sociedade global e o poder nacional. Aponta, também, que se deve evitar a simples discussão entre os partidos elitistas e pluralistas e classificar os estudos a partir, exclusivamente, dos dados empíricos. A partir dessa premissa, entende-se que o poder local passa a ser explicado como um fenômeno inerente ao seu contexto social e econômico, sendo desprovido de existência própria (HASS, 2000).

É essa a argumentação aqui defendida: a de que o poder não existe por si só, mas está presente nas relações sugeridas por Raffestin (1993) e que estas relações são o que unem e dilaceram determinados grupos em diferentes épocas e cenários eleitorais.

## **CAPÍTULO 2 - O CONTEXTO HISTÓRICO POLÍTICO DO MUNICÍPIO DE IRATI**

## **2.1. A consolidação de Irati enquanto município**

O presente capítulo tem por objetivo descrever, o processo de criação do município de Irati, bem como as diversas composições do poder político local ao longo de sua história, como forma de melhor caracterizar o objeto da pesquisa.

Ressalta-se, no entanto, que não serão elencadas apenas as composições do executivo, mas também o legislativo que, em determinadas fases, apresentou alguns dos principais atores que marcaram suas passagens pelo poder político iratiense. Primeiramente foi realizada uma breve apresentação do período que compreende os anos de 1907 a 1982. Em seguida abordou-se, com maior ênfase, as eleições a partir de 1982, momento do surgimento dos atores políticos que construíram o contexto temporal aqui proposto.

Antes da chegada dos colonizadores, o território iratiense era habitado por indígenas da tribo Caigangue e Tupis. Vestígios dessas tribos ainda são encontrados tanto na sede do município quanto em seus distritos, principalmente em Itapará e Gonçalves Júnior.

Irati recebeu esta denominação em 1830, aproximadamente, quando Pacífico de Souza Borges e Cipriano Francisco Ferraz, oriundos da região de Teixeira Soares, “desbravaram” as matas batizando os rios e as “novas” terras. Por volta de 1840, adentraram o território iratiense duas bandeiras vindas de Sorocaba: a de José Domingues da Trindade, que originou o Bom Retiro, onde hoje se situa o Distrito do Guamirim, e a bandeira de João Pereira de Jesus, que se estabeleceu onde atualmente se situa a localidade do Pirapó (ORREDA, 1981).

Segundo o autor, as primeiras famílias da cidade eram provenientes das vizinhas cidades de Palmeira, Campo Largo, Lapa e Curitiba, no decênio de 1860. Como pioneiro de destaque, pode-se citar Francisco de Paula Pires, que era o líder dessa localidade e fixou residência em Covalzinho na década de 1880. Outros pioneiros de destaque nessa fase foram Pacífico de Souza Borges, José Monteiro, João Thomaz Ribas, Lino Esculápio e José Pacheco Pinheiro.

Covalzinho, no ano de 1899, recebeu, então, a fixação de um importante modal de transporte que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul: a estrada de ferro. Com isso, a dinâmica local tornara-se mais atrativa e o desenvolvimento teve início às margens dos trilhos. A estação recebeu o nome de Irati e 'Covalzinho' começou a entrar em desuso.

No que diz respeito à construção do espaço local, Orreda (1981, p. 3) destaca que:

Entre os construtores da ferrovia estavam futuros construtores da paisagem física e humana de IRATI, destacando-se: Basílio Floriani, João Visinoni, Antonio Budel, João Galicioli, Antonio Borazo, Benedicto da Cruz, Bortholo Victorio Benato, Thomaz Malanski, Antonio Olkoski, Candido Cordeiro e outros. Entre os novos habitantes em 1899 e início do século XX são citados: Emilio Batista Gomes, Braz Calderari, Manoel Gracia, Antonio Teixeira Sabóia, Julio Vieira Lisboa [...].

Todos esses nomes são hoje homenageados, nas vias da cidade, em razão da contribuição dada ao desenvolvimento de Irati. O crescimento acentuou-se em todos os setores devido a Irati ter se tornado um entreposto comercial que propiciava aos cidadãos locais vir comercializar seus produtos retornando com especiarias para suas cidades.

Em 1901, foi instalada a linha do telégrafo e, junto “com a afluência de grande número de famílias, Irati começa a crescer e se transformar em centro de convergência de toda a região” (ORREDA, 1981, p. 5). Também nessa fase foi instalada a primeira escola. Dois anos após é criado o Distrito Judiciário de Irati, em que foram eleitos os juízes distritais e dois camaristas para a Câmara Municipal de Imbituva, cujo território pertencia a Irati. No ano seguinte foi construída a primeira capela da localidade: Nossa Senhora da Luz.

Contudo, devido às dificuldades de acesso à sede, Imbituva, local que centralizava todos os serviços, a população começou a almejar a autonomia do Distrito. Com a renúncia dos camaristas Francisco de Paula Pires e do Coronel Emilio Batista Gomes, iniciou-se então o movimento em prol de sua autonomia, apoiado pela maioria dos moradores.

Este movimento foi liderado pelo Coronel Emílio Baptista Gomes, que se tornou o primeiro prefeito. Com o apoio do vice governador do Estado, no exercício da presidência, Dr. João Candido Ferreira foi sancionada, no dia 2 de

abril, a Lei nº 716, de criação do município de Irati, a qual foi instalada no dia 15 de julho de 1907 (ORREDA, 1981).

Assim sendo, em 21 de janeiro de 1904, Irati foi elevada a distrito judiciário, tornando-se elemento decisivo nos pleitos do município de Santo Antonio de Imbituva. A cerimônia ocorreu na residência de Francisco de Paula Pires que foi eleito o primeiro juiz distrital. Os 214 eleitores elegeram Francisco de Paula Pires e o Coronel Emilio Batista Gomes como camaristas de Imbituva, porém:

[...] as viagens, para pagamento de impostos, regularização de papéis, entre outros eram realizadas por trilhas íngremes e impraticáveis, se transformavam num sacrifício contínuo, que o povo já não suportava e que a prosperidade nascente se opunha de maneira categórica (FARAH; GUIL; PHILIPPI, 2008, p. 14)

Após amplo debate e entrelaçados episódios, durante a crise partidária, devido ao falecimento do Dr. Vicente Machado, na capital do Estado – Curitiba foi conquistado, por parte dos políticos locais, o apoio decisivo para a emancipação de Irati junto ao município de Imbituva. Nessa época, o Paraná era palco da luta vivida entre os Maragatos e os Pica-Paus (FARAH; GUIL; PHILIPPI, 2008).

Dessa forma, com o apoio do vice-governador do Estado, no exercício da presidência, Dr. João Candido Ferreira, foi sancionada, no dia 2 de abril, a Lei nº 716 criando o município de Irati, sendo instalado em 15 de julho de 1907 (ORREDA, 1981). Nesse mesmo processo também foram desmembrados de Imbituva os distritos de Imbituvinha, atual município de Fernandes Pinheiro, e Bom retiro, atual Guamirim.

O primeiro ato oficial do executivo foi nomear Arthur Baptista Peixoto como tesoureiro do município. Os primeiros camaristas escolhidos foram Benedicto de Moraes, Vicente de Benedicto, Paulo dos Santos Xisto, Cezar Bittencourt, Juvenal de Paula Pires e Augusto Alfredo de Christo. Na mesma solenidade, Emílio Baptista Gomes é empossado como primeiro prefeito. (FARAH; GUIL; PHILIPPI, 2008).

Foi nessa fase que as relações políticas ganharam destaque devido às angústias da população local influentes da época. Também os coronéis acima

citados procuraram inserir-se de uma forma mais contundente na política e se apresentaram como instrumentos na busca pela emancipação do município. A partir desse momento, iniciou-se o processo de ocupação do território com a vinda dos imigrantes de diversas etnias. Em 1908, poloneses e ucranianos instalaram-se no núcleo de Irati, nas proximidades do Rio dos Patos, e abriram caminho através de picadas no mato fechado.

No ano seguinte, alemães fundaram a Colônia de Gonçalves Júnior, e em 1910 mais poloneses e ucranianos, oriundos da região de Campo Largo, ocupam a região e, em 1913, começam a se fixar nas localidades do Rio do Couro, Mato Queimado e, em seguida, os italianos ocuparam outras áreas do município. Os holandeses foram representados por 48 famílias que foram direcionadas ao núcleo de Irati pelo governo Federal, instalando-se na mesma colônia.

Outra região que foi formada nessa fase por poloneses que se fixaram de forma espontânea foi a localidade da Serra dos Nogueiras. Essa primeira colonização teve mais etnias envolvidas no processo e passou por grandes obstáculos, no entanto, essas migrações motivaram significativamente a economia iratiense (ORREDA, 1981).

Nesse sentido, o autor afirma que:

[...] apesar da evasão que se verificou após esse primeiro desbravamento colonizador, em virtude das péssimas condições de vida e sobrevivência no sertão, as endemias, a falta de mercado para seus produtos, os colonos holandeses, alemães, ucranianos, poloneses, italianos e seus descendentes, na fusão de raças com os portugueses, espanhóis e nacionais, disseminados em todas as áreas do município, tornaram-se a grande força e a motivação da economia de Irati (ORREDA, 1981, p. 13).

A maioria dos descendentes de portugueses e espanhóis que fixaram residência na localidade era oriunda do vizinho Estado de São Paulo e chegaram por meio do tropeirismo. Também esses descendentes vinham a Irati para desenvolver atividades comerciais.

Os Italianos chegaram ao núcleo de Irati em diversas épocas e momentos e fixaram-se onde se encontram as localidades de Caratua I e II,

Pinho de Baixo e Pinho de Cima. Entretanto, outros italianos se instalaram no Rio do Couro, Barra do Gavião e Mato Queimado, além da sede do município.

Com relação ao nome Irati, “teria sido escolhido por Pacífico de Souza Borges e Cipriano Francisco Ferraz que eram vizinhos e habitavam a região onde se situa hoje Teixeira Soares” (ORREDA, 1981, p. 17). Esse nome teve sua origem na língua tupi-guarani e significa “terra de bastante mel”. A história dos dois personagens principais e sua odisséia na região iniciou-se há mais de cem anos, quando ambos avistavam as serras do que viria ser o território iratiense.

Segundo Orreda (1981), os aventureiros resolveram embrenhar-se no sertão, seguindo pelo leito do Rio Imbituva grande, depois através do Imbituva pequeno, na direção desejada e, finalmente, alcançaram o rio Assunguizinho. Após, abandonaram o rio e entraram mata adentro, onde acharam uma abelheira em uma árvore, com três bocas ou portas, uma na madeira, duas no chão. Então, batizaram o lugar com o nome das abelhas: Irati, onde hoje é denominado Irati-Velho. Tudo era sertão.

Em seguida, encontraram uma lagoa e denominaram o lugar de Lagoa. Em seguida, entraram pelo sertão e acharam um arroio, que chamaram de Camacua. Este nome surgiu porque no local havia um grande papuanzal. Cipriano, então, quis dizer papuã, porém, enrolou a língua e disse Camacua. Mais adiante, encontraram um campo muito largo e bonito, onde havia um rio. Denominaram-no de Rio Bonito. Pelo fato de existir muitas antas, o rio foi chamado Rio das Antas (ORREDA, 1981).

Desceram pela margem do rio, na encosta da serra, e acabaram encontrando novamente o Rio. Esta aventura levou quinze dias. Cipriano Francisco Ferraz continuou a residir em Teixeira Soares, que na época pertencia à região de Imbituva, embora tivesse cem alqueires de terras no Camacua. Pacífico de Souza Borges fixou residência na terra descoberta (ORREDA, 1981).

Irati se desenvolveu rápida e ordenadamente. Nos primeiros anos de sua existência foram inúmeras as realizações nos setores da tecnologia e da organização política, social e religiosa. Segundo Farah, Guil e Philippi (2008, p. 15), esse fato é proporcionado porque “desde sua formação, Irati contou com líderes arrojados, que acreditaram no potencial econômico da região”.

Como exemplo, os autores citam a figura do Coronel Manoel Grácia que, junto com o Coronel Francisco de Paula Pires, eram tidos como os mais influentes políticos nos primeiros anos de Irati. Após esse momento, desponta a liderança de João Baptista Anciutti como ator responsável no cenário político local.

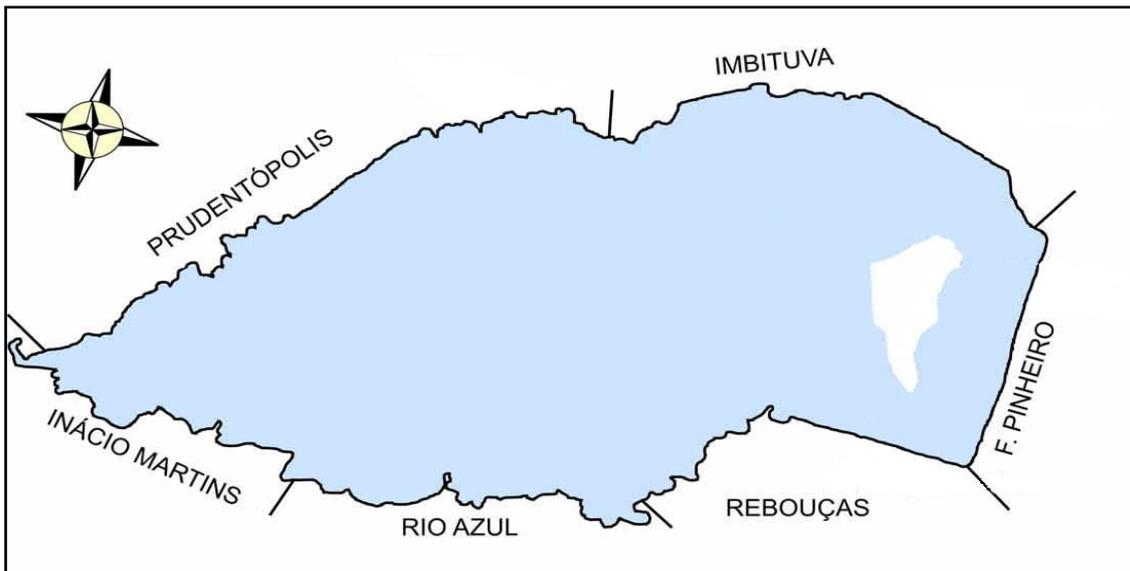
Em relação à economia, Irati, a exemplo de outras cidades da região como Guarapuava, Ponta Grossa, entre outras, passou por ciclos econômicos<sup>14</sup> que consolidaram o acúmulo de capital por influentes famílias do município. Atualmente, a diversidade na economia local é mais visível, e boa parte da economia ainda é movimentada pela produção agrícola (ORREDA, 1981).

Atualmente, os municípios limítrofes de Irati são: Imbituva, Fernandes Pinheiro, Rebouças, Rio Azul, Inácio Martins e Prudentópolis (vide figura 1). O território se encontra no Segundo Planalto Paranaense (vide mapa 1) e subdivide-se em três distritos mais a sede: Distrito do Itapará, Distrito de Gonçalves Júnior e Distrito do Guamirim. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município, tem uma população de 56.207 habitantes distribuídos numa área territorial de 1000 km<sup>2</sup>.

---

<sup>14</sup> Orreda (1981) atenta para o primeiro ciclo que foi do ouro, quando portugueses adentraram o território na busca pelo precioso minério. O segundo ciclo seria a da criação e comercialização do gado que cresceu devido à queda da produção do ouro. O terceiro ciclo, esse sim atingindo diretamente Irati, foi o da erva-mate que por ser uma planta nativa alavancou o crescimento econômico da província; O quarto ciclo se desenvolve quase que simultaneamente com o da erva foi o da madeira, que teve uma grande expansão de serrarias para contemplar a grande procura do pinho para a exportação. O quinto ciclo foi o da comercialização de terras que prepararia o próximo: o do café. Contudo, devido ao clima, o café não teve seu cultivo local. A cidade ficou conhecida a nível nacional como a maior produtora da batata inglesa.

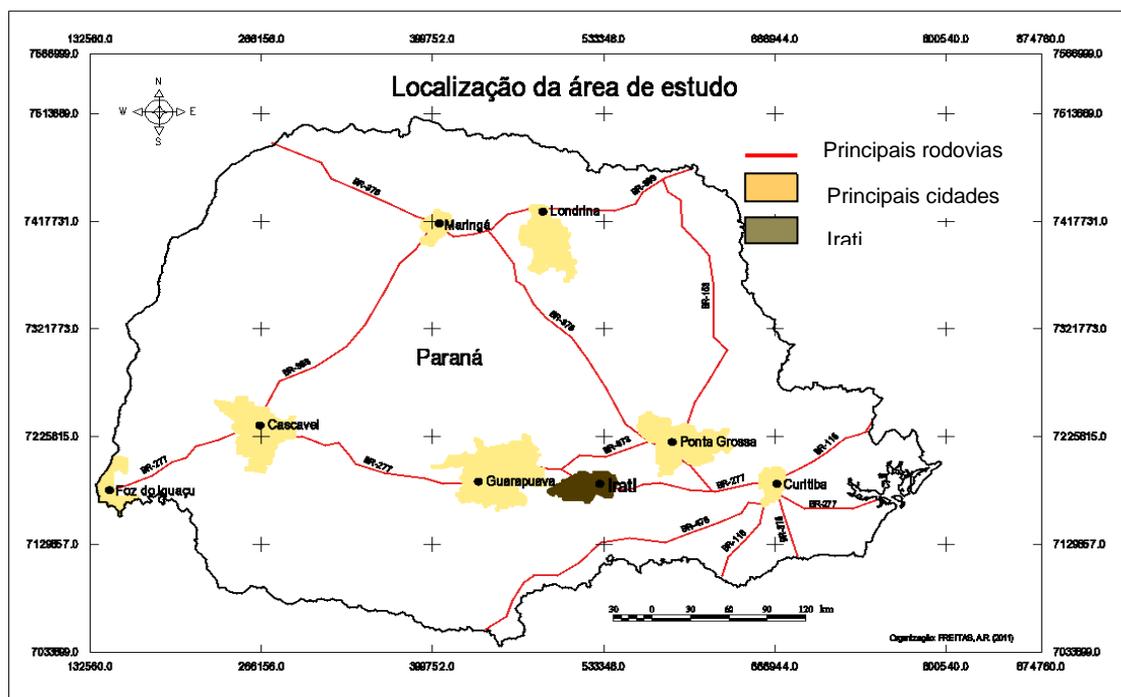
**Figura 1 – Irati, limites territoriais**



Fonte: Prefeitura municipal de Irati, 2011.

O número de eleitores é de 38.424, que compreende a 34ª Zona Eleitoral do Estado do Paraná e está subordinada à Juíza eleitoral Mitzy de Lima Santos, e tem como chefe do cartório Daisy Cler Filla de Oliveira. Pertencem, ainda, ao município 1.828 estabelecimentos empresariais. O PIB per capita é na ordem de 9.978 reais (IBGE, 2010).

**Mapa 1 – Localização da área de estudo.**



Org.: FREITAS, Andreza Rocha de, 2011.

O contexto histórico apresentado procura mostrar o desmembramento e a emancipação do município de Imbituva, bem como os primeiros momentos nas relações políticas proporcionadas pelos atores em busca do bem comum. Contudo, o principal objetivo desse texto foi a apresentação de alguns nomes que, pelo seu envolvimento em questões importantes, colocaram-se como os atores políticos locais de destaque.

## **2. 2. Os atores e as diferentes composições do poder político local no período de 1907 a 1982**

Após a instalação do município, alguns pioneiros tomaram frente junto ao poder público para a consolidação administrativa local. Começou, então, a fase da construção histórica do poder político local bem como do poder local.

Para o conhecimento desse processo foram elencados sucintamente os prefeitos que exerceram o poder de 1907 até o ano de 1982, bem como as composições da Câmara municipal a qual é etapa final da análise de José Maria Orreda. Após, será feita uma apresentação mais detalhada dos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores no período de 1988 a 2008, junto com seus respectivos partidos e coligações para dar início a abordagem da formação dos grupos de poder mais atuais. Alguns atores do poder político local que fazem parte da história política iratiense na eleição de 1982 serão também apresentados. O quadro 1 mostra a composição do poder público local na cidade no período de 1907 até 1930.

**Quadro 1 – Irati: Prefeitos no período de 1907 a 1930**

<b>Prefeito/período</b>	<b>Prefeito/período</b>
Emilio Batista Gomes - 1907 a 1908	Paulo dos Santos Xisto - 1920 a 1924
Antonio Teixeira Sabóia - 1908 a 1912	Zeferino S. Bittencourt - 1924 a 1928
Francisco de Paula Pires - 1912 a 1916	José Durski - 1928 a 1930
João B. dos Santos Ribas - 1916 a 1920	

**Fonte:** ORREDA, 1981.

**Org.:** RIGONI, Emerson, 2010.

A composição da Câmara Municipal no período de 1907 à 1930 contou com nomes de famílias tradicionais que tiveram uma forte representação junto

ao cenário político na história do município. Dessa forma, vale destacar nomes como de Benedito de Moraes, Manoel Gracia, Pedro Mendes de Oliveira, José Tobias Borges, Constantino Odresky, Caetano Zarpellon, Abib Mansur, Sezinando P. de Quadros, João Batista Anciutti, Antonio Xavier da Silveira, Antonio Lopes, João Batista Anciutti, Theodoro Cichewicz, João de Mattos Pessôa, Manoel de Carvalho (CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2010).

Sobre o período do golpe de 1930, fato histórico que leva Getúlio Vargas ao poder e fez com que o país passasse a ser dirigido por ele ininterruptamente até 1945, as eleições foram lavradas em atas falsas, feitas nas casas dos apaziguados dos governos locais, sem interferência do povo. Através deste sistema, elegeram-se os governos estaduais, a representação dos Estados e o presidente da república (FERREIRA, 2002).

No aspecto político, o agravamento das dissidências regionais, o movimento tenentista e a política de Washington Luís puseram fim ao pacto do café com leite. Estes foram acontecimentos que contribuíram para a formação da Aliança Liberal e toda a movimentação revoltosa que veio a culminar com a tomada do poder por Getúlio Vargas (FERREIRA, 2002).

Os prefeitos tiveram seus mandatos interrompidos em virtude da revolução e foram então nomeados os mandatários pelo interventor do Estado, conforme o quadro

**Quadro 2 – Irati: Mandatários no período de 1930 a 1938.**

<b>Mandatário/período</b>	<b>Mandatário/período</b>
Julio Vieira Lisboa – 1930 a 1931	Mário P. de Camargo - 1932 a 1938
Antonio Teixeira Sabóia - 1931 a 1932	

**Fonte:** ORREDA, 1981.

**Org.:** RIGONI, Emerson, 2010.

Da mesma forma que foi dissolvido o executivo municipal em 1930, o legislativo também passou pela mesma situação. Foi criado, então, o Conselho Consultivo Municipal, cujos conselheiros locais foram: José Alvim de Messias (1931 – 1932), Alcides Pereira Júnior (1932) e José Augusto da Silva (1933 – 1935) (CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2010).

Em 1935 o regime constitucional retornou e Mario Pimentel de Camargo ficou no poder até 1938. Foi instaurado novo golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas frente ao governo central com o apoio de importantes lideranças políticas e militares. Esse período ficou conhecido como Estado Novo, período autoritário da nossa história, que durou de 1937 a 1945. Ao longo de 1937, o processo eleitoral sofreu um progressivo esvaziamento e o poder político local foi expresso como mostra o quadro 3.

**Quadro 3 – Irati: Período de governo de 1938 a 1947**

<b>Prefeito/período</b>	<b>Prefeito/período</b>
Manoel Alves do Amaral - 1938 a 1944	João de Mattos Pessoa - 1946 a 1947
Moises de Oliveira - 1944 a 1945	Gumercindo Esculápio - 1947 a 1947
Alcides Boese -1945 a 1946	

**Fonte:** ORREDA, 1981.

**Org.:** RIGONI, Emerson, 2010.

O processo de redemocratização comportou pelo menos duas etapas distintas: a primeira, que iniciou em outubro de 1943, data do Manifesto dos Mineiros, e terminou em 29 de outubro de 1945; e a segunda, que começou com a presidência transitória de Linhares, em 29 de outubro de 1945 e finalizou em setembro de 1946, com o encerramento dos trabalhos da Constituinte. A primeira fase correspondeu às agitações democráticas que culminaram com a queda de Vargas. A segunda é considerada a fase da colheita que correspondeu à reorganização do país segundo as determinações da fase anterior. A composição local se afirmou na forma que apresentam os quadro 4, poderes executivo e legislativo, respectivamente.

**Quadro 4 – Irati: Período de governo de 1947 a 1982**

<b>Prefeito/período</b>	<b>Prefeito/período</b>
José Galicioli - 1947 a 1951	Ildefonso Zanetti - 1963 a 1969
Edgard Andrade Gomes - 1951 a1955	Edgard Andrade Gomes -1969 a 1972
João Mansur - 1955 a 1958	Lourival Luiz Fornazari - 1973 a 1976
José Siqueira Rosas - 1959 a 1959	Edgard Andrade Gomes - 1977 a 1979
Edgard Andrade Gomes - 1960 a 1963	Olavo Anselmo Santini - 1980 a 1982

**Fonte:** ORREDA, 1981.

**Org.:** RIGONI, Emerson, 2010.

Na composição da câmara de vereadores no período que contempla os anos de 1947 até 1982, destacam-se os seguintes nomes que estiveram como presidentes da casa: Geniplo Carvalho de Araújo, Cícero Dallegrave Moreira, Antonio Xavier da Silveira, Ângelo Biacchi Sobrinho, Alexandre Buchmann, José Galicioli, José Siqueira Rosa, Antonio Lopes Júnior, François Abib, João Anciutti Pessôa, Lourival Luiz Fornazari, Pedro Filus, Antonio Colaço Vaz, João Vieira da Rosa e Luiz Fernando F. Gomes (CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2010).

Dentre estes atores, apenas Lourival Luiz Fornazari e Antonio Colaço Vaz buscaram a efetivação de seus nomes como mandatários municipais nas eleições seguintes. Fornazari representou o grupo dos “Mão Brancas” como candidato a prefeito na eleição de 1982 e a vice-prefeito no pleito de 1988. Antonio Colaço Vaz, representante dos “Pés Vermelhos”, foi eleito prefeito em 1982, deputado estadual por dois mandatos (1990 a 1998) e ganhou a primeira eleição de 1996. Porém, não pode assumir, e foi novamente vencedor na eleição de 2000. A contribuição destes e das demais personalidades que construíram a história política de Irati serão apresentadas a seguir.

### **2.3. Os atores e os grupos políticos no período de 1982 a 2008**

A eleição de 1982 apresentou ao cenário político local, novos atores e, por isso, seria imprudente deixar uma lacuna na história política da cidade, assim sendo, esse fragmento foi construído com os dados obtidos junto aos jornais Folha de Irati, Irati Hoje e Hoje Centro Sul. Não se pode deixar de destacar nesse sentido, a valorosa contribuição que os diversos atores da esfera local propiciaram através de entrevistas concedidas.

#### **2.3.1. Eleição de 1982: um marco histórico na política local**

Na eleição de 1982, (resultado no quadro 5), o fato que mais chamou a atenção foi o grande número de atores que disputaram o poder político local. Além desse detalhe, ela foi também caracterizada pela inserção do Partido dos Trabalhadores (PT) na escala local.

### Quadro 5 – Irati: Eleições municipais no ano de 1982

Candidatos a prefeito e vice	Votos válidos
Antonio TOTI Colaço Vaz - PMDB Vice: Alfredo Van Der Neut	5.387
Lourival Luiz Fornazari - PDS Vice: Anivaldo Gonçalves Matozo	4.048
Roberto Thomaz - PDS Vice: Sergio Edgard Feniano Gomes	3.909
Oswaldo Viana de Freitas - PMDB Vice: Vicente Pankoski	1.748
Rodolfo Iurk Júnior - PMDB Vice: Felipe Lucas	1.647
Luiz Fernando Anciutti Pessoa - PDS Vice: Pedro Fillus	309
Carlos Alberto Munhoz - PTB Vice: Valdomiro Peres Antunes	90
Nicolau Bobak - PT Vice: Odair Guimarães	46

Fonte: <http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>

Org.: RIGONI, Emerson, 2010.

No início daquele ano – 1982 – se consolidou a provável candidatura do advogado Antonio Colaço Vaz sendo o empresário Roberto Thomaz indicado como vice. Nessa fase, as rádios locais Najuá e Difusora e o jornal Folha de Irati, também evidenciaram a mobilização do Partido Democrático Social (PDS), que lançaria de dois a três candidatos e realizava prévias com a presença dos mesmos (FOLHA DE IRATI, 01/05/1982 nº 409, p. 5).

O Partido Progressista (PP) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) realizaram uma convenção conjunta e definiram o novo diretório municipal. O fato evidenciado nesse caso foi a presença de atores, que anos mais tarde se tornariam adversários políticos como Van Der Neut e Felipe Lucas, juntos compondo esse diretório (FOLHA DE IRATI, 08/05/1982, nº 410, p. 5).

Logo após a convenção desses partidos, o PDS divulgou a candidatura do Médico Lourival Luiz Fornazari para concorrer ao executivo. Contudo, o nome do vice ainda não havia sido escolhido pela base. Nesse momento, o

prefeito Olavo Santini, juntamente com o deputado João Mansur, demonstrou satisfação com a indicação de Lourival Luiz Fornazari (FOLHA DE IRATI, 15/05/1982, nº 41, p. 5).

Para acirrar ainda mais a disputa, o prefeito Olavo Santini pediu que fossem lançados três nomes para concorrer ao pleito com o objetivo de fortalecer a base aliada. O PDS ganhou, nesse instante, nomes de peso em suas fileiras com a adesão de novos filiados de renome na cidade e definiu, assim, o nome do vice do candidato a prefeito Dr. Lourival Luiz Fornazari: Anivaldo Gonçalves Matozo.

Outro nome que ganhou apoio dentro do partido foi o de Luiz Fernando Anciutti Pessoa. Neste momento, foi vinculada a notícia da corrida eleitoral dos candidatos do PMDB que já se encontravam em campanha. Esse grupo político lançou como pretendentes ao executivo, além de Antonio Colaço Vaz, Rodolfo Yurk e Osvaldo Viana de Freitas. Porém, no mesmo mês, a corrida eleitoral ficou em segundo plano devido à realização da copa do mundo na Espanha e a atenção da população girava em torno desse evento (FOLHA DE IRATI, 19/06/1982, nº 415, p. 5).

No fim do mês de julho, o PT convocou interessados para participar de sua convenção. O PDS discutia a atual situação política e esperava decisão de Roberto Thomaz sobre seu interesse em disputar o pleito como candidato a prefeito, no intuito de fortalecer a base nessa disputa. Porém, o mesmo afirmou que essa hipótese estava descartada (FOLHA DE IRATI, 31/06/1982, nº 420, p. 5).

Em Agosto, o Partido dos Trabalhadores lançou o nome de Nicolau Bobak como candidato a prefeito, com Odair Guimarães para seu vice. Nesse momento, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) realizava sua reunião e definiu lançar a candidatura de Carlos Roberto Munhoz para prefeito e Valdomiro Peres como vice. Roberto Thomaz decidiu, então, participar da disputa e recebeu o empresário Sérgio Gomes como seu vice. Assim sendo, esse pleito contou com oito candidatos na disputa para a prefeitura e noventa e oito nomes concorrendo à Câmara Municipal.

Nessa fase, a opinião popular apontou um favoritismo em torno do nome do Dr. Lourival Luiz Fornazari para vencer a eleição (FOLHA DE IRATI,

14/08/1982, nº 422, p. 5). Alfredo Van Der Neut (Entrevista, 31 jan. 2011) relembra e confirma o favoritismo desse ator para vencer as eleições.

No mês seguinte, a disputa tomou outro rumo e Antonio Colaço Vaz começou a despontar como candidato preferido num pleito extremamente concorrido devido à participação de nomes tradicionais da cidade de Irati.

Nas palavras de Antonio Toti Colaço Vaz (Entrevista, 31 jan. 2011):

A Eleição foi uma batalha, contra tudo e contra todos, umas das eleições mais históricas de Irati, o movimento religioso a qual participava mostraram a necessidade de haver ruma grande mudança na política de Irati, mudança essa que já era momento emergente no Paraná, atrelado ao forte discurso de José Richa.

A campanha se desenvolveu de forma pacífica e no dia quinze de novembro a população foi às urnas e elegeu Antonio Colaço Vaz e Alfredo Van Der Neut como prefeito e vice, respectivamente. Os mesmos foram diplomados em dezesseis de dezembro (FOLHA DE IRATI, 11/12/1982, nº 438, p. 5).

Antonio Toti Colaço Vaz (Entrevista, 31 jan. 2011) afirmou que tinha certeza que ganharia a eleição, por tudo o que tinha acontecido, pela adesão na campanha por parte da população e pela participação da juventude, principalmente. Salientou, ainda, que sabia dos pontos fracos dos adversários pelo convívio de quase 10 anos e sabia que a política local precisava mudar.

Ao falar de apoio a sua candidatura, Colaço Vaz (Entrevista, 31 jan. 2011) argumenta, ainda, que o mais importante foi a adesão das pessoas dos bairros e da agricultura, pois poucos empresários tradicionais da cidade estavam a seu lado e destaca que o maior apoiador dentre os empresários foi Ademar Vieira de Araújo que rompeu com o lado opositor e veio aderir a sua candidatura.

Segundo Van Der Neut (Entrevista, 31 jan. 2011):

[...] a eleição foi comprida e difícil, afinal nenhum dos adversários acreditava no potencial de ambos, pois o poder estava sempre nas mãos de outros grupos políticos locais e os mesmos não representavam nenhum grupo, contudo destaca que nesse momento a população sentiu que estava na hora de mudar e pendeu sua escolha para uma renovação.

A Câmara de Vereadores teve em suas fileiras nessa eleição, nomes que se destacam até os dias de hoje no cenário político local, principalmente em épocas de eleições que, de forma direta ou indireta, estão sempre envolvidos de alguma forma nas disputas eleitorais. Fato marcante dessa eleição foi a diplomação da primeira mulher como vereadora, a esposa do candidato a prefeito Osvaldo Viana de Freitas, Severina Pereira da Silva (PMDB).

Dentre os eleitos, o destaque foi Pedro Vantroba (PDS) que, no pleito seguinte, foi eleito vice-prefeito na chapa de Alfredo Van Der Neut. Assim, a composição do legislativo local nesse pleito teve os seguintes nomes escolhidos, além dos já citados: Armando Van Der Laars Filho (PDS); Augusto Tucholski (PDS); Albino Pabis (PMDB); Demétrio Hlatiki Neto (PMDB); Davi Brandalize Sobrinho (PDS); Estanislau Stefaniak (PDS); Geraldo José Gadens (PDS); José Maria Orreda (PMDB); José Claudir Menon (PMDB); Romeu Augusto Zamlorenzi (PMDB) e Renato Malach Marochi (PMDB). Exerceram a presidência da Câmara nesse período os vereadores: Geraldo José Gadens (1987 – 1988), José Maria Orreda (1983 – 1984), José Claudir Menon (1987 – 1988) e Romeu Augusto Zamlorenzi (1985 – 1986) (CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2010).

Para Antonio Toti Colaço Vaz (Entrevista, 31 jan. 2011), a eleição de 1982 foi um momento histórico na política local devido à mudança extraordinária pela qual a cidade passou em seus diversos setores. Vaz contextualizou este episódio como um paradigma, ou seja, Irati antes e Irati depois de 1982, porque foi uma mudança quase radical, em que o poder saiu das mãos de políticos tradicionais, que há anos governavam o município, e foi parar nas mãos de um novo ator.

A consolidação desse novo grupo mexeu com o imaginário social e representou para a população a expectativa de melhorias e desenvolvimento municipal. As ações impetradas nesta administração resultaram em mais uma vitória desse grupo.

### 2.3.2. Eleição de 1988: o continuísmo dos “pés vermelhos”

Na eleição seguinte (1988), Alfredo Van Der Neut, vice-prefeito no mandato anterior, foi eleito prefeito, principalmente com os votos oriundos do interior do município. Esse fato ocorreu pelo trabalho desenvolvido no mandato de Antonio Colaço Vaz que priorizou o atendimento ao colono. A característica principal dessa eleição foi um menor número de candidatos (quadro 6) e o aumento das coligações político-partidárias. A partir desse momento é possível perceber a divisão implícita nessas coligações.

Essa eleição, segundo Alfredo Van Der Neut (Entrevista, 31 jan. 2011), foi acirrada devido à oposição ter notado que teria mais trabalho levando em consideração já terem sido derrotados antes pelo grupo que ele representava. O envolvimento da população foi primordial e apontou para um fato peculiar que, devido ao posicionamento na campanha, alguns casais vieram a entrar em conflito por um ser de um lado e o outro do outro. Salienta, ainda, que o trabalho desenvolvido junto aos colonos que estavam esquecidos no interior do município, aliado a questão da desfavelização e o início das obras do parque aquático, auxiliaram muito na escolha do eleitorado.

Nessa eleição, o grupo liderado agora por Alfredo Van Der Neut teve amplo apoio do governo do Estado, nessa fase já a transição do governo José Richa para Álvaro Dias, do então deputado estadual Artagão de Mattos Leão e do deputado federal Celso Sabóia. Aponta, ainda, que a candidatura decolou devido o envolvimento de todos, casa a casa, corpo a corpo.

**Quadro 6 – Irati: Eleições municipais no ano de 1988**

<b>Candidatos a prefeito e vice</b>	<b>Votos válidos</b>
Alfredo Van Der Neut - PMDB Vice: Pedro Vantropa - PMDB	11.348
Olavo Anselmo Santini - PTB Vice: Lourival Luiz Fornazari - PFL	9.315
Francisco Marochi - PT Vice: Trajano Gracia - PT	1.373

**Fonte:** <http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>

**Org.:** RIGONI, Emerson, 2010.

Para compor a Câmara dos Vereadores nesse mandato foram eleitos candidatos que viriam a disputar as eleições seguintes, cujos destaques eram os nomes de Felipe Lucas (PDT), que já tinha composto chapa na eleição anterior, João Batista Guerreiro Júnior (PMDB) que buscou a indicação de seu nome para o pleito de 1992, Romeu Ribeiro Batista (PTB), que foi o indicado a vice prefeito e Orlando Agulham Júnior (PTB), que foi o escolhido para enfrentar Felipe Lucas e Luiz Rodrigo de Almeida Hilgemberg (PRN) nas eleições (CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2010).

Os demais vereadores eleitos foram: Derci Carlito Barby (PMDB), Joaquim Vicente Zarpellon (PMDB), João Maria Pedroso (PTB), Romeu Augusto Zamlorenzi (PMDB) e Sérgio Edgard Feniano Gomes (PDT).

Em termos de representatividade junto aos eleitores, o grupo formado em 1988 apresentou um desgaste, entendido como natural no meio político, que veio culminar na vitória da oposição no pleito seguinte.

### **2.3.3. Eleição de 1992: a virada “mão branca”**

No pleito de 1992, o bloco liderado por Felipe Lucas e Luiz Rodrigo de Almeida Hilgemberg, denominado Coligação Oposicionista, recebeu o apoio dos seguintes partidos: Partido Democrático Trabalhista (PDT), PTB, PDS, Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Democrata Cristão (PDC). A coligação do bloco situacionista, cujo lema era “Construindo o amanhã”, foi formada pelo PMDB, Partido Social Trabalhista (PST), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Para Rodrigo Hilgemberg (Entrevista, 31 jan. 2011), “essa foi a eleição mais bonita da história recente da política de Irati”. Ele afirmou que isso ocorreu devido ao grupo do PMDB ter vindo de duas gestões, ou seja, seis anos de mandato de Antonio Toti Colaço Vaz e mais quatro anos da gestão Alfredo Van Der Neut. Naturalmente havia um desgaste desse grupo, afinal, depois de certo período a frente do poder público municipal, o governo passou a ter, com maior frequência, elevada taxa de rejeição. Hilgemberg (Entrevista, 31 jan. 2011) salientou, ainda, a dificuldade de não haver na época a imprensa favorável ao seu grupo e argumentou que na época a imprensa era toda tendenciosa ao grupo situacionista, afinal, o jornal Folha de Irati e a rádio Difusora

representavam o grupo do PMDB e a rádio Najuá era mantida por esse mesmo grupo na ocasião.

Segundo o jornal Folha de Irati (16 de maio de 1992), foi nessa semana que a política local ganhou destaque devido ao anúncio da situação em que haveria dois candidatos para disputar a cabeça de chapa dentro da coligação. Assim sendo, Orlando Agulham Júnior e João Batista Guerreiro disputaram as prévias, tendo por acerto pré-determinado com o PST, a indicação do vice: Romeu Ribeiro Batista. Com relação aos opositoristas, cogitou-se, na época, que o mesmo poderia sofrer um racha interno porque o PTB e o PDS estavam dispostos a lançar candidatura própria (KIEL, 1992).

Rodrigo Hilgemberg (Entrevista, 31 jan. 2011) relembrou os fatos e expôs que nesse instante ele era o candidato natural a prefeito, pois durante seu mandato de vereador se posicionou como um dos mais combativos vereadores frente à situação, fato esse que o projetou politicamente e as pessoas começaram a ver em sua pessoa a renovação. Contudo, por ser extremamente jovem, não conseguiu o apoio dos membros mais senis da coligação e nesse sentido, a figura do Dr. Felipe Lucas, que também foi vereador de oposição e que possuía mais experiência e desempenho político, teve seu nome destacado de forma unânime dentro do grupo.

No mês de maio de 1992, vinculou a notícia que a oposição superou a ideia de fragmentação da base aliada e já possuía um nome de peso para concorrer ao pleito. Foi então que Felipe Lucas entrou em evidência. Porém, o bloco entendeu que ainda era muito cedo para uma divulgação definitiva e resolveu esperar até as convenções para lançar de fato a chapa que faria frente à situação. Já a insistência da coligação situacionista em lançar o nome de Orlando Agulham Júnior criou certa euforia na oposição que se intitulou feliz com essa insistência, pois consideravam o candidato fraco e imaturo politicamente (FOLHA DE IRATI, 16/05/1992, nº 877, p. 5).

As colocações feitas pelos adversários políticos geraram indignação por uma parcela da população. Assim, surgiram três nomes de destaque que poderiam enfrentar o candidato Felipe Lucas de igual para igual (FOLHA DE IRATI, 23/05/1992, nº 878). Nesse momento, o PT ainda discutiu sobre a possibilidade de uma proposta de coligar com a situação, contudo, dependeria ainda de acertos junto ao PMDB e PST (KIEL, 1992).

No dia vinte e cinco de maio, a coligação “Construindo o amanhã” realizou sua primeira convenção. Orlando Agulham Júnior derrotou João Batista Guerreiro e foi confirmado como candidato a prefeito, tendo como vice, Romeu Ribeiro Batista. Com a derrota, João Batista afirmou que o que interessava na verdade era a cidade de Irati e concedeu total apoio à chapa. A coligação recebeu também o apoio do então prefeito Alfredo Van Der Neut e do deputado estadual Antonio Toti Colaço Vaz (FOLHA DE IRATI, 28/05/1992, nº 879, p. 5).

Na semana seguinte, ratificou-se a chapa para a disputa das eleições e os nomes dos candidatos foram lançados à Câmara Municipal. Em seguida, a oposição apresentou sua chapa que legitimou o então vereador Dr. Felipe Lucas, do PDT, como candidato a prefeito, tendo como vice o vereador Luiz Rodrigo de Almeida Hilgemberg, do extinto PRN.

Hilgemberg (Entrevista, 31 jan. 2011) lembrou que a escolha para o vice do Dr. Felipe Lucas não foi das tarefas mais fáceis. Ocorreram, durante todo o processo, de três a quatro prévias para escolher o melhor nome. Rodrigo evidenciou que não era considerado como o “candidato dos sonhos” do Dr. Felipe Lucas, afinal, a preferência girava em torno do nome do empresário Armando Trento. Apesar disso, foi o escolhido pelo voto na convenção e a chapa foi então composta.

Nessa eleição disputaram vagas no legislativo mais de cem nomes. Segundo opiniões da época, havia oito nomes de destaque que possivelmente seriam eleitos devido à evidência política em detrimento de uma chapa oposicionista compostas por muitos desconhecidos.

Após não obter êxito nas negociações para lançar candidato a vice-prefeito com a coligação “Construindo o Amanhã”, o PT resolveu, em convenção, disputar cadeiras apenas para o legislativo e não apoiar nenhum candidato a prefeito, deixando livre a escolha para a população (FOLHA DE IRATI, 11/07/1992, nº 885, p. 5).

Ao fim do mês de maio, o presidente do diretório municipal do Partido dos trabalhadores, Reinaldo Wagner, solicitou aos seus para não menosprezarem os candidatos a vereador do partido, porque, segundo ele, poderia haver uma surpresa nas eleições pelo fato desses candidatos terem uma boa aceitação no interior do município. Nesse instante, cresceu a

popularidade de Orlando Agulham Júnior e Romeu Ribeiro Batista. Com isso, ficou tão evidente o otimismo de ambos na publicação de quinze de agosto da Folha de Irati que chegaram a afirmar que estavam iniciando, naquele momento a arrancada para a vitória. Contudo, segundo Kiel (1992), nenhum candidato a prefeito e a vice poderia garantir que estava na frente e com a eleição ganha. O que poderia se afirmar é que a realidade do pleito apresentada naquele momento era de uma disputa acirrada, de igual para igual e que nenhum levava vantagem nesse momento. Contudo, o resultado da eleição mostrou outra realidade.

O presidente do diretório municipal do PMDB e coordenador da coligação situacionista, Germano Strasmann, acreditava numa virada devido à grande aceitação que seus candidatos estavam recebendo no centro da cidade a qual é, historicamente, uma base eleitoral da oposição (KIEL, 1992). Segundo Orlando Agulham Júnior (Entrevista, 05 nov. 2010), esse fato ocorreu porque a campanha cresceu naturalmente em função dos trabalhos realizados pelo representante do legislativo local e por seu vice possuir um perfil conciliador. No início do mês seguinte, a corrida em busca dos votos na cidade ganhou destaque por parte dos dois candidatos devido aos comícios e o corpo a corpo, que foram os instrumentos lançados como estratégia (FOLHA DE IRATI, 05/09/1992, nº 893, p. 5).

Rodrigo Hilgemberg (Entrevista, 31 jan. 2011) lembrou que ele era o redator da campanha e que junto com Marcos Leite e o professor José Maria Orreda, produziram todos os programas de rádios e discursos. Enquanto o Dr. Felipe Lucas, com todo seu potencial de trabalho no corpo a corpo fez um trabalho dantesco, Rodrigo fez o papel que lhe cabia e conseguiu uma votação gigantesca. Essa, sem dúvida, foi a eleição em que tudo deu certo, pois a população estava muito receptiva, o discurso era afinado, e, por serem vereadores oposicionistas na gestão anterior, conheciam as mazelas administrativas da situação.

Nessa fase a campanha atingiu níveis conflitantes. Na segunda quinzena de setembro o juiz eleitoral teve que intervir devido ao “baixo nível” da eleição e pediu menos apelação no que diz respeito a “troca de farpas” entre as duas coligações (KIEL, 1992).

Sobre esse momento, Alfredo Van Der Neut (Entrevista, 31 jan. 2011) expôs que nessa fase a eleição tinha passado dos limites, ou seja, a disputa extrapolou o político e foi para o pessoal. Este fato gerou um mal estar entre os grupos e acirrou o convívio entre os mesmos. Esta situação, segundo Van Der Neut (Entrevista, 31 jan. 2011), já havia sido superada pelo trabalho proposto por ele e pelo ex-prefeito Antonio Toti Colaço Vaz. Van Der Neut salientou, também, que ninguém ganhou com isso, afinal essa eleição tirou a tranquilidade de todos. Lembrou, ainda, que numa eleição ou se ganha ou se perde e que o poder é efêmero. Nessa eleição não houve debates devido à inviabilidade ora proposta pela coligação da oposição, ora por sanções impostas pela justiça eleitoral. Infelizmente, o eleitorado não teve a oportunidade de conhecer as propostas colocadas em debate por parte dos candidatos (FOLHA DE IRATI, 19/09/1992, nº 895, p. 5).

Em seguida, um novo fato agravou as relações entre os postulantes quando na edição de 26 de setembro o jornal local destacou que o candidato Felipe Lucas teve seu nome envolvido em adoções ilegais de crianças, fato esse que revoltou a população devido ao teor político dessas acusações. Chegou, enfim, o momento das eleições. Felipe Lucas venceu a disputa com 62% dos votos e deixou os adversários perplexos com a grande margem de diferença nas urnas (quadro 7). Em entrevista realizada, Orlando Agulham Júnior argumentou que o resultado dessa eleição ocorreu pelo fato do grupo político que ele representava estar desgastado perante a população iratiense.

Alfredo Van Der Neut (Entrevista, 31 jan. 2011) concordou com Orlando Agulham Júnior (Entrevista, 05 nov. 2010), ao atribuir o resultado aos 10 anos de desgaste político do grupo. Acrescentou que as decisões pré-campanha deveriam ser repensadas, afinal, ocorreu certa divisão interna no grupo e isso não foi bom, no entanto salientou o companheirismo de Orlando e dos demais atores envolvidos.

### Quadro 7 – Irati: Eleições municipais no ano de 1992

Candidatos a prefeito e vice	Votos válidos
Felipe Lucas - PDT Vice: Rodrigo Hilgemberg - PRN	17.425
Orlando Agulham Júnior - PMDB Vice: Romeu Ribeiro Batista - PST	7.638

Fonte: <http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>

Org.: RIGONI, Emerson, 2010.

A Câmara Municipal também sofreu uma grande mudança, pois apenas um vereador conseguiu a reeleição: Derci Carlito Barby (PMDB). Entendeu-se que esse fato do legislativo esteja relacionado com o mesmo processo de desgaste que o executivo passou. Para esse mandato, a Câmara foi composta por treze eleitos, um aumento significativo com relação à composição anterior (FOLHA DE IRATI, 26/09/1992, nº 896, p. 5).

Assim sendo, os eleitos para o cargo de vereador foram: Armando Van Der Laars Filho (PDS), Augusto Segundo Guerreiro (PDS), Amilton Luis Brandalize (PST), Derci Carlito Barby (PMDB), Eugenio Gryczak (PDT), Ieda Regina Schimalesky Waydzik (PSDB), Joel Anderson (PRN), José Osmar Laroca (PSDB), Ladislau Obrzut Neto (PMDB), Maria Helena Sékula Smolka (PMDB), Mario Pianaro Angelo (PMDB), Mesaque Kecot Veres (PMDB) e Roberto Sass (PRN). Os presidentes da Câmara foram Joel Anderson (PRN) e Roberto Sass (PRN).

Hilgemberg (Entrevista, 31 jan. 2011) lembrou que os eleitos receberam uma prefeitura combalida, a situação era pior do que imaginavam e destacou sua angústia ao questionar o Dr. Felipe Lucas sobre o que o mesmo queria que ele fizesse. Assim sendo, Lucas orientou Rodrigo Hilgemberg para que fosse conduzindo a prefeitura enquanto ele ia a Brasília buscar recursos para solucionar os problemas do município.

Esse desenvolvimento veio desencadear um problema dentro da administração de Felipe Lucas. Rodrigo, ao assumir a responsabilidade de tocar o município, acabou excedendo seus direitos de vice-prefeito e acabou cometendo alguns erros que proporcionaram um desconforto para Felipe Lucas o qual veio a pedir o afastamento de Rodrigo da administração.

Dessa forma, Rodrigo Hilgemberg se afastou da administração pública depois de quatro meses e voltou a sua atividade particular como empresário. Sobre esse momento o mesmo afirma:

Encaminhei à Câmara dos Vereadores os meus vencimentos para que fosse repassada a alguma instituição, pois entendia que não seria justo receber o salário estando afastado de meus trabalhos políticos. Penso ainda que por ser centralizador, acabei extrapolando meus direitos de vice e por isso acabei cometendo algumas infantilidades na época (HILGEMBERG, entrevista, 31 jan. 2011).

Ao assumir o cargo, Felipe Lucas acusou o ex-prefeito Alfredo Van Der Neut de deixar uma dívida no valor de Cr\$ 30 bilhões, porém o mesmo se defendeu ao afirmar que era de apenas Cr\$ 3,5 bilhões.

Em pronunciamento vinculado à Folha de Irati do dia 16 de Janeiro de 1993, Alfredo Van Der Neut buscou desmentir as afirmações de Felipe Lucas e afirmou que iria à justiça contra o atual mandatário, pois além da referida dívida, o mesmo o acusou de ter comprado tinta de uma loja de sua propriedade que daria para pintar a cidade três vezes (FOLHA DE IRATI, 16/01/1993, nº 910, p. 5).

A administração de Felipe Lucas acusou que a antiga administração teria comprado 150 mil litros de tinta e que a empresa era fantasma, contudo Alfredo Van Der Neut contrapôs a acusação e alegou terem sido comprados, em seu mandato, apenas 14,358 litros de tinta que foram usados na pintura de casas populares e que a empresa fornecedora estava dentro da lei (FOLHA DE IRATI, 16/01/1993, nº 910, p. 5).

Outra ocorrência que abalou a política local foi a expulsão de o vereador Mesaque Kecot Veres (PMDB) por deixar sua cadeira, na Câmara Municipal, para assumir um cargo junto a atual administração. Além disso, o vice Rodrigo Hilgemberg voltou a se defender contra as acusações sobre a ligação entre sua farmácia e a prefeitura (FOLHA DE IRATI, 06/03/1993, nº 917, p. 5). No mês de Abril, mais denúncias contra a administração atual vieram à tona. Dessa vez, as acusações foram proporcionadas pelo suplente a vereador do PDT, Marcos Stepka, que apontou negociatas por parte do executivo (FOLHA DE IRATI, 17/04/1993, nº 923, p. 5).

Ainda nesse ano, o poder público foi acusado de revanchismo político ao demitir cento e um funcionários e contratar outros noventa e um para preencher as vagas. Quem fez essa colocação foi o vereador Ladislau Obrizut Neto, então no PSDB, ao observar as informações contidas nos boletins oficiais, afixadas no mural da prefeitura. Esse fato causou um longo processo jurídico durante o mandato de Felipe Lucas.

Em 27 de fevereiro outro fato que abalou as relações entre os grupos locais foi quando o jornal Folha de Irati noticiou que os farmacêuticos locais estavam descontentes com a administração pública, pois a mesma favorecia a Farmácia Trajano, de propriedade do então vice-prefeito Rodrigo Hilgemberg, em detrimento das demais. Rodrigo Hilgemberg desmentiu a acusação e disse que até a funcionária que emitiu as ordens de compras sem atender as determinações oficiais foi demitida (FOLHA DE IRATI, 27/02/1993, nº 916, p. 5).

Esses episódios podem ser considerados como o “estopim” para a acirrada disputa que ocorreria no ano de 1996. Deste modo, desencadeou-se uma forte disputa com uma divisão entre os grupos políticos da cidade. Essa dicotomia ficou evidente com a aproximação das eleições de 1996, que ocorreram de forma extremamente acirrada e ficou conhecida como a “eleição da discórdia”. Foi caracterizada por Antonio Toti Colaço Vaz (Entrevista, 31 jan. 2011) como “um dos episódios mais emocionantes e também mais tristes” da política local.

#### **2.3.4. Eleição de 1996: duas campanhas e uma cidade dividida**

Em junho de 1996, o enfoque político-partidário girava em torno dos nomes que disputariam a eleição desse ano. A oposição era composta pelo ex-prefeito Alfredo Van Der Neut, do PMDB, e pelo vice o empresário Sergio Gomes do PTB. Essa chapa tinha o apoio do então deputado estadual Antonio Toti Colaço Vaz que se pronunciava na rádio Difusora, legitimando esse apoio. A coligação era composta pelo PMDB, PTB e PSDB e foi denominada 'Movimento Popular Progressista' (MPP). A chapa adversária lançou Rodrigo Hilgemberg, que era o vice-prefeito, como candidato a prefeito e seu vice o secretário de saúde Dr. Sergio Stoklos. A base da situação era composta pelo PFL, PDT, Partido Progressista Brasileiro (PPB) e Partido Verde (PV) e foi

chamada de 'União Progressista Iratiense'. Nesse pleito, o PT lançou candidatura própria e chapa completa, com candidatos ao executivo e legislativo (FOLHA DE IRATI, 06/07/1996, nº 1080, p. 5).

No início de agosto de 1996 começou a campanha eleitoral na rádio. Ao final do mês, uma mudança significativa na disputa foi anunciada: Alfredo Van Der Neut desiste do pleito e Antonio Toti Colaço seria o novo candidato pelo MPP. Sobre essa desistência, Alfredo Van Der Neut (Entrevista, 31 jan. 2011) comentou que devido a 13 denúncias propostas pelo então prefeito Felipe Lucas contra ele e as mesmas estarem em andamento, ele acabou refletindo sobre o assunto e resolveu desistir do pleito deixando a vaga para o então deputado estadual Antonio Toti Colaço Vaz. Para Van Der Neut (Entrevista 31 jan. 2011), o grande momento que marcou sua provável candidatura foi a adesão do empresário Sergio Gomes ao seu grupo. Afinal, em momentos passados, Sergio se colocava como oposição.

Sobre esse momento, Antonio Toti Colaço Vaz (Entrevista, 31 jan. 2011) salientou que o partido ficou sem candidato e o mesmo não queria participar como postulante a prefeito por ter projetos na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná enquanto deputado estadual. Contudo, foi levado por amigos da época e, relutante, optou pelo clamor do grupo e entendeu o momento como uma eleição extremamente difícil.

A candidatura de Toti Colaço Vaz teve o apoio imediato do deputado federal Paulo Cordeiro e Sergio Gomes desiste de concorrer como vice. Após esse fato, a oposição escolheu o nome do Médico Ladislau Obrizut Neto como vice de Antonio Toti Colaço Vaz que recebeu também o apoio de renomados da política paranaense, tais como: Nelson Justus, Roberto Requião, Hermas Brandão, entre outros (FOLHA DE IRATI, nº 1087, 24 ago 1996, p. 5).

No fim de Setembro, o instituto Paraná Pesquisas apontou o favoritismo de Toti Colaço com larga vantagem sobre o candidato situacionista. Orlando Agulham, presidente do PTB, falava, então, sobre a provável impugnação da candidatura de Toti, proposta pelo grupo adversário e diz que a mesma foi criada para desacreditar em uma campanha vitoriosa (FOLHA DE IRATI, 28/09/1996, nº 1092, p. 5).

Por fim, Toti Colaço Vaz ganhou a eleição (quadro 8) e lembrou de todo o penoso processo para chegar a vitória: a renúncia de Alfredo, o pedido

de impugnação, a derrota no Tribunal Regional Eleitoral, a falta de tempo para a campanha e a falta de recursos financeiros, e começou a pensar em sua equipe administrativa (FOLHA DE IRATI, 12/10/1996, nº 1093, p. 5).

#### **Quadro 8 – Irati: Primeira eleição municipal no ano de 1996**

<b>Candidatos a prefeito e vice</b>	<b>Votos válidos</b>
Antonio TOTI Colaço Vaz - PMDB Vice: Ladislau Obrizut Neto - PTB	13.755
Luiz Rodrigo Hilgemberg - PFL Vice: Sergio Stoklos - PFL	12.197
Trajano Gracia - PT Vice: Wilson Portela – PT	941

**Fonte:** <http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>

**Org.:** RIGONI, Emerson, 2010.

Contudo, a União Progressista Iratiense (UPI) buscou na justiça impedir Toti Colaço de assumir a prefeitura, pelo fato dele ter se pronunciado na rádio após o prazo estabelecido pela lei eleitoral (FOLHA DE IRATI, 26/10/1996, nº 1095, p. 5).

Após recurso de última instância, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que houvesse nova eleição em Irati nesse mesmo ano. Esse fato aumentou a disputa entre as coligações e esse embate transcendeu a esfera política e foi para as ruas. Nesse momento, a população ficou dividida e esse fato proporcionou um grande número de conflitos, como debates acirrados, discussões entre cabos eleitorais de ambas as partes, perturbação do sossego devido às inúmeras noites de vigia para se coibir as supostas compra de votos, entre outros.

Antonio Toti Colaço Vaz (Entrevista, 31 jan. 2011) lamentou a decisão (anexo 1) que manteve indeferido seu registro naquele momento e em seguida marcada outra eleição no curto prazo de 30 dias. Relembrou que casos concretos em outros processos similares levaram aproximadamente 2 anos até que fossem resolvidos, como foi o caso recente da eleição do prefeito Zezo Pontarolo do vizinho município de Imbituva em 2008.

Para concorrer contra a chapa Rodrigo/Sergio, os “Pés Vermelhos” colocaram a frente o nome do Médico petebista Ladislau Obrizut Neto e como

vice o empresário Germano Strasmann. Para Orlando Agulham Júnior, essa eleição foi atípica e repleta de denúncias de irregularidades. O desgaste provocado pelas duas campanhas refletiu no financeiro do grupo de Ladislau Obrizut Neto e apontou também uma forte dificuldade em popularizar o nome dos candidatos pelo fato dos mesmos não serem conhecidos de forma contundente, apesar do bom trabalho realizado por Ladislau Obrizut Neto enquanto vereador. Essa dificuldade, segundo Orlando, foi agravada devido ao Tribunal Regional Eleitoral ter proibido a propaganda eleitoral pela rádio.

No dia 22 de Dezembro ocorreu a nova eleição. Como já era esperado, o resultado foi extremamente “apertado” (quadro 9).

**Quadro 9 – Irati: Segunda eleição no ano de 1996**

<b>Candidatos a prefeito e vice</b>	<b>Quantidade de votos válidos</b>
Luiz Rodrigo Hilgemberg - PFL Vice: Sergio Stoklos - PFL	12.712
Ladislau Obrizut Neto - PTB Vice: Germano Strasmann - PMDB	12.668
Trajano Gracia - PT Vice: Wilson Portela - PT	960

**Fonte:** <http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>

**Org.:** RIGONI, Emerson, 2010.

A composição do legislativo para a Câmara Municipal foi composta pelos seguintes nomes: Alberto Carlos Naimann (PDT), Augusto Gadens Sobrinho (PDT), Amilton Luis Brandalize (PPB), Derci Carlito Barby (PMDB), Elvino Laroca (PMDB), Eugenio Demczuk (PTB), Joel Fogaça de Almeida (PFL), Joel Pinto (PTB), Luiz Mierzva (PFL), Meroslau Kolicheski (PDT), Milton Rodrigues dos Santos (PFL), Mario Pianaro Ângelo (PMDB) e Osmário José Bacil (PDT). Os presidentes da Câmara foram: Joel Fogaça de Almeida (1998 - 2000) e Meroslau Kolicheski (1997 - 1998) (CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2010).

Nesse momento, devido a uma precipitação na apuração e anúncio do eleito, a vitória foi dada ao grupo de Ladislau Obrizut Neto, mas em seguida, após conferir as urnas, concluiu-se que o poder político local continuaria a ser representado pelo grupo político de Rodrigo Hilgemberg e Sergio Stoklos. Esse resultado acirrou ainda mais a divisão política local e culminou com o MPP

entrando com o pedido de impugnação (anexo 2), mas não surtiu efeito (FOLHA DE IRATI, 11/01/1997, nº 1104, p. 5).

Orlando Agulham Júnior (Entrevista, 05 nov. 2010), ao expor sobre o ocorrido, relatou a angústia desse momento que, devido a precipitações de diversos atores em declarar a vitória de um dos candidatos, proporcionou uma tremenda confusão. Enquanto um grupo comemorava a vitória, a verdade estava sendo exposta no Ginásio Municipal de Esportes (local da apuração) e certamente iria ocasionar uma animosidade entre os grupos. Orlando relembra, ainda, que até hoje é cobrado por segurar o ímpeto dos colaboradores que invadiram o Ginásio Municipal devido a toda confusão ocorrida.

Alfredo Van Der Neut (Entrevista, 31 jan. 2011) lembrou-se do fato e salientou que o juiz comunicou a todos que o prefeito eleito teria sido Ladislau Obrizut Neto e que o mesmo chegou a dar a palavra para o prefeito eleito e para o candidato derrotado. Van Der Neut lembrou, também, que no meio da comemoração o grupo começou a perder a animosidade quando notícias começaram a chegar sobre a apuração e que devido a essa situação confusa, ficou um ponto de interrogação para todos, entretanto não acusa ninguém pelo ocorrido.

Antonio Toti Colaço Vaz (Entrevista, 31 jan. 2011) apontou para a interrogação que ficou na cabeça de todo mundo sobre o ocorrido naquela noite. Comentou que ficou um buraco negro dentro de Irati devido a esse episódio e sobre o enorme desgaste proposto por duas eleições que foi o marco da divisão política local.

### **2.3.5. Eleição de 2000: a volta dos “pés vermelhos” ao poder**

Em relação ao pleito de 2000, no mês de maio, a Folha de Irati já noticiava a definição dos candidatos para o mês seguinte conforme o que estabelecia a justiça eleitoral e salientava que a maior dificuldade encontrada pelos candidatos nesse instante era o fechamento das alianças entre os grupos políticos. Nessa fase, o atual prefeito Rodrigo Hilgemberg descartou seu interesse pela reeleição e afirmou que seu apoio seria para Sergio Luiz Stoklos. Contudo, o ex-prefeito Felipe Lucas, mesmo sob denúncias de improbidade

administrativa que no momento estavam tramitando na justiça, se articulava e sinalizava sua intenção em se lançar candidato.

Essa articulação ganhou mais força quando Felipe Lucas acenou por uma provável aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT) que se colocava de forma favorável na indicação do vice na chapa de Felipe. No PTB, Orlando Agulham Júnior já havia apresentado as propostas do partido enquanto o ex-prefeito e ex-deputado estadual Antonio Toti Colaço Vaz (PSDB) teria seu nome em destaque e liderava as intenções de voto mesmo não tendo ainda definido o nome de seu companheiro de chapa.

No PMDB o interesse foi dividido e alguns partidários defenderam o lançamento de candidatura própria cogitando então o nome do ex-prefeito Alfredo Van Deu Neut, bem como de alguns outros atores desse partido que já passaram pela Câmara Municipal e outros influentes partidários que eram representantes do comércio e famílias tradicionais do município (FOLHA DE IRATI, 12/05/2000, nº 1262, p. 5).

Já Alfredo Van Der Neut (Entrevista, 31 jan. 2011) afirmou que, devido aos fatos do pleito de 1996, ele e o grupo do PMDB tinham um compromisso moral com o ex-deputado Antonio Toti Colaço Vaz e que acabaram se unindo na campanha. O fato positivo desse pleito foi a tranquilidade na eleição.

No decorrer da campanha, o que se pode perceber foram quadros de indefinições e avaliações do que se apresentava para a disputa do mesmo ano. Orlando Agulham avaliava a provável candidatura e como cautela visualizava uma possível aliança com o PSDB e PMDB. Toti iniciava a sua campanha e Stoklos e Felipe Lucas não haviam definido ainda os rumos de seus partidos. Alfredo Van Der Neut, do PMDB, concedeu entrevista a Folha de Irati e discorreu sobre arrecadação e administração. Já Sergio Stoklos discutiu sobre a necessidade do prefeito eleito entender os anseios do povo. Nesse pleito, outro fator interessante em seu desenvolvimento foi a estréia das urnas eletrônicas no processo eleitoral, fato que trouxe mais agilidade e confiança nas eleições (FOLHA DE IRATI, 19/05/2000, nº 1263, p. 5).

No fim do mês de julho, foram definidos os candidatos a prefeito e vice. A maior novidade foi a desistência do candidato Sergio Stoklos (PFL) em concorrer à prefeitura por não aceitar ser o vice na chapa de Felipe Lucas

(PPS). A coligação então anunciou o nome de Manoel Lisboa como representante na coligação.

Essa articulação promoveu a retirada do PT das negociações, e obrigou o Partido dos Trabalhadores a lançar candidatura própria de imediato. Deste modo, o partido lançou o professor Idemar Becki como candidato a prefeito e como vice, Marco Antônio Gemieski, do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Sobre esse momento, Idemar Becki (Entrevista, 05 nov. 2010), comentou que estava tudo certo para ele ser candidato a vice-prefeito na chapa encabeçada por Felipe Lucas, no entanto, a aproximação do mesmo com o DEM veio a inviabilizar essa aproximação entre Felipe Lucas. O PT lamentou, pois essa aproximação, além de promover o crescimento local do PT, culminaria também em uma nova forma do Partido dos Trabalhadores ser visto pelo eleitorado, pois até o ano de 2000 era tido como um partido fechado e que nunca tinha feito uma coligação.

A coligação PSDB, PTB e PMDB foi reforçada pela adesão do PPB, Partido Liberal (PL) e Partido Social Liberal (PSL) e confirmou Toti Colaço como candidato a prefeito e Orlando Agulham Júnior como vice (FOLHA DE IRATI, 30/01/2000, nº 1269, p. 5).

Para Toti Colaço (Entrevista, 31 jan. 2011) essa eleição foi tranquila, pois o mesmo já estava preparado para a campanha. Apontou como ponto marcante a reunião do grupo que havia se dispersado em 1998 em sua campanha para a reeleição a deputado estadual.

Sergio Stoklos, sobre a sua decisão em não mais disputar a eleição, disse que seu nome era tido como candidato certo por existir um acordo político feito há algum tempo e que constava o apoio a sua candidatura nessa eleição. Quanto às mágoas sobre esse desfecho, ele afirmou ser inexistentes devido ao seu caráter e sua dignidade serem suficientes para absorver as diferenças (IRATI HOJE, 07/07/2000, nº 28, p. 3).

Na disputa pelas treze cadeiras da Câmara dos Vereadores, foram lançados nesse pleito noventa e oito nomes por parte das coligações. Nesse mês, a justiça eleitoral se posicionou e orientou os candidatos e coligações a tomarem cuidado com o abuso do poder econômico. Paralelo a esse fato, os candidatos Antonio Toti Colaço Vaz e Orlando Agulham Júnior, da coligação

100% Irati, foram até a capital do Estado em busca de apoio político do governo estadual e dos deputados que representavam suas legendas.

Felipe Lucas e seu vice, Manoel Lisboa, reviveram a coligação vencedora do pleito de 1996 e sua coligação novamente se chamou 'União Progressista Iratiense' (UPI) e, finalmente, definiu seu plano de governo e sua equipe para a campanha. O PT confirmou a “chapa pura” e apresentou, além do rol de candidatos, os deputados estaduais e federais que deram apoio a candidatura nessa disputa (IRATI HOJE, 07/07/2000, nº 28, p. 3).

Em 15 de julho já era apresentada a possível posição do atual prefeito Rodrigo Hilgemberg com relação ao seu apoio nessa campanha. Ele se colocou de forma neutra no processo, afinal, seu candidato preferido, Sergio Luiz Stoklos, desistiu da corrida eleitoral e uma aproximação com Felipe Lucas seria um tanto traumática, bem como com o grupo da oposição. Outro destaque nesse período foi o apoio do deputado estadual Valdir Rossoni à coligação 100% Irati. Cabe lembrar que esse ator político na eleição passada apoiou o grupo da situação (FOLHA DE IRATI, 15/07/2000, nº 1271, p. 5). Rodrigo, ao ser indagado sobre sua isenção, se diz tranquilo e que aprendeu como homem público, a conviver com críticas. (IRATI HOJE, 30/12/2000, nº 42, p. 3).

No início do mês de agosto, a UPI lançou oficialmente sua campanha e apresentou a sua base de apoio que foi composta pelo Partido Popular Socialista (PPS), PFL, Partido Socialista Brasileiro (PSB), PDT, Partido Social Cristão (PSC) e Partido Republicano Progressista (PRP). Ao contrário de algumas especulações nessa fase, a justiça eleitoral legitimou as três candidaturas para concorrer ao Paço Municipal.

Logo após, o PT também lançou oficialmente sua campanha. Idemar Becki afirmou que o partido queria a participação do povo no seu governo. Acrescentou que para se tornar um bom governante é necessário a pessoa ser íntegra e conhecedora das necessidades da população (FOLHA DE IRATI, 01/09/2000, nº 1278, p. 5). Salientou, ainda, que o partido apresentou uma plataforma política ousada para a época, baseando a participação popular local na bem sucedida experiência do orçamento participativo desenvolvido na cidade de União da Vitória e que a prioridade em sua possível gestão estaria voltada, de fato, à educação, saúde e agricultura.

Na segunda metade do mês de setembro, a notícia que mais abalou o meio eleitoral foi a provável inelegibilidade de Toti Colaço a qual logo foi negada pelo procurador regional eleitoral e foi recebida pela Coligação do candidato como uma forma da UPI confundir a opinião pública pelo fato ocorrido em 1996. A coligação 100% Irati respondeu as colocações e Toti dizia que a disputa seria no voto, sem trapaças, colocando um tom mais vigoroso naquela campanha (FOLHA DE IRATI, 16/09/2000, nº 1280, p. 5).

Contudo, o pleito de 2000 transcorreu de forma mais amena e os vitoriosos foram Toti Colaço e Orlando Agulham (quadro 10).

#### **Quadro 10 – Irati: Eleições municipais no ano de 2000**

<b>Candidatos a prefeito e vice</b>	<b>Quantidade de votos válidos</b>
Antonio TOTI Colaço Vaz - PSDB Vice: Orlando Agulham Júnior - PTB	12.456
Felipe Lucas - PPS Vice: Manoel Lisboa - PFL	8.458
Idemar Beki - PT Vice: Marcos Antonio Gemieski - PT	8.042

**Fonte:** <http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>

**Org.:** RIGONI, Emerson, 2010.

A Câmara dos Vereadores teve os seguintes escolhidos: Alberto Carlos Naimann (PPS), Antonio Roberto Sequinel (PPS), Elvino Laroca (PFL), Eugenio Demczuk (PTB), Helio de Mello (PMDB), Jorge Luiz Zen (PPS), Jose Osmar Laroca (PSDB), Luis Antonio Andreassa (PTB), Maria Zuleika Onesko (PSDB), Marcelo da Luz Rodrigues da Anunciação (PDT), Otília Setenarski (PSDB), Oscar Renato Berger (PMDB) e Sergio Luiz Stoklos (PFL). O presidente foi Eugenio Demczuk (2001 – 2002 e 2003 – 2004) (CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2010).

Dessa forma, entende-se o forte poder que Toti Colaço possuía junto ao eleitorado iratiense. O fato que mais chamou a atenção nessa eleição foi o crescimento marcante dos votos do PT que até então tinha uma discreta participação nas eleições municipais.

Sobre esse pleito, Orlando Agulham Júnior (Entrevista, 05 nov. 2010), declarou que essa eleição foi muito mais tranquila que a anterior, pois em todos

os momentos da campanha, as pesquisas apontavam a vitória da coligação. Segundo Orlando, o apoio do Deputado federal Paulo Cordeiro e da proposta de Antonio Toti Colaço Vaz de instalar uma clínica de hemodiálise na cidade foi o fator determinante para a vitória. Sobre o crescimento do número de votos do PT nessa eleição, destacou que o mesmo ocorreu devido aos outros dois candidatos já terem sido prefeitos eleitos.

Idemar Becki (Entrevista, 05 nov. 2010), concordou com Orlando Agulham (Entrevista, 05 nov. 2010), ao citar o desgaste dos outros dois candidatos, entretanto, salientou que as propostas inovadoras e o fato do partido lançar um nome novo no cenário político local foi o estopim do crescimento dos votos do partido em Irati. Lembrou, ainda, que para as famílias tradicionais que sempre se alteraram no poder, a candidatura do PT foi entendida como uma afronta por serem vistos como forasteiros no cenário local. Esse fato foi facilmente contestado, pois, ao desenvolver suas atividades profissionais enquanto educador, Idemar se fez conhecer por muitas famílias iratienses. Além disso, observou ele, que alguns empresários locais lhe deram apoio por perceberem o crescimento de sua campanha.

Alfredo Van Der Neut, (Entrevista, 31 jan. 2011) ao discorrer sobre o crescimento do PT nas eleições, apontou que quando não se está em cima de um nome, está em cima de um protesto, porém, o mesmo não tira os méritos nem o trabalho da campanha de Idemar Becki.

Contudo, Colaço Vaz (Entrevista, 31 jan. 2011) expõe que o PT vinha num crescimento automático em termos de país, e os votos foram de oposição, não de protesto. O partido estava num processo de crescimento natural e o clima de mudança no Estado e no país, bem como a forte aceitação do governo Lula em todo canto do Brasil, propiciaram o êxito do momento.

### **2.3.6 – Eleição de 2004: uma nova composição nos grupos políticos – união e fragmentação**

A eleição de 2004 começou lenta em Irati, desde a autorização da justiça para o início da campanha até o fim de julho. O que se percebia eram cautela e situações informais adotadas pelos candidatos para esse pleito.

No início da campanha o PMDB lançou quatro prováveis nomes: Jorge Derbly, Alfredo Van Der Neut (ex-prefeito), Mario Pianaro Angelo (vereador por duas vezes) e o maestro Adilson Araújo. O mais provável para ser o escolhido na convenção era Jorge Derbly. O vereador Hélio de Mello colocou-se a disposição como um provável vice no caso do PMDB lançar chapa pura. Nessa fase, o PT buscou mobilização para o pleito visando compor a chapa e também discutir políticas de aliança e preparação dos candidatos.

Da mesma forma, o PDT apresentou o nome do empresário José Carlos Tabisz como pré-candidato do partido, mas sinalizou, também, uma possível coligação com o PMDB, PL e PSB. O desenvolvimento maior nesse período foi a presença do deputado estadual Hermas Brandão na cidade colocando-se a disposição para fortalecer a campanha de Orlando Agulham Júnior do PSDB (FOLHA DE IRATI, 28/05/2004, nº 1458, p. 5).

Outros nomes de destaque da política paranaense como Valdir Rossoni (deputado estadual) e Eduardo Sciarra (deputado federal) junto a Nelson Justus (deputado estadual) e Álvaro Dias (senador) também se comprometeram com Agulham nas eleições.

O candidato da coligação PSB/PPS, Sergio Stoklos, afirmou que a campanha possuía fases próprias e em cada período se revelava uma forma de divulgação. Disse, também, acreditar que era cedo demais para a apresentação do material de campanha.

No mês de junho, o fato evidente foi a mobilização dos partidos visando as convenções e definições em torno das alianças entre os grupos políticos. Dessa forma, o PDT solicitou que o prefeito Toti Colaço Vaz concorresse a reeleição, contudo, essa hipótese foi descartada. Esse foi o momento quando as relações e os jogos de interesse mais se evidenciaram nesse pleito.

Em julho foram definidos os candidatos e as alianças, e a disputa girava em torno de Idemar Becki do PT, com a vice professora Rosemary Sartory Potker, também do PT, que não coligou e lançou chapa pura. O PMDB lançou como candidato a prefeito o empresário Jorge Derbly e Ico Andreassa do PL como vice, tendo o apoio do prefeito Toti Colaço Vaz. O PSDB ratificou Orlando Agulham Júnior como seu representante, cujo vice era Antonio Filipus, do mesmo partido. Já o PPS resolveu apoiar Sergio Luiz Stoklos, do PSB, e indicou Marisa Lucas como vice (FOLHA DE IRATI, 02/07/2004, nº 1463, p. 5).

O mês de agosto foi o escolhido para o lançamento oficial de todas as candidaturas. Idemar Becki, do PT, expôs a escassez de material para sua campanha, que diz respeito à falta de recursos e que o partido ainda estava correndo atrás de fomento, mas afirmou que a ética e a transparência seriam levados a sério no processo.

Orlando Agulham, da coligação “A transformação começa agora”, PSDB, PFL, PSL, Partido dos Aposentados da Nação (PAN) e PSC, afirmou que a articulação seria baseada em poucos gastos e que existiam peças de campanha que eram dispensáveis. Também afirmou que a campanha não seria baseada nas promessas, mas sim nos feitos (HOJE CENTRO SUL, 28/07/2004, nº 224, p. 3).

Sobre essa eleição, Agulham (Entrevista, 05 nov. 2010), explicou que a aproximação com os Democratas ocorreu de forma natural, pois na eleição geral anterior ele apoiou a candidatura do deputado federal Eduardo Sciarra, do DEM. Afirmou, ainda, que decidiu ser candidato por ter 40% de aprovação, em levantamento do Paraná Pesquisas, como a pessoa mais preparada para ser o prefeito de Irati, contudo lamentou que a intenção de votos não ultrapassava de 19%. Sobre o resultado, relatou que o candidato Sergio Stoklos soube aproveitar de forma peculiar o desgaste político do grupo a qual ele pertencia anteriormente.

Já o candidato das coligações “Renovação”, PMDB, PV, Partido Progressista (PP), PL, PDT, PTB e PRP, Jorge Derbly declarou que sua campanha estaria nas ruas de forma estruturada, o comitê já estava em funcionamento e a corrida para ele já havia iniciado, pois ele era o mais novo ator da política naquele instante (HOJE CENTRO SUL, 28/07/2004, nº 224, p. 3).

Nessa fase o que mais chamou a atenção na disputa foram os debates que vieram acirrar ainda mais a disputa eleitoral. Contudo, nas ruas, o embate se mostrava tímido. O ponto marcante em 2004 foi a renovação nos postulantes. Nesse momento, apareceram como “novos” atores no cenário, Antonio Filipus e Jorge Derbly. Nesse instante, iniciou-se o desmembramento entre os “Pés Vermelhos”, que foi fator determinante para a divisão de votos e deixou Sergio com considerável intenção de votos. Marisa Lucas, esposa do então deputado estadual Felipe Lucas, surgiu também no cenário político.

Em 22 de setembro saiu a pesquisa eleitoral para prefeito de Irati e apontou ampla vantagem para Sergio Stoklos e Marisa Lucas, da coligação PPS/PSB, com 23,3% de intenção - contra 18,5% de Jorge Derbly, 10,8% de Orlando Agulham e 6,6% de Idemar, na espontânea. Ao final do mês, Sergio e Marisa apareceram com 38,2%, contra 19,7% de Derbly, 15,9% de Orlando e 11,2% de Idemar, quando houve o último debate entre os candidatos (HOJE CENTRO SUL, 22/09/2004, nº 232, p. 3).

Chegado o pleito, confirmou-se a vitória (quadro 11) de Sergio Luiz Stoklos. Logo em seguida, o novo prefeito iniciou a fase de construção de sua equipe administrativa.

**Quadro 11 – Irati: Eleições municipais no ano de 2004**

<b>Candidatos a prefeito e vice</b>	<b>Quantidade de votos válidos</b>
Sergio Luiz Stoklos - PSB Vice: Marisa Lucas - PPS	12.979
Jorge Derbly - PMDB Vice: Ico Andreassa - PL	8.651
Orlando Agulham Júnior - PSDB Vice: Vice: Antonio Filipus - PSDB	5.388
Idemar Beki - PT Vice: Rosemary Sartory Potker - PT	4.763

**Fonte:** <http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>

**Org.:** RIGONI, Emerson.

O legislativo local teve 70% de seu quadro renovado e os atores eleitos foram: Antonio Roberto Cequinel (PPS), Alexandre de Godoy Rocha (PSB), Marcelo da Luz Rodrigues da Anunciação (PP), Helio de Mello (PMDB), Jose Ronaldo Ferreira (PRP), Osmario Bacil (PSB), Raimundo Gnatkowski (PDT), Sidnei Jonaldo Jorge (PRP), Valdenei Cabral da Silva (PDT) e Wilson Karas (PPS). Os presidentes da Câmara foram: Antonio Roberto Cequinel (2005 - 2006) e Marcelo da Luz Rodrigues da Anunciação (2007 – 2008) (CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2010).

Sobre o resultado das eleições, Idemar Becki (Entrevista, 05 nov. 2010), apontou como fato negativo em sua campanha a euforia do PT em vislumbrar uma votação elevada como em 2000 e explicou que esse fato foi propiciado por dois motivos: o primeiro, em 2002, quando ele teve a

oportunidade de sair candidato a deputado estadual e manter seu nome em evidência, porém, acabou refutando a condição; e o segundo, devido ao partido ter subestimado a popularidade do candidato eleito Sergio Stoklos, que já havia sido vereador, vice-prefeito e um conceituado médico na cidade.

Alfredo Van Der Neut (Entrevista, 31 jan. 2011) salientou a divisão no grupo que diminuiu o potencial de votos e afirmou que isso foi um erro de estratégia, mas apontou que todos tem o direito de se lançar candidato quando entende que o momento é propício. Ele entende que se as forças tivessem sido somadas a disputa poderia ser mais equilibrada inclusive com diferente desfecho.

### **2.3.7 – Eleição de 2008: um novo grupo e a opção democrática**

Em julho de 2008 iniciou-se o processo eleitoral para prefeito e vereadores com o anúncio dos nomes pretendentes ao pleito. Dessa forma, Sergio Stoklos, junto com sua vice, Marisa Massa Lucas, determinaram que iriam disputar a reeleição tendo como adversários novamente o empresário Jorge Derbly e Mario Cezar Pianaro Ângelo Júnior. Nessa eleição, percebeu-se, de início, uma mudança total no quadro político partidário local devido à formação das coligações para a campanha, ou seja, partidos que em outros momentos estavam de lados opostos, e em alguns casos propondo até mesmo uma disputa acirrada, nessa eleição uniram-se em torno de um mesmo ideal.

Assim sendo, Sergio Luiz Stoklos e Marisa Lucas, contaram com o apoio dos seguintes partidos: Partido da República (PR), PPS, PSC, PT, PP, Democratas (DEM), antigo PFL, PTB, PSDB e PDT, que formaram a coligação “União por Irati”, esse grupo teve o apoio de ex-prefeito e ex-deputado estadual Antonio Toti Colaço Vaz. A oposição foi composta pelo PMDB e pelo PRP e denominada “Opção Democrática” (HOJE CENTRO SUL, 02/07/2008, p. 3).

Orlando Agulham Júnior (Entrevista, 05 nov. 2010), expôs que, devido à observação do trabalho de Sergio Stoklos frente ao poder político local, quando várias melhorias foram efetivadas, levaram o médico a trabalhar na aproximação do PSDB e do DEM junto ao prefeito candidato. Em relação à opção do PMDB em confrontar a situação, Agulham Junior limitou-se a enaltecer a questão democrática do partido em se colocar como oposição.

Idemar Becki (Entrevista, 05 nov. 2010), apontou para um erro do partido em participar dessa aliança, afinal, segundo ele, o partido deixou de expor suas propostas ao mesmo tempo em que o PT não construiu uma oposição responsável, fato histórico, nesse sentido. Ele argumentou, também, que o PMDB teve uma reafirmação ao se posicionar contrariamente a verticalização dos demais grupos locais. Idemar Becki afirmou, ainda, que o mais correto seria ter composto aliança junto a esse partido.

Esse fato também foi apontado pelo ex-candidato a vice-prefeito (1988) e prefeito (1996) do Partido dos Trabalhadores, Trajano Gracia (Entrevista, 05 nov. 2010), que salientou a importância do PT de se coligar com o PMDB para fortalecer a base e eleger um vereador.

Em agosto de 2008 Jorge Derbly lançou oficialmente sua candidatura e afirmou ter grandes expectativas para a campanha com a certeza de que poderia ser vitorioso na eleição. Os candidatos da coligação receberam o apoio do deputado estadual Artagão de Mattos Leão Júnior e do deputado federal Moacir Miqueleto, bem como do vice-governador Orlando Pessuti (HOJE CENTRO SUL, 20/08/2008, nº 431, p. 3).

No mês de setembro, Sergio Luiz Stoklos e Marisa Lucas apresentaram seu plano de governo voltado aos empresários e comerciantes e comunicaram ao Instituto Equipe que não participariam do debate previsto com Jorge Derbly, pois entendiam que a apresentação de seus planos era uma atitude mais efetiva do que lançamento oficial de candidatura e continuariam a propor seus projetos para outros segmentos, tais como: na agricultura, indústria, cultura, educação e saúde. Jorge Derbly também apresentou seu plano de governo na mesma semana (HOJE CENTRO SUL, 10/09/2008, nº 433, p. 3).

Um evento inédito nessa eleição foi a ausência de comícios por ambas as coligações. Segundo a coordenadora da campanha de Sérgio Stoklos, Rozenilda Romaniw, os comícios foram deixados de lado devido à lei que proibia atrações nesses eventos. Esse episódio causou desinteresse por parte da maioria da população, contudo, a coordenadora salientou que a opção de realizar reuniões com no máximo 200 pessoas, em detrimento dos comícios, era um instrumento mais eficaz para levar ao eleitor as propostas dos candidatos.

Esse fato também foi citado por Mário Pianaro Ângelo, coordenador de Derby, ao afirmar que dessa forma a campanha seria “olho no olho” e se apresentaria de forma mais eficiente (FOLHA DE IRATI, 03/10/2008, nº 1673, p. 5).

Com o apoio do governo do Estado e do deputado estadual Felipe Lucas, Sérgio venceu de maneira fácil a eleição de 2008 (quadro 12). Alfredo Van Der Neut apontou as dificuldades dos candidatos do grupo, afinal Sergio Luiz Stoklos teria feito um excelente primeiro mandato que agradou a população e sua participação era fortalecer o grupo para eleger vereadores por isso lançou seu nome mesmo não tendo a intenção maior de sair candidato a vereador.

Sobre sua campanha a Câmara, Van Der Neut, (Entrevista, 31 jan. 2011) explica que sua ação foi simples, sem custos e o grande erro foi o “já ganhou”, afinal seu nome é conhecido por muitos e várias pessoas o têm como pessoa capaz e entende que talvez o fator econômico possa ter influenciado na reta final. O mesmo lamenta que acabou ficando faltando apenas 60 votos para se eleger e sua proposta seria de seriedade e oposição consciente.

#### **Quadro 12 – Irati: Eleições municipais no ano de 2008**

<b>Candidatos a prefeito e vice</b>	<b>Quantidade de votos válidos</b>
Sergio Stoklos - PSB Vice: Marisa Lucas - PPS	22.932
Jorge Derby - PMDB Vice: Marinho Pianaro - PMDB	9.483

**Fonte:** <http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>

**Org.:** RIGONI, Emerson.

O grande marco dessa eleição foi o grande número de partidos políticos que fizeram parte da coligação em torno do nome de Sergio e Marisa. Antigos desafetos se uniram naquele momento e o discurso na campanha foi o da continuidade das obras e da melhoria da infra-estrutura local em prol do crescimento do município. Para esse mandato, foi mantida a maior parte da equipe administrativa.

Com relação aos concorrentes à Câmara dos Vereadores, muitas surpresas eleitorais ocorreram. Candidatos de destaque que já eram tidos

como eleitos ficaram de fora e houve uma renovação e o surgimento de novos atores. Nesse caso não conseguiram se eleger nomes como do ex-prefeito e empresário Alfredo Van Der Neut e do ex-vereador e médico Ladislau Obrizut Neto. Os novos nomes que se destacaram na eleição foram dos dentistas Dalvino Cavali Neto (PSB), Vilson Menon (PMDB) e do filho do deputado estadual e antigo prefeito Felipe Lucas, Rafael Felipe Lucas (PSB) (CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2010).

Outros atores eleitos para o legislativo foram: Sidnei Jonaldo Jorge (PSDB), Ailton Laroca (PDT), Anselmo Edson Wnuk (PSC), Helio de Mello (PMDB), Jose Ronaldo Ferreira (DEM), Laudelino Antonio Filipus (PSDB) e Marcelo da Luz Rodrigues da Anunciação (PP). Os presidentes da câmara foram: Marcelo da Luz Rodrigues da Anunciação (2008 – 2009) e Sidnei Jonaldo Jorge (2009 – 2010) (CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 2010).

Assim sendo, o objetivo desse capítulo foi descrever as diferentes formações dos grupos do poder político local da cidade de Irati levando em consideração os atores que passaram tanto pela Prefeitura quanto pela Câmara dos Vereadores. Como a fase mais remota da história local não faz parte do recorte temporal proposto, os atores foram evidenciados de forma resumida.

Contudo, essa apresentação ratifica que o poder político, nos seus primórdios, foi constituído por coronéis e influentes de suas épocas, ou seja, mostra uma tendência a manutenção do poder pela “elite” local.

A apresentação dos atores e dos grupos políticos a partir de 1982, já trabalhado de forma um pouco mais detalhada, mostra o surgimento dos atores que construíram a histórica política de Irati no período de 1988 a 2008. Fica evidente a união e a dilaceração dos grupos em diferentes momentos. Percebeu-se que as disputas eleitorais tiveram instantes diferenciados. Alguns pleitos se mostraram tranquilos e pacatos, (1988, 2000, 2004), e outros, (1992, 1996), ríspidos e conflituosos. A eleição de 2008 foi a mais marcante do processo histórico, pois, foi nessa eleição que grupos, outrora antagonistas, se uniram em torno de um mesmo ideal.

**CAPÍTULO 3. O PODER LOCAL EM IRATI: TRADIÇÃO E  
RENOVAÇÃO OU RENOVACÃO NA TRADIÇÃO?**

A presente abordagem objetiva compreender as relações e os conflitos existentes entre os grupos políticos do município de Irati a partir da contextualização histórica sobre o poder político local.

Silva (2007, p. 121), ao estudar o poder político local no município de Guarapuava, destaca que “analisar, no entanto, o poder, um campo de investigação com imensas diversidades teórico-metodológicas, é uma tarefa complexa, independente de sua escala”.

Assim sendo, e com a definição da escala local expressa no município como arcabouço de análise, apesar da relação inerente deste com outras escalas, busca-se ressaltar a contribuição de Fischer (1992) e de Silva (2007) sobre a interpretação do local.

Segundo Fischer (1992, p. 106):

A noção de ‘local’ contém duas idéias complementares em um sentido e antagônicos em outro. Se o local refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e uma certa inércia, contem igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns.

Para a autora, a análise do local está vinculada ao estudo das relações de força que processam alianças e confrontos entre os atores sociais, ou seja, o poder local “alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto”, e salienta que “como objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído” (FISCHER, 1992, 106 - 107).

Silva (2007, p. 122) chama a atenção sobre o estudo dos grupos de poder político:

Em suas articulações, alianças, dissidências e novas alianças [que se assemelha ao desenvolvimento político de Irati] demonstra-se no papel de seus discursos em consolidar ou rechaçar idéias e práticas. Esses discursos unem elementos aparentemente díspares, mas que na prática política, não o são. Compreende-se, apesar dos elementos apresentados

como efervescência à existência dos territórios conservadores, que é na vinculação política e na relação com o simbólico que ocorre concisamente a sua formação.

A autora analisa o poder local em Guarapuava, respeitando as especificidades de cada território, que se assemelha ao do município de Irati. Como exemplo, pode-se citar a verticalização junto ao poder público de representantes de famílias tradicionais nos primórdios da história política iratiense até meados da década de 1980. Nas palavras de Antonio Toti Colaço Vaz, a eleição de 1982 foi como um paradigma na política local, pois o poder saiu das mãos de políticos tradicionais que governavam o município há anos e passou, pelo menos, aparentemente, a outro grupo.

Alfredo Van Der Neut também apontou esse fato ao afirmar que esse momento político foi extremamente difícil, pois as pessoas não acreditavam em sua candidatura e na de Antonio Toti, em razão de o poder estar concentrado nas mãos de outro grupo. Assim sendo, entende-se que, de fato, os atores políticos de Irati possuíam um escopo conservador, no sentido de manutenção da tradição, em seu desenvolvimento político. Contudo, cabe questionar se efetivamente a “emblemática” eleição de 1982 foi mesmo o “divisor de águas” entre a tradição política e a renovação ou se apenas construiu-se uma nova forma conservadora de se fazer política na cidade baseada em novos atores e grupos.

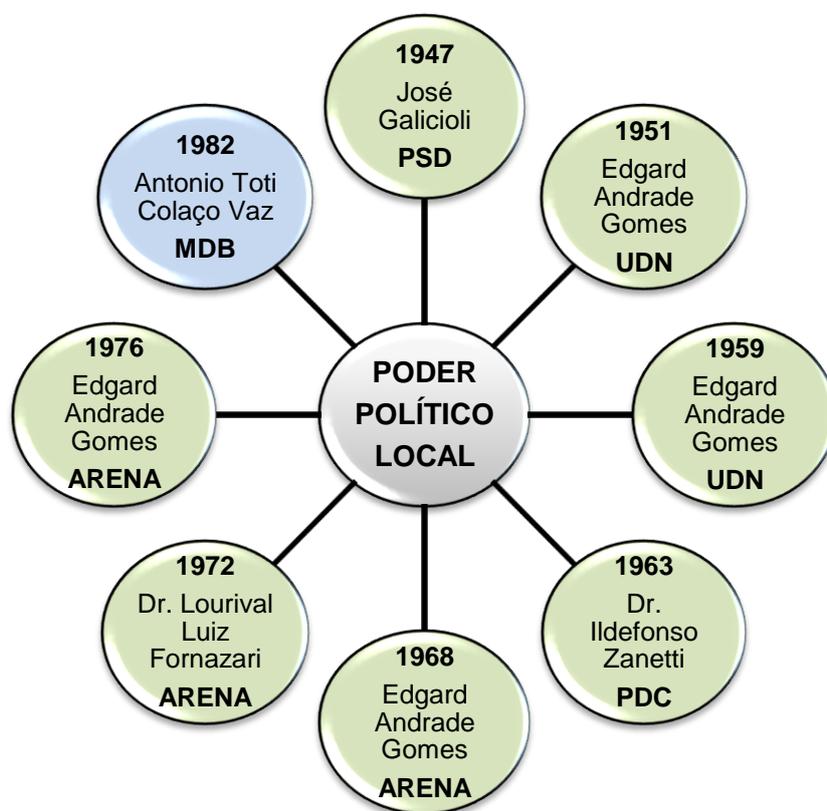
A eleição de 1988 demonstrou que o grupo anteriormente apontado como detentor do poder voltou a disputar a eleição na tentativa de reconquistar o espaço perdido e, como o próprio Alfredo Van Der Neut salientou, a campanha foi acirrada devido à oposição ter percebido que teria mais trabalho levando em consideração já terem sido derrotados antes pelo grupo que ele representava. Contudo, as ações impetradas na administração Colaço Vaz e Van Der Neut, como o atendimento preferencial ao colono, melhorias em ruas e avenidas, administrar o município de forma mais próximo ao munícipe, entre outros, deram respaldo suficiente para a manutenção do poder em seu grupo que venceu as eleições.

Entretanto, a expressiva votação que a tradicional oposição recebeu nessa eleição, consolida o que Silva (2007, p. 123) aponta, em sua análise, respeitando as especificidades, que “o voto reafirma, a cada eleição, o poder

dos grupos e das famílias tradicionais na política local, mesmo que isso não represente uma participação do grupo ou da família enquanto tal, mas apenas de seus membros”. Ao analisar o quadro histórico (figura 2) fica evidente o amplo domínio da família Gomes frente ao poder político de Irati. Cabe lembrar que essa família faz parte da história política local desde sua gênese que é expressa na figura do senhor Emílio Baptista Gomes, primeiro prefeito de Irati.

No período mais recente (1947 a 1982), o senhor Edgard Andrade Gomes esteve à frente do poder por quatro vezes e, nos momentos que ele não representava o executivo, outros membros de tradicionais famílias assim o fizeram. O momento final desse domínio do poder local pelos tradicionais atores da política iratiense, ocorre com a eleição de Antonio Toti Colaço Vaz, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se colocava na história política como opositor à Arena.

**Figura 2. Irati: Atores a frente do poder político local (1947 a 1982)**



**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

**Org:** RIGONI, Emerson.

Entretanto, a partir de 1988 o poder político local passou a demonstrar um novo escopo, o que perdurou até a eleição de 2004, com dois grupos disputando o poder de forma ora consensual, ora conflituosa. A eleição de 2004 demonstrou uma fragmentação em um dos grupos e uma nova composição se originou. Na eleição seguinte, de 2008, outra mudança na política local proporcionou um novo processo ao mesmo tempo de “fragmentação” e de “união” entre os grupos políticos locais.

### **3.1. Os grupos políticos locais no período 1988 a 2008.**

O período de 1988 a 2008 apresentou a presença de dois grupos antagônicos nas disputas pelo poder político, tendo, em alguns momentos, a presença de um terceiro grupo representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) até a eleição de 2004. Após essa eleição, os grupos locais sofreram

alterações significativas em suas composições modificando os arranjos do poder político local.

Entretanto, ao discorrer sobre grupos, se faz necessário entender qual seu significado para contextualizá-lo no cenário político. O debate sobre o conceito de grupo é amplo e necessita que se entenda seu significado dentro do contexto político para compreender a formação dos mesmos.

Um grupo, a *priori*, pode ser entendido de forma comum, como um aglomerado de indivíduos, entretanto, o mesmo possui determinantes específicas. Assim sendo, Lapassade (1989, p. 65), que aborda o debate sobre os grupos, as organizações e as instituições, afirma que este “é constituído por um conjunto de pessoas em relação umas com as outras e que se uniram por diversas razões: a vida familiar, uma atividade cultural ou profissional, política ou esportiva, a amizade ou a religião” e que esses “parecem funcionar segundo processos que lhes são comuns” salientando, ainda, que “nós vivemos em grupos sem tomar necessariamente consciência das leis de seu funcionamento interno”.

Lapassade (1989) ressalta ainda que os grupos são regulados por regras cujos princípios são expressos numa finalidade comum, num sistema de direção e num conjunto de regras de procedimentos. Destaca a noção lewiniana, pela qual define os grupos como um sistema de força de desenvolvimento e de coesão.

Freire (2000, p. 1), ao discutir sobre o termo grupo, complementa que:

[...] pode-se falar em grupo, quando um conjunto de pessoas movidas por necessidades semelhantes, se reúnem em torno de uma tarefa específica. Num cumprimento de desenvolvimento das tarefas, deixam de ser um amontoado de indivíduos, para cada um assumir-se enquanto participante de um grupo com objetivo mútuo.

Entretanto, Bobbio (2008, p. 562) indica que “outras tendências intelectuais levaram a uma análise da atividade política em termos de atividades de grupos” e chama a atenção para os grupos de interesse, grupos de pressão, grupos de *lobbying*<sup>15</sup> e de partidos políticos.

---

<sup>15</sup> Nome que se dá à atividade de pressão de grupos.

Inserido no contexto dos grupos políticos surge a figura do líder, caracterizada pela disposição em obter e exercer o poder. Deve possuir aptidão para realizar seus objetivos e “qualidades e habilidades para aliciar vontades em torno de si com o fim de obter e exercer o poder político” (AZAMBUJA, 1969, p. 331). Essas características de um líder, na contemporaneidade, são expressamente auxiliadas pelo advento do contínuo aperfeiçoamento das técnicas de propaganda, ou seja, além das qualidades e habilidades em centralizar as ações, o mesmo deve possuir uma imagem peculiar perante seu grupo ou eleitorado.

Nesse sentido, a imagem está relacionada à autoridade carismática do ator. O termo carisma é utilizado para designar a qualidade de uma pessoa sedutora tida como líder na sociedade. Surpreende, cativa e agrada o eleitorado ao conduzir a política como uma arte (AZAMBUJA, 1969).

Almeida (2011, p. 6), ao debater sobre o carisma no espetáculo da política explica que:

O mundo da política, neste sentido, é considerado como o mundo do espetáculo, de onde surgem ídolos e de onde os discursos se assemelham a ocasiões festivas, tais como os comícios, as carreatas, as músicas, os debates. Sobretudo, o personagem político que se insere na imagem de herói, apesar de suas qualidades peculiares, não sobreviveriam jamais sem a imagem carismática, sem a dominação de carisma que conquista seu público/eleitor.

Neste contexto é que o campo da política constitui um espaço cujos atores constroem uma imagem objetivando conquistar o eleitorado, isto é, demonstra seu *status* com a finalidade de obter poder e, dessa forma, há uma transformação do Estado em espetáculo (ALMEIDA, 2011).

Lakatos e Marconi (1999) explicam que o *status* é o lugar e/ou posição que um ator social ocupa, consentido por um grupo, em função dos valores sociais correntes em uma sociedade e que a origem do termo remonta aos primeiros agrupamentos humanos, que eram caracterizados por prestígios e direitos diferentes dos demais.

De acordo com Azambuja (1969), diferente da antiguidade<sup>16</sup> que primava pelo magnífico, rico e imperioso, o momento atual, prefere o líder com uma forma mais popular que, além de sua inteligência para governar, possua fraquezas desculpáveis. Maquiavel (1997) compreendia o líder político como alguém de muita sensibilidade para decidir quais instituições e quais leis se adequariam melhor ao seu povo. Ele vislumbrava que ser político é ser um líder em potencial e que a liderança depende de comunicação, flexibilidade e congruência nas quais a figura do líder deve aumentar seu poder de visão associado à lógica e a intuição unindo os mesmos num processo de liderança cativante.

Colocado dessa forma, compreende-se o papel dos grupos e, por sua vez, dos líderes no desenvolvimento político do local. Os grupos possuem uma dinâmica peculiar em determinados momentos da história, ou seja, em determinados períodos percebe-se a união em torno de um interesse comum, expressos nas coligações e, em outros momentos, a fragmentação desses grupos movidos pelo mesmo motivo, o “jogo” de interesses.

As diversas composições dos grupos apresentadas nos vinte anos da história política de Irati foram construídas, aqui, levando em consideração os atores que representavam os grupos políticos. A questão partidária, nesse sentido, restringe-se ao contexto histórico que a política iratiense passou e não se coloca como uma condicionante, pois o que se indica, pelos depoimentos dos entrevistados, é que os atores determinaram as uniões e fragmentações nos momentos eleitorais. Em suma, os grupos identificam-se, para o eleitorado, em torno de nomes, e deixam as legendas condicionadas aos bastidores.

Esse fato é evidenciado por ter determinado, historicamente, as relações de poder em torno dos grupos tradicionais da cidade de Irati, como as famílias Gomes, Zanetti, Fornazari e Santini, anteriormente à eleição de Antonio Toti Colaço Vaz em 1982. Esse período apontou o surgimento de novos atores no cenário político local, com a emergência de um novo grupo impetrado na ideia e no imaginário social da renovação.

---

<sup>16</sup> Nesse período, segundo Azambuja (1969), o magnífico era relacionado à filosofia moral, o rico era conceituado pela generosidade dos bens que dava e/ou prometia e o imperioso pela coragem e energia que possuía.

Essa renovação, já comentada anteriormente por Antonio Toti Colaço Vaz, como paralela à que ocorreu na escala estadual com José Richa, tanto em sua campanha quanto em sua administração do governo do Estado, é possivelmente advinda de uma concepção mais ampla, de nível federal, o “Muda Brasil”.

Segunda Silva (2007, p. 124):

Este movimento tinha por fundamento principal denunciar as relações arcaicas, assim consideradas àquelas que se apoiavam em uma ordem que o discurso democrático procurava eliminar, como o clientelismo político, a tradição política familiar e a troca de favores. (...) A incorporação de mensagens como essas acontece, e não somente em Guarapuava, porque os períodos eleitorais são ricos na produção de imaginários sociais, o que se deve ao conflito de idéias e opiniões e aos avanços e recuos tanto para o medo quanto para a esperança.

Essa incorporação da mensagem em torno do “renovar”, que instigou o imaginário das pessoas, foi muito bem explorada pelo grupo que venceu a eleição naquele ano (1982) e também na eleição do ano seguinte (1988).

A eleição de 1988 apontou a busca pela reconquista do poder por parte do grupo tradicional representante da “elite” local, fato este que não se consolidou devido à forma como foi conduzida a administração no período 1982 a 1988. Nessa eleição, observou-se a perpetuação no poder desse grupo, aquele liderado pelo ex-prefeito Antonio Toti Colaço Vaz e o prefeito eleito Alfredo Van Der Neut, ambos, na época, filiados no PMDB.

Van Der Neut destaca o acirramento da campanha pela qualidade dos adversários Francisco Marochi, do PT e, principalmente, Olavo Anselmo Santini do PTB, tendo como vice Lourival Fornazari (PFL), ambos ex-prefeitos, que representavam o grupo que tinha perdido o poder anteriormente e buscaram, com essa composição, reconquistá-lo. Contudo, Van Der Neut salienta o posicionamento adotado pela maior parte da população em torno da continuidade de seu grupo frente ao poder que, apesar de já ter cumprido um mandato frente ao executivo, ainda era visto como um grupo renovado.

Dessa forma, finda-se, com a vitória de Van Der Neut, em 1988, o domínio político de um grupo que representava a tradição política e também familiar na cidade de Irati. Diferentemente do contexto guarapuavano,

analisado por Silva (2007), cuja pretensão era desbancar a hegemonia do PMDB frente ao poder, em Irati ocorreu o contrário: foi o grupo liderado pelo PMDB que se colocou como oposição a um tradicional grupo que há anos detinha o poder.

A partir desse momento, surge outro grupo que, apesar de possuir afinidades com aquele já extinto, representante da Arena, UDN entre outros, possuía características próprias e um posicionamento político contundente na construção da história política local no período de 1992 a 2000: a UDI.

Esse grupo debutou na política local no pleito de 1992, tendo como destaques Felipe Lucas como candidato a prefeito e Luiz Rodrigo de Almeida Hilgemberg como candidato a vice-prefeito. No depoimento do próprio Hilgemberg, percebe-se que, do mesmo modo, o discurso da renovação voltou à tona e surtiu o efeito desejado. O poder político local saiu das mãos do PMDB e foi para os representantes da UDI.

Nas palavras do próprio ex-vice-prefeito, Hilgemberg (IRATI, 31/01/2011)

Essa foi a eleição mais bonita disputada da história recente, da história moderna de Irati e explico porque...O PMDB, MDB na época já vinha de duas gestões, os seis anos da gestão de Toti e mais quatro anos da gestão de Alfredo onde os 10 anos de mandato proporcionaram um desgaste muito grande. Devido a eu ser um dos vereadores mais combativos, a população viu em mim a [renovação]. A situação era propícia naquele momento devido ao desgaste do MDB já citado. Formamos a União Democrática Iratiense, a UDI onde reunimos todos os partidos contra o MDB. O povo estava muito receptivo e aonde chegávamos, acabava encantando, o discurso era muito bom.

Percebe-se, no texto acima que o imaginário social, através do discurso político bem trabalhado em torno do “é necessário renovar”, mais uma vez foi utilizado com a finalidade de obter a mudança do poder político local para outro grupo. Contudo, como bem salientou Hilgemberg em entrevista “a votação foi uma coisa absurda, nós fizemos quase três vezes a do adversário, tanto que nunca mais se repetiu uma votação como essa”, e o grupo do PMDB continuou fortalecido e conseguiu reconstruir uma base forte para as eleições de 1996.

Não se pode deixar de lado à atuação dos derrotados no momento imediatamente anterior a campanha, como frisou, em entrevista, Orlando Agulham Júnior, pois a disputa interna o grupo. para um consenso de quem seria o candidato a prefeito foi árdua, o que mostra a força dos atores inseridos no grupo do PMDB. Apesar de não se ter alcançado a vitória, cabe salientar que mesmo com o desgaste natural dos dez anos de mandato, esse grupo conquistou o apoio de aproximadamente oito mil eleitores, que em um universo como o do município de Irati, é algo a ser evidenciado mesmo na derrota.

Ao lembrar a eleição de 1982, quando ocorreu uma renovação no que diz respeito aos grupos de poder, a mesma pode ser compreendida como um novo “momento histórico” que trouxe para o contexto político local diferentes atores que construíram outro grupo ou a reedição, mesmo que “suavemente” percebida, do extinto grupo dominante até 1982.

O fortalecimento da UDI, nessa eleição, teve como reflexo a continuidade no poder dessa coligação na eleição de 1996, ou seja, o que se pode perceber, Irati desenvolveu, durante as décadas de 1980 e 1990, uma forma de “cultura dos dois mandatos”, afinal de contas, os grupos de poder tiveram a frente do executivo por duas gestões consecutivas: 1982 a 1988, com duas gestões do PMDB, e de 1992 a 2000, com o grupo da UDI, coligação esta que tinha como base o PFL. A grande semelhança nos dois casos foi o continuísmo proporcionado pela eleição dos respectivos vices prefeitos nas gestões Antonio Toti Colaço Vaz e Felipe Lucas.

Outro fato marcante que despontou para o meio político local com o surgimento desse novo grupo foi o acirramento das disputas eleitorais que teve na eleição de 1996 seu ápice, ou como já demonstrado no capítulo anterior, o momento máximo da dicotomia política local.

Essa divisão política entre os dois grandes grupos, em 1996, teve sua gênese no conflito proporcionado durante a campanha entre os mesmos ainda na eleição de 1992. Esse fato fica mais claro no depoimento de Van Der Neut, quando expõe que “a disputa extrapolou o político e foi para o pessoal, fato este que proporcionou um mal estar entre os dois principais grupos”.

Contudo, ao observar os fatos ocorridos nos pleitos de 1992 e 1996, Van Der Neut afirmou que houve “um mal estar” entre os grupos, pois, pelos relatos dos jornais locais (Folha de Irati e Hoje centro Sul) e de depoimentos

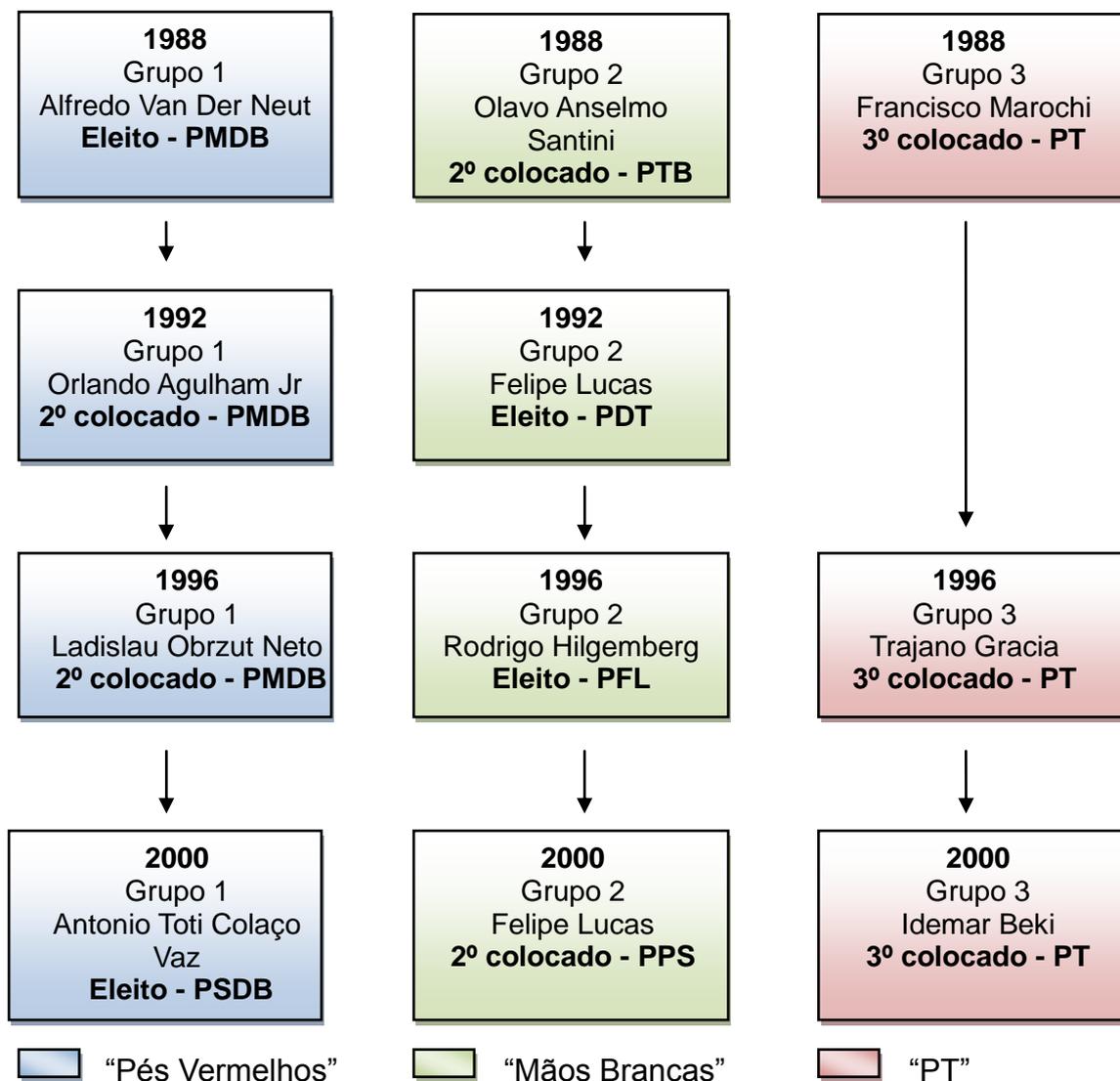
aleatórios, o que se pode perceber, foi um verdadeiro conflito entre os dois grupos, com disputas acirradas que proporcionaram, inclusive, existência de duas eleições, em 1996, devido a embates jurídicos oriundos de denúncias de ambos os grupos conforme apresentado no capítulo anterior. Esse episódio é também entendido dessa forma por Alfredo Van der Neut que conclui que “a eleição foi uma guerra, não sei como não deu morte, não sei como não deu tragédia”.

Findado esse período, em 2000 os conflitos diminuíram e surgiu, de forma contundente, outro ator político, Idemar Becki, do PT. O partido, nessa eleição, recebeu poucos votos a menos que o candidato Felipe Lucas, que já havia sido prefeito e possuía uma forte base aliada. Até então, o PT não havia conseguido nenhuma votação no cenário local, mas nessa eleição o partido se articulou e Becki chegou, mesmo não tendo conquistado o intento de efetivar uma coligação junto a um dos grupos tradicionais da cidade, a uma expressiva votação. Imaginava-se, nesse momento, o surgimento de uma terceira força política, um novo grupo que estaria desafiando a hegemonia existente. Na eleição seguinte, a de 2004, esse grupo não demonstrou o mesmo potencial político-organizativo.

A entrada de Idemar Becki na política pode ser entendida, dentro de uma visão tradicional, como a “chegada do estranho”, do forasteiro que entrou numa disputa que “não lhe dizia respeito”. Esse fato é assim descrito pelo senso comum porque Idemar Becki não é natural de Irati e iniciou sua carreira, e boa parte de sua história política, na vizinha cidade de União da Vitória.

Os esquemas interpretativos apresentados na sequência, elucidada de forma mais didática, como ocorreram as eleições no período de 1988 a 2004. Como se pode observar, em nenhum momento os grupos se entrelaçaram (figura 3). A divisão existente entre eles se perpetuou durante as quatro eleições. Cabe ressaltar que essa interpretação leva em consideração apenas os grupos e seus respectivos líderes em cada pleito, não sendo a questão partidária como um todo evidenciada em razão da dinâmica que os mesmos apresentam, como a troca de legendas entre os atores e o fato de que a política local não se atém, única e exclusivamente, aos partidos e seus atores.

**Figura 3. Irati: Esquema interpretativo dos grupos de poder e sua participação nas eleições (1988 a 2000).**



**Legenda:** —→ Vinculação político-partidária entre os atores/grupos.

**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

**Org:** RIGONI, Emerson.

O grupo 1 representa os atores e grupos que tem por base o PMDB e suas diferentes coligações durante os anos. Em alguns momentos, utilizou-se a denominação, como visto no capítulo dois, de "Pés Vermelhos".

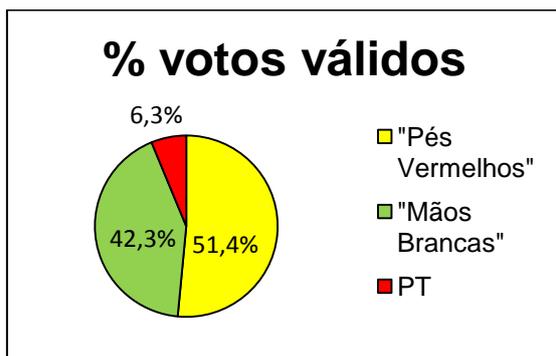
O grupo 2 representa o que aqui será denominado como "resquícios" da antiga Arena, sendo constituído em seguida por demais partidos que formaram a UDI ou os "Mão Brancas".

O Partido dos Trabalhadores é apresentado como o grupo 3, contudo o momento maior da participação política desse grupo só ocorreu em 2000, não

tendo, anteriormente, potencial para concorrer com os dois grandes grupos políticos da esfera local.

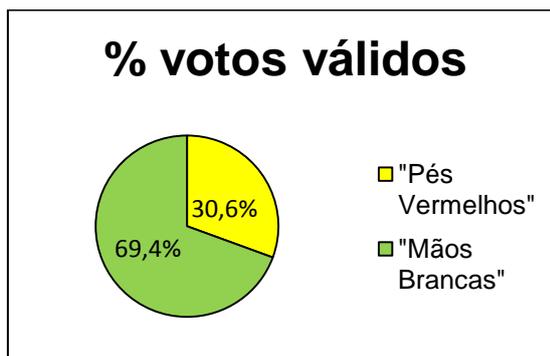
Os gráficos 1 e 2 buscam demonstrar o desempenho dos grupos políticos nos pleitos de 1988 a 2000 e a elaboração dos mesmos levou em consideração apenas os votos válidos de cada eleição.

**Gráfico 1 – Irati: Eleição de 1988**



**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral. **Org.:** Rigoni, Emerson.

**Gráfico 2 – Irati: Eleição de 1992**



**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral. **Org.:** Rigoni, Emerson.

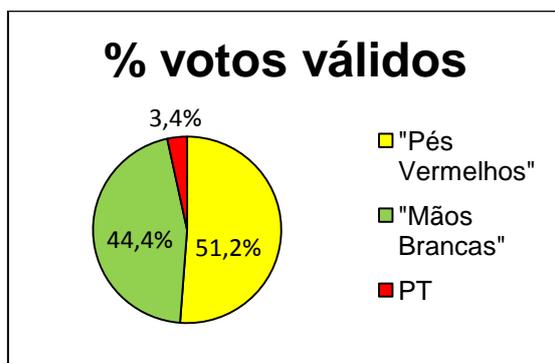
A eleição de 1988, representada no gráfico 1, mostra a vitória do grupo “Pés Vermelhos” que deu continuidade ao poder político local junto ao poder público municipal. Nessa eleição, o grupo liderado agora por Alfredo Van Der Neut teve amplo apoio do governo do Estado, que passava pela transição do governo José Richa para Álvaro Dias, do então candidato a deputado estadual Artagão de Mattos Leão e do falecido deputado federal Celso Sabóia.

Cabe, no entanto, ressaltar a grande votação obtida pelo grupo que foi derrotado na eleição de 1982 e buscava, mais uma vez, recolocar-se frente ao poder político. O Partido dos Trabalhadores teve uma participação discreta nesse pleito.

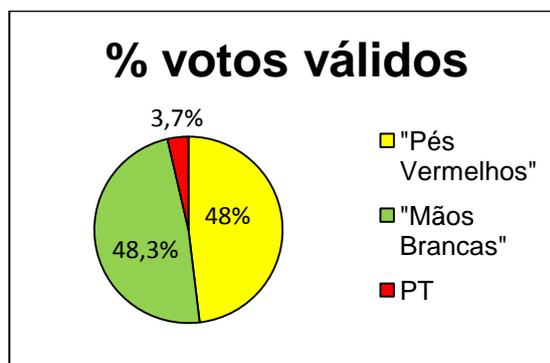
Por sua vez, no pleito seguinte, apresentado no gráfico 2, percebe-se uma mudança mais efetiva no contexto político local e o grupo renovado da oposição, denominado de “Mãos Brancas”, chega ao poder com uma vitória contundente para a realidade local. Para Rodrigo Hilgemberg, candidato a vice-prefeito naquele ano, “essa foi a eleição mais bonita da história recente da política de Irati” e explica que o fato ocorreu em razão do grupo do PMDB ter vindo de duas gestões, ou seja, seis anos de mandato de Antonio Toti Colaço Vaz e mais quatro anos da gestão Alfredo Van Der Neut o que, naturalmente,

levou a um desgaste. Hilgemberg lembra, ainda, a dificuldade por não possuir na época, a imprensa como aliada ou pelo menos como neutra, já que esta, segundo ele, era tendenciosa ao grupo situacionista. Nessa eleição, o terceiro grupo (PT) não lançou candidato a prefeito, disputando apenas a vereança.

**Gráfico 3 – Irati: 1ª Eleição de 1996**



**Gráfico 4 – Irati: 2ª Eleição 1996**



**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral. **Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral.  
**Org.:** Rigoni, Emerson. **Org.:** Rigoni, Emerson.

O pleito de 1996 (gráficos 3 e 4) foi o mais disputado tanto no aspecto político quanto nas questões de personalidade. Esse momento é considerado o ápice da divisão política no município de Irati quando a disputa proporcionada pelos dois grupos tradicionais atingiu níveis conflitantes. A peculiaridade dessa eleição pode ser descrita pelas diversas desavenças entre os dois grupos. Num primeiro momento, o ex-prefeito Alfredo Van Der Neut seria o candidato escolhido pelo PMDB para concorrer com o sucessor de Felipe Lucas. Contudo, processos tramitando na justiça fizeram com que Van Der Neut desistisse de concorrer. O grupo então ficou sem candidato e não tinha um nome forte para lançar.

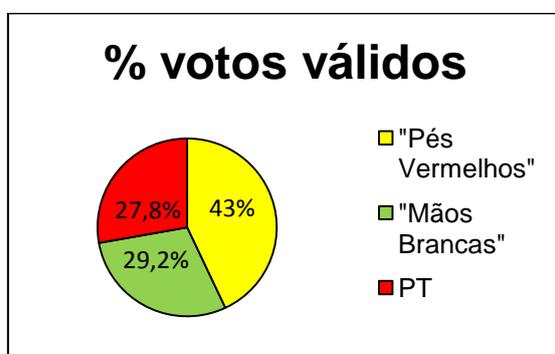
Dessa forma, após muitas negociações, o então deputado estadual Antonio Toti Colaço Vaz, aceitou concorrer, mesmo tendo manifestado, na emissora de rádio de sua propriedade, apoio a Van Der Neut e, dessa forma, estaria transgredindo a lei eleitoral. Mesmo assim, Colaço Vaz disputou “sob júdice” e ganhou a eleição. A oposição, não satisfeita, entrou com recurso e o Tribunal Superior Eleitoral determinou nova eleição nesse mesmo ano.

Na segunda eleição, o escolhido para representar os “Pés Vermelhos” foi o médico Ladislau Obrzut Neto. Não obstante, além de todo o conflituoso processo, houve uma precipitação por parte de alguns representantes do

judiciário ao noticiar a vitória de Ladislau Obrizut Neto antes de findar a contagem dos votos. Após a conclusão da contagem, percebeu-se que quem tinha realmente ganho a eleição era Rodrigo Hilgemberg.

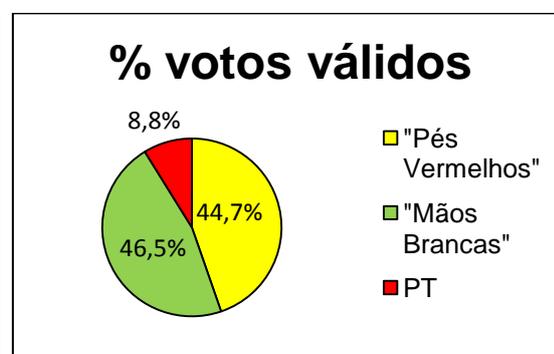
Esse fato agravou a já disputada eleição que ficou definida como a “eleição da discórdia” e foi caracterizada por Antonio Toti Colaço Vaz como “um dos episódios mais emocionantes e também mais tristes da política local”. Hilgemberg lembrou os momentos angustiantes e ressaltou que essa eleição foi uma verdadeira “guerra”. O PT, mais uma vez, teve discreta participação nas duas eleições.

**Gráfico 5 – Irati: Eleição de 2000**



**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral.  
**Org.:** Rigoni, Emerson.

**Gráfico 6 – Irati: Totalidade dos votos**



**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral.  
**Org.:** Rigoni, Emerson.

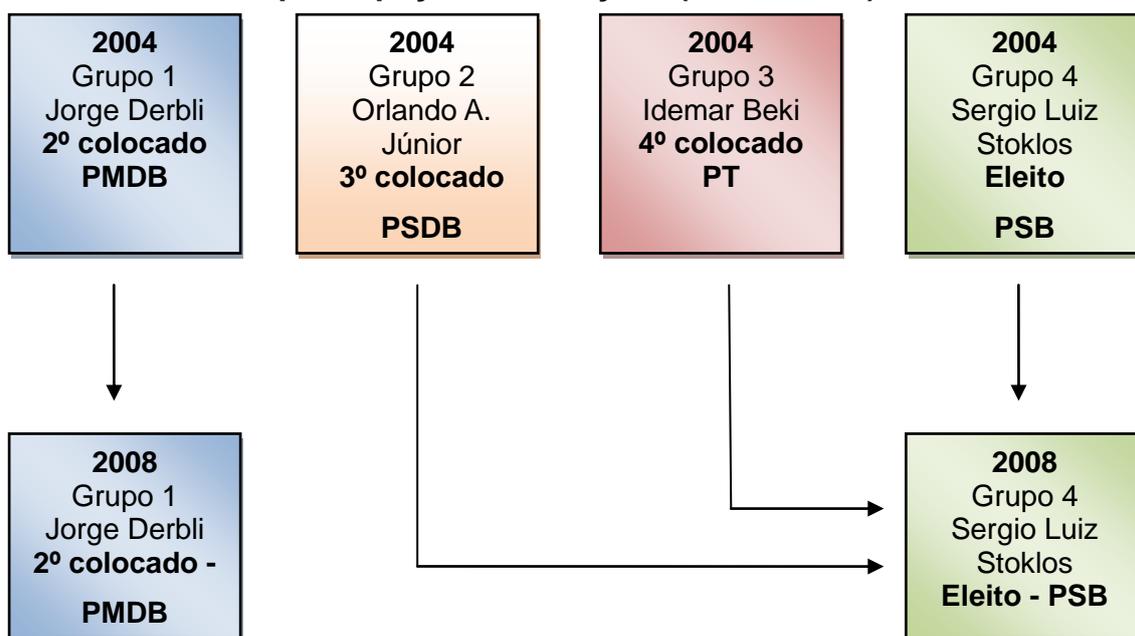
A eleição de 2000 ocorreu de forma mais tranquila, mesmo tendo atingido níveis conflitantes em função dos fatos ocorridos na eleição anterior. Nessa eleição, os “Pés Vermelhos” retomaram o poder e Antonio Toti Colaço Vaz venceu a eleição de forma amena. Para Toti Colaço, essa eleição foi acomodada, pois estava preparado para a campanha. Apontou como ponto marcante a reunião do grupo que havia se dispersado em 1998 em sua campanha para a reeleição a deputado estadual. Esse fato proporcionou um desconforto dentro do grupo de Colaço Vaz, quando este deixou o mandato de deputado estadual para atender aos anseios do grupo e este não lhe ofereceu retorno em sua campanha nas eleições gerais.

Os “Mãos Brancas” não conseguiram reviver a União Democrática Iriatiense de forma tão eficiente quanto nas duas eleições anteriores (1996 e 1992). Entretanto, Felipe Lucas obteve grande votação, demonstrando a força política de seu grupo. O fato que mais chamou a atenção nessa eleição foi a

excelente participação do PT. Idemar Becki entrou no cenário político local e conquistou uma votação nunca antes conseguida pelo seu partido. Toti Colaço expôs que o PT vinha num crescimento contínuo, em termos de país, com o forte crescimento do candidato Lula.

Uma visão geral da história política local, nesse período, demonstra a supremacia do grupo liderado por Colaço Vaz e Van Der Neut, apesar do grupo liderado por Felipe Lucas e Hilgemberg ter ganhado a eleição por duas vezes consecutivas. No que diz respeito à totalidade dos votos disputados nesse período, observa-se, ainda, no gráfico 6, uma pequena vantagem para o grupo dos “Mãos Brancas”, tendo o PT, com exceção de 2000, uma participação discreta no contexto histórico. O esquema interpretativo abaixo (figura 4) expõe como ocorreu a vinculação dos atores e grupos nas eleições de 2004 e 2008.

**Figura 4. Irati: Esquema interpretativo dos grupos de poder e sua participação nas eleições (2004 e 2008)**



**Legenda:** —→ Vinculação político-partidária entre os atores/grupos.

**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

**Org:** RIGONI, Emerson.

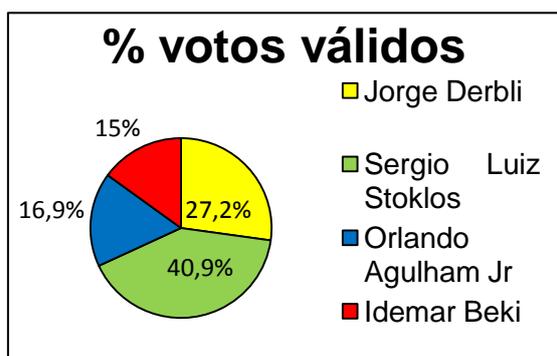
A eleição de 2004 apresentou uma fragmentação de atores e partidos dentro dos tradicionais grupos, ou seja, o PSDB, tendo como ator principal Orlando Agulham Júnior, deixou a base de apoio do grupo do PMDB ao mesmo

tempo em que o Democratas deixou o grupo dos “Mãos Brancas”. Há, assim, a formação de uma nova aliança e um novo grupo.

A política local se compôs por quatro grupos na busca pelo poder: o grupo do PMDB, com Jorge Derbli; o grupo do PSB, com Sergio Luiz Stoklos; o PSDB, com Orlando Agulham Júnior e o Partido dos Trabalhadores, com Idemar Becki. Naquele momento, a dicotomia exercida por dois grupos hegemônicos deixou de existir e novos grupos “híbridos” surgiram e reconstruíram a forma de se fazer política em Irati. Essa eleição consolidou o poder ao grupo de Sergio Luiz Stoklos que venceu com uma boa margem de voto. O grupo do PT, que vinha numa forte ascensão, não repetiu, nesse pleito, a votação da eleição anterior.

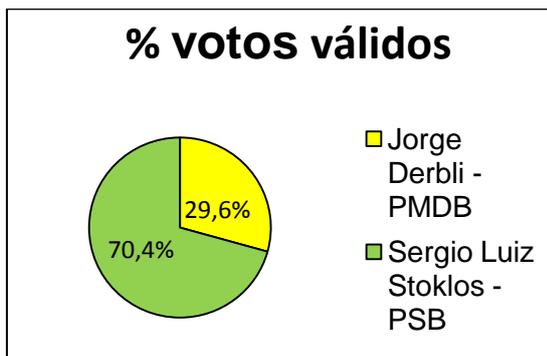
Em 2008, mais uma vez, o poder político ou a formação de grupos políticos com fins partidário-eleitorais tomou outra forma e ocorreu uma verticalização de quase todos os partidos em torno do nome de Sergio Luiz Stoklos, que se candidatou a reeleição. Na oposição, apenas o PMDB sinalizou uma opção democrática para o eleitorado local. Entretanto, o grande número de atores e partidos que se aliaram ao grupo de Stoklos fizeram a diferença e, assim, Sergio foi reeleito prefeito com uma margem considerável de votos.

**Gráfico 7 – Irati: Eleição de 2004**



**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral **Org.:** Rigoni, Emerson

**Gráfico 8 – Irati: Eleição de 2008**



**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral **Org.:** Rigoni, Emerson

O que se observa, nas duas eleições, foi a supremacia do grupo liderado pelo ex-vereador Sergio Luiz Stoklos que conseguiu, de forma bastante tranquila, vencer as duas eleições devido a sua habilidade em negociar alianças em torno de seu grupo. Em 2004 ele teve três adversários, já em 2008, teve apenas a oposição do PMDB, expressa na pessoa do

empresário Jorge Derbli. Assim sendo, Stoklos teve uma vitória fácil e contundente, pois atraiu ao seu grupo todos os demais atores, entre eles Agulham Júnior, do PSDB, e Colaço Vaz, do PDT, junto com o apoio do deputado estadual Felipe Lucas do PPS.

Agulham Júnior discorreu sobre a leitura que faz da política local e conclui que:

A conquista do atual prefeito Sergio Luiz Stoklos em amenizar o rancor existente entre os diversos grupos políticos locais proporciona a esperança que esta condição se perpetue para o bem da população, afinal os interesses coletivos devem sempre vir antes dos interesses individuais e entende que dessa forma, pode-se lutar por causas comuns.

A história política iratiense foi, em momentos anteriores a eleição de Stoklos, suplantada de situações conflitantes, sendo a iniciativa lançada por este, foi entendida como uma forma de aniquilar a ultrapassada forma de fazer política. Contudo, esse período conflituoso fez parte do contexto local e cabem algumas considerações sobre os mesmos para a melhor compreensão de seu desenvolvimento.

### **3.2. União e fragmentação: os conflitos e alianças**

O conflito é inerente na vida em grupos e pode ser determinado pela escassez de habilidades para contemplar as necessidades e aspirações individuais. De uma forma geral, Giacchetto (2008, p. 1) demonstra que existem três caminhos sobre os quais o conflito pode ou não ocorrer:

Recusa do conflito - é o caminho que conduz a impossibilidade ou recusa de diálogo, gera inquietação, irritabilidade, ansiedade e até mesmo estados graves de neurose. Caminho declarado - é o caminho da guerra, da luta que resulta com a intenção declarada das partes em eliminar o outro. Caminho assumido - é o caminho da busca da solução do problema, cada uma das partes aceita, autenticamente, examinar a situação existente e pode levar esse esforço na colocação prática de uma solução. O conflito é transformado em um problema a ser resolvido.

Além disso, ao discutir sobre as conotações do conflito, a autora salienta as conotações negativas, neutras e positivas e explica cada uma delas expondo que as:

Negativas - O conflito em si não é danoso e suas consequências poderão ser positivas ou negativas, dependendo do contexto, aprofundamento do modo como é enfrentado e administrado. Neutro - Gera tensão, competição, reconciliação e negociação. Positivo - Gera oportunidade, crescimento, desenvolvimento e aventura (GIACCHETTO, 2008, p. 1).

Dessa forma, o conflito possui alguns pontos negativos que geram a estagnação do sistema e crises que permitem mudanças expressivas para o crescimento. Entretanto, existem os pontos positivos que cooperam para o desenvolvimento de uma equipe, pessoal e organizacional, pois rompe a rotina, mobiliza energia, desvenda problemas, excita a imaginação, estimula a criatividade, aguça a percepção e o raciocínio.

Fernandes Neto (2005, p. 2) salienta que:

Conforme o homem desenvolveu-se cultural e tecnologicamente, os conflitos foram mudando não só quanto à intensidade, magnitude, como também quanto ao número de envolvidos. Importante ressaltar que não se deve desconsiderar, ainda, a época e o local que ocorrem, fatores que os influenciam, e muito.

O termo conflito, de acordo com Bobbio (2008), demonstra que o mesmo se faz presente em diversos momentos e é compreendida como inerente ao contexto político. Pasquino (2008, p. 225) coloca que “existe um acordo sobre o fato de que o conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos”.

Sobre os vários tipos de conflitos, Pasquino (2008, p. 226) contribui ao afirmar que os mesmos podem:

[...] ser distintos entre eles com base em algumas características objetivas: dimensões, intensidade, objetivos. Quanto à dimensão, o indicador utilizado será constituído pelo número dos participantes, quer absoluto, quer relativo à

representação dos participantes potenciais (por exemplo, uma greve na qual participam todos os trabalhadores das empresas envolvidas). A intensidade poderá ser avaliada com base no grau de envolvimento dos participantes, na sua disponibilidade a resistir até o fim (perseguindo os chamados fins não negociáveis) ou a entrar em tratativas apenas negociáveis. Distinguir os conflitos com base nos objetivos não é fácil, se não se faz referência a uma verdadeira teoria que atualmente não existe.

Gurr (1985, p. 15) expõe que “os fenômenos de conflito são as interações abertas e coercitivas de coletividades litigantes” ao tentar definir, mesmo que de forma geral, essas interações entre grupos envolvendo ameaça, força e violência. Entretanto, esse mesmo autor qualifica a amplitude da definição ao citar a existência de muitas outras formas de empregabilidade do termo. O autor chama a atenção para o sentido da existência de propriedades distintas inseridas no contexto que se segue para caracterizar o conflito:

1. Duas ou mais partes envolvidas; 2. Empenham-se em atos de oposição recíproca; 3. Usam comportamentos coercitivos. ‘destinados a destruir, ferir, frustrar ou, de qualquer outra forma, controlar’ seu(s) oponente(s); 4. Essas interações contenciosas são públicas; portanto, sua ocorrência pode ser facilmente detectada e reconhecida por observadores independentes (GURR, 1985, p. 15).

Gurr (1985, p. 17), aprofunda-se nas teorias, nos fundamentos e nas implicações sobre pesquisas a respeito de conflitos, mas, segundo o próprio autor, o estudo é restrito ao conflito político. Ele destaca que “em pesquisa de conflito político admite-se abertamente que para entender a ação política coletiva é necessário estudar as ações e predisposições dos indivíduos que dela participam”.

Assim sendo, buscou-se entender, a partir das falas dos envolvidos na política local iratiense, suas ações em períodos de campanha e em gestões para desnudar os conflitos surgidos nos processos deflagrados pelos grupos locais.

A fase de maior conflito entre os atores e os grupos locais teve seu ápice no período que compreendeu as eleições de 1992 a 2000, ocorrendo, inicialmente, na campanha de 1992. Chegou a seu máximo na campanha de 1996 e declinou na eleição de 2000, como já demonstrado. A eleição de 2004

apresentou alguns resquícios conflituosos advindos do passado e, em 2008, a disputa foi mais tranquila, apenas o embate político disputado entre opositoristas. O conflito foi praticamente nulo.

Hilgemberg afirmou que a campanha de 1992 foi a que mais os favoreceu, pois tanto ele quanto Felipe Lucas foram eleitos vereadores com o mandato de Van Der Neut por conhecerem os desacertos da gestão. Van Der Neut salientou, ainda, “que toda gestão é composta por erros e acertos e o desgaste de um grupo a frente do poder por certo período é natural na política”. Porém, concluiu que a disputa, nessa eleição, ultrapassou o campo político e foi para o campo pessoal devido às acusações ocorridas durante o processo. Não se pode esquecer também da intervenção da Justiça Eleitoral durante a campanha pelas trocas de acusações constantes, fato também apontado por Kiel (1992).

Os conflitos<sup>17</sup>, durante a campanha, atingiram os dois lados: Felipe Lucas foi acusado de estar envolvido com adoções irregulares de crianças (FOLHA DE IRATI, 26/09/1992, nº 896) e Orlando Agulham Júnior acusado de ser elitista, além de um candidato fraco e imaturo (FOLHA DE IRATI, 16/05/1992, nº 877).

Segundo as notícias vinculadas à Folha de Irati (16/01/1993, nº 910) na época em que Felipe Lucas assumiu seu mandato após contundente vitória, o mesmo atribuiu uma série de acusações contra Van Der Neut em razão das dívidas deixadas pela gestão anterior.

A principal acusação foi o “caso das tintas”, cuja repercussão alcançou a escala nacional, inclusive televisivo e veio agravar a delicada relação entre os atores e grupos locais. Esse evento foi noticiado no jornal local que indicou que Felipe Lucas havia acusado Van Der Neut de comprar 150 mil litros de tinta de uma empresa fantasma. Alfredo Van Der Neut, no entanto, contrapôs a acusação afirmando que as tintas foram usadas na pintura de casas populares e que a empresa fornecedora estava dentro da lei (FOLHA DE IRATI, 16/01/1993, nº 910).

---

<sup>17</sup> Sobre essas acusações, o que se averiguou é que seu surgimento teve cunho puramente eleitoral, já que nada foi comprovado sobre as acusações contra Felipe Lucas no caso de adoções irregulares. Orlando Agulham Júnior recebeu essa alcunha de elitista no sentido de ser um representante da classe economicamente mais abastada do município, ou seja, criou-se um imaginário colocando-o como alguém que, se eleito, representaria a população rica em detrimento dos mais necessitados.

Esse fato foi lembrado por Rodrigo Hilgemberg quando afirmou que, ao assumir a prefeitura, a situação estava muito mais complicada do que os mesmos esperavam e expôs as angústias vividas no momento, pois enquanto ele tomava conta do executivo por determinação do prefeito, Felipe Lucas corria atrás de verbas para colocar o orçamento em ordem. A fala de Hilgemberg também reflete que, devido a alguns atropelos por ele cometidos no intento de buscar gerir a prefeitura da melhor forma possível, levaram a alguns conflitos internos que ocasionaram seu afastamento dessa gestão.

Os conflitos internos não atingiram apenas o seu grupo, mas também, como já foi evidenciado, o grupo de Van Der Neut, com a expulsão do vereador Mesaque Kecot Veres, por ter aceito fazer parte da atual administração. A demissão de alguns servidores por parte da administração Felipe Lucas gerou outro desconforto e aprofundou ainda mais a conflitiva relação entre os grupos.

Outros aspectos conflitantes surgiram ao longo do tempo, mas em momento algum foram comprovados. Entre estes, surgiram acusações de envolvimento da administração com a farmácia de propriedade do então vice-prefeito Rodrigo Hilgemberg, denúncias de negociações ilícitas envolvendo o legislativo, dentre outras.

Dessa forma, todos os acontecimentos, desde a campanha de 1992 até o início da campanha de 1996, contribuíram de forma contundente para a ferrenha disputa eleitoral que se seguiu.

A “histórica” eleição de 1996 teve, desde seu princípio, um desenrolar conflitante. A todo o momento a disputa era recheada de denúncias, boatos e especulações. No primeiro momento, Van Der Neut se lançou candidato, mas em razão das denúncias advindas da gestão de Lucas, o mesmo desistiu da ideia e deixou o encargo para o então deputado estadual Antonio Toti Colaço Vaz.

Esse fato colocou um novo desenrolar para essa campanha, pois, com a presença de Colaço Vaz na linha de frente do grupo opositor, a situação necessitou repensar atitudes e ações, pois o mesmo possuía uma forte aceitação junto ao eleitorado local. O fato é evidenciado quando o próprio Hilgemberg expõe que Colaço Vaz era um “fenômeno”.

Todavia, Colaço Vaz, por problemas já citados, mesmo conquistando uma acentuada vitória, foi impedido de assumir o cargo, o que levou a um novo processo eleitoral na cidade naquele ano.

Se a primeira eleição já foi acirrada e conflituosa, a segunda eleição foi balizada por situações ainda mais extremistas, proporcionando uma divisão nítida e expressiva entre os grupos políticos e os eleitores. Essa eleição foi recheada de denúncias, recursos e decisões judiciais, que na verdade, expunha, de forma cada vez mais contundente, a dicotomia política existente no município.

Hilgemberg afirmou lamentar todo o ocorrido nesse processo, e apontou que:

Em momento algum nos postamos de forma desleal, apenas buscamos a seriedade nos pleitos que ocorreram e as divergências ocasionadas por esse momento, bem como a angústia por ter sido esse fato o determinante do rompimento de laços de amizade familiar que existia até então entre mim e o candidato Obrzut Neto, foi uma situação a se lastimar.

As relações conflituosas que estavam à beira do colapso foram agravadas. O momento imediatamente após a eleição foi marcado por boatos sobre o ocorrido e o episódio não se encerrou com a declaração do vitorioso por parte do juiz eleitoral.

O pleito de 2000 não passou por momentos conflituosos como o anterior, mesmo com o surgimento de novas suspeitas de que o candidato Colaço Vaz estaria inelegível. O próprio Hilgemberg afirmou que, “o fenômeno Toti Colaço estava de volta e o povo o queria como prefeito”.

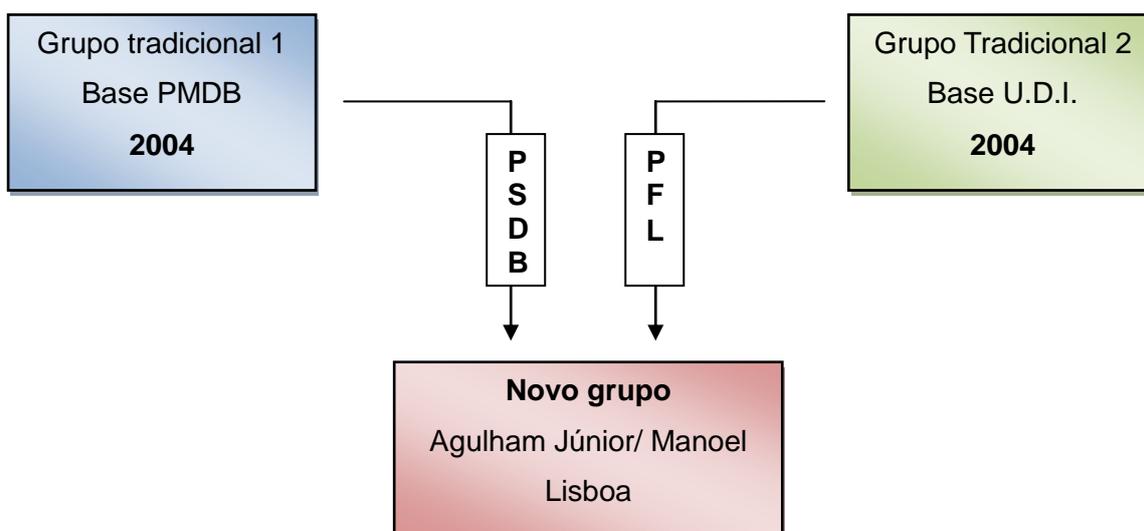
Contudo, o que nenhum dos dois grupos mais tradicionais esperava era um crescimento demasiado da terceira força política iratiense: o Partido dos Trabalhadores.

Assim sendo, esse pleito foi marcado por uma inesperada “brandura” em relação aos conflitos entre os dois grupos. As divergências, dessa vez, ficaram mais no campo político e menos no campo pessoal.

Em 2004 as relações de interesses entre os grupos não levaram a grandes conflitos e podem ser consideradas amenas, talvez pelo fato de que a política local tenha passado, naquele momento, por uma transformação

estrutural em seu escopo. Houve dissidências em ambos os grupos tradicionais que proporcionaram a criação de um novo grupo. Assim, o poder político local passou a ser constituído por quatro grupos políticos que se mantiveram no nível da disputa eleitoral sem acusações de cunho pessoal de destaque relevantes.

**Figura 5. Fragmentação nos grupos tradicionais em 2004**



**Legenda:** —> Direcionamento político-partidário entre os atores/grupos.

**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

**Org:** RIGONI, Emerson.

Em 2008, uma nova mudança ocorreu dentro do cenário político local: a composição de dois grupos, tendo um deles se colocado como uma opção democrática<sup>18</sup>, representada pelo grupo do PMDB, de Jorge Derbli, em detrimento de uma grande aliança construída por atores que outrora se postavam como adversários.

No que diz respeito às relações cooperativas entre os grupos, pode ser observado a presença de adesões entorno dos principais atores de forma diferenciada e em períodos distintos.

O termo aliança pode ser utilizado para designar diversas formas de junção, como aliança militar, comercial, política, entre outros, e combina

<sup>18</sup> A opção democrática refere-se ao PMDB ter lançado candidato, o que não permitiu que a disputa ocorresse em torno de apenas um nome.

elementos distintos, apesar de ser uma aliança, um laço de união. A aliança passa por fases como as de análises e negociações, nas quais cada uma das partes busca contemplar seus interesses, chegando-se a um acordo, ocorre a formalização da mesma. O rito de formalização, por sua vez, atende a dois objetivos principais: cria o sentido de compromisso e fornece elementos para que este compromisso possa ser efetivamente cumprido.

Uma aliança firma-se por prazo determinado ou não e sua fragmentação pode ocorrer de forma consensual ou não.

Em termos políticos, compreende-se que se trata de uma estratégia utilizada pelos partidos com o objetivo de ampliar sua base de apoio. A aplicabilidade da aliança política é salutar na busca pelo fortalecimento de partidos de fraca representatividade eleitoral. Em uma eleição, a aliança tem seu funcionamento mais bem aproveitado quando apenas um candidato, que representa todos os partidos coligados concorre ao cargo, enquanto os demais o apoiam. Em termos gerais, a negociação para consolidar uma coligação tem como moeda de troca a concessão de cargos caso o eleito seja de seu grupo.

Atinná (2008, p. 17), ao debater sobre os interesses, explica que:

A comunhão de interesses é considerada por muitos como condição para a existência de uma Aliança. Estes podem ser idênticos ou suscetíveis de tornar-se idênticos durante a Aliança. Os interesses, inicialmente não idênticos, devem permitir uma convergência de ação; tal convergência possui maior probabilidade de materializar-se quando a base da Aliança for constituída por um grupo de interesses e não apenas por um, interesses que podem ser idênticos, diferentes ou, inicialmente, até contrastantes.

Para esse autor, as alianças podem ser “bi ou multilaterais, secretas ou abertas, temporárias ou permanentes, gerais ou limitadas; podem servir interesses idênticos ou complementares ou fundar-se em interesses puramente ideológicos” (ATINNÁ, 2008, p. 17).

Em termos político-partidários, é comum que se efetuem alianças políticas, mesmo após as eleições, a fim de assegurar a governabilidade, sobretudo nos sistemas parlamentaristas.

Segundo Maranhão (2011, p. 1) a aliança política entre partidos ou entre políticos “trata-se sempre de um jogo de interesses. No entanto, é preciso tomar cuidado no tipo de interesse que está sendo aliançado entre as partes”.

Nesse sentido, o autor sinaliza para dois caminhos:

Um caminho é a formação de alianças políticas na construção de um projeto para o bem comum. As administrações públicas que são construídas com esse ideal costumam ser de sucesso. O governante no poder passa a ser um administrador do projeto que foi construído. O povo sempre sai ganhando quando isso acontece. O exercício do poder se dá de forma clara, transparente, democrática, participativa, coletiva. O outro caminho é a construção de aliança política para satisfazer interesses de grupos ou de pessoas no qual o poder é fatiado entre os aliançados e no qual o interesse público pouco ou nada importa. As administrações assim construídas fazem o povo sofrer. Neste tipo de exercício do poder falta transparência, a democracia existe apenas na retórica, a participação popular é orquestrada e o coletivo se perde no personalismo fisiologista autoritário da gestão pública (MARANHÃO, 2011, p. 1).

O que se percebe na exposição do autor é que em um caminho ocorre o viés democrático enquanto no outro o viés é autoritário. No primeiro, o povo é o protagonista da história, o ator principal, enquanto no segundo o povo torna-se coadjuvante ou um mero figurante.

Por isso, o processo democrático e o amplo exercício da cidadania requerem que o eleitorado vislumbre, a partir das alianças, as possibilidades do exercício do poder.

Nesse sentido, os grupos políticos locais iratiense construíram alianças lançando mão de estratégias eleitorais objetivando o bem comum, a conquista ou a manutenção do poder local. A questão das coligações entre os grupos de poder em Irati foi construída seguindo o mesmo escopo do que foi apresentado na história política iratiense, ou seja, as alianças se deram entre partidos cujos membros possuíam afinidades com os atores principais dentro dos próprios grupos.

Assim sendo, as coligações não passaram por modificações em suas formas no período de 1988 a 2004. O momento maior que proporcionaria uma aliança entre os grupos locais foi rechaçado pelo PT na eleição de 2000,

quando o partido sinalizou uma possível aproximação com o grupo de Felipe Lucas. Entretanto, outras situações não permitiram efetivar essa coligação.

No pleito de 2004 ocorreram as fragmentações nos dois principais grupos, seguidas da construção de um novo grupo, formado por dissidentes de ambos. Dessa forma surgiu o grupo PSDB/DEM liderado por Orlando Agulham Júnior, Manoel Lisboa e Antonio Filipus.

Em 2008 houve uma significativa transformação e as alianças entre os grupos se mostraram mais contundentes. Esse foi o momento que diferentes visões políticas locais se uniram em prol de um nome: Sergio Luiz Stoklos que, naquele momento, conseguiu, enfim, realizar um antigo objetivo que era o de unir todos os grupos locais acabando com as acirradas disputas entre os mesmos.

O único partido que não aderiu a essa aliança foi o PMDB, que entendeu ser o momento propício para lançar chapa pura e oportunizar ao eleitorado uma segunda opção.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No intuito de compreender a realidade local buscou-se, nessa pesquisa, a fundamentação necessária, a partir das abordagens adotadas, para desnudar como a política local se reproduziu e como a mesma se territorializou, levando em consideração as relações entre os grupos de poder político em Irati.

A despeito do que foi descrito, conclui-se que há, ainda, muito que explorar nessa temática para conceituar algo em torno dos territórios de poder. Entretanto, essa análise permitiu a inserção do tema na ciência geográfica, pois, chegou-se a algumas considerações que poderão servir de respaldo para trabalhos posteriores.

Assim sendo, buscou-se entender e expor a forma como a política local construiu sua história na cidade de Irati. Afinal, é importante ressaltar que essa análise é resultante de um estudo centrado nas relações organizadas entre o poder e o espaço.

Contudo, concorda-se com Silva (2007, p. 198) quando esta explana que “tratar das relações entre os grupos de poder, no sentido de melhor explicar suas vinculações, em especial as políticas, é sempre uma tarefa complexa, até porque demanda aniquilar certas resistências dos políticos”. Resistência por parte de alguns atores foram condicionantes que não permitiram uma melhor construção da realidade política local. Mesmo assim, algumas considerações podem ser apresentadas.

a) A história política iratiense não se apresenta como única e exclusiva no cenário nacional e se assemelha, em muitos aspectos, com o que ocorre nos demais municípios da federação. Porém, o que diferencia os diversos contextos políticos praticados na política brasileira são as especificidades locais;

b) Percebe-se que Irati passou por momentos políticos que verticalizadas com as demais escalas (estadual e federal) criados pelo imaginário em torno do “renovar é preciso”. Pode-se dizer que esse “instrumento” foi muito bem utilizado pelos grupos de poder local;

c) A história política local apresentou momentos conflitantes, cujo ápice se deu na eleição de 1996 que, em determinados aspectos extrapolou as questões políticas e chegou a inflamar a vida pessoal dos atores.

d) Durante o período de 1988 a 2000, percebeu-se a “cultura dos dois mandatos”, em que cada um dos grupos de poder, bem definidos tanto entre seus membros quanto para o imaginário social, esteve à frente do executivo em duas gestões. Os atores principais dessa história política local foram Antonio Toti Colaço Vaz, Alfredo Van Der Neut, Orlando Agulham Júnior e Ladislau Obrzut Neto, pelo grupo denominado de “Pés Vermelhos”, e Felipe Lucas, Rodrigo Hilgemberg e Sergio Luiz Stoklos, pela UDI, conhecido também como “Mãos Brancas”;

e) A eleição de 2004 apontou um desmembramento dos dois tradicionais grupos locais e o surgimento de novos atores e grupos, mas seus líderes eram dissidentes filiados ao PSDB e ao PFL (DEM).

f) O pleito de 2008 marcou uma nova fase política em Irati, posto a reunir atores que, em episódios anteriores, foram opositores. Surgiram, também, nesse contexto, outros atores que participaram efetivamente da política local: o empresário Jorge Derbli, do tradicional PMDB e o professor Idemar Beki, do então “renovado” PT.

Portanto, cabe aguardar as novas ações desses atores e grupos para que se possa aprofundar a história política local objetivando demonstrar como a Geografia pode contribuir para o estudo das relações de poder político-partidárias em um determinado território.

## REFERÊNCIAS

ALKIMIM, Sérgio Vaz. O que é política. Revista Estampa. Ano 10. Edição 102, maio de 2009. Disponível em <[http://sintrafesc.org.br/estampa/encarte\\_mai09.pdf](http://sintrafesc.org.br/estampa/encarte_mai09.pdf)> Acesso em 10 mai 2010.

ALMEIDA, Cosma Ribeiro de. O *carisma* no espetáculo da política: a contribuição de Max Weber. Disponível em: [http://www.revistavinheta.com/textos/carisma\\_politica.pdf](http://www.revistavinheta.com/textos/carisma_politica.pdf)). Acesso em 10/03/2011.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ATINNÁ, Fulvio. Aliança. In: BOBBIO, Norbert et al. **Dicionário de política**. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, v. 1 e 2, 2008.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

BARBOSA, Ruy. Vergonha. Disponível em: <[http://www.politicus.org.br/ruy\\_barbosa.htm](http://www.politicus.org.br/ruy_barbosa.htm)> Acesso em 12 jan 2011.

BOBBIO, Norbert et al. **Dicionário de política**. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, v. 1 e 2, 2008.

BRAUD, Philippe. **Introdução à ciência política**. Lisboa: Editorial Notícias – EPNC, 1982.

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI. Fique por dentro de tudo o que ocorre em nossa Casa de Leis. Disponível: <<http://www.camaradeirati.pr.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2010.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Poder local nas grandes aglomerações urbanas: participação, regionalização e metropolização. In: AVANCINI, Sérgio; TREVAS, Vicente (org's). **Poder local e constituinte**. São Paulo: EDUC, 1987.

CASTRO, Iná E. de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CREMONESE, Dejalma. Teoria do estado contemporâneo. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. Disponível em: <[http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/arquivos/mt/EaD\\_Teoria\\_Estado\\_Contemporaneo%20final.pdf](http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/arquivos/mt/EaD_Teoria_Estado_Contemporaneo%20final.pdf)>. Acesso em 16 de maio de 2010.

CUNHA, Fernando Whitaker da. **Representação política e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981.

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. In: **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo: Editora Parma, Ano VIII, n. 24, 1988.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. **Política e governo**. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FARAH, Audrey; GUIL, Chico; PHILIPPI, Silvio. **Irati 100 anos**. Curitiba, PR: Arte, 2008.

FERNANDES NETO, Álvaro Francisco. Gestão de Conflitos, ano II, v.4, p. 1-16, 2º Semestre, São Paulo: THESIS 2005. Disponível em: <[http://profjayrfigueiredo.com.br/CH AC 20.pdf](http://profjayrfigueiredo.com.br/CH_AC_20.pdf)>. Acesso em 20 mar 2011.

FERREIRA, Fábio. Revolução de 30: fatos precursores. Revista Tema Livre, 2ª Ed. Niterói, 2002. Disponível em <<http://www.revistatemalivre.com/>>. Acesso em 10 de junho de 2010.

FISCHER, Tânia. O poder local no Brasil: temas de pesquisa e desafios da transição. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, abr/jun., N. 2, 1991.

\_\_\_\_\_. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v4, out./dez., 1992, p. 105 – 113.

FISCHER, Tânia; CARVALHO, Juvenilda. Poder local, redes sociais e gestão pública em Salvador-Bahia. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Poder local: governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no ocidente. Revista Lua Nova. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.praxis.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/praxis/350/Sobre%20as%20origens%20e%20o%20desenvolvimento%20do%20Estado%20moderno%20no%20Ocidente.pdf?sequence=1>> Acesso em 17 de maio de 2010.

FREIRE, Madalena. O que é um grupo. Disponível em: <http://www.famema.br/capacitacao/oqueeumgrupo.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2011.

GAMA, Claudio Marcio Araujo da. Ciência política: Poder político institucional e as teorias de Estado. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/ciencia-politica-poder-politico-institucional-e-as-teorias-de-estado/20239/#>> Acesso em: 10 abr. 2011.

GIACCHETTO, Cybele Padoan. Você sabe o que é conflito?...Tem certeza? Disponível em: <<http://padoan.blogspot.com/2008/09/voc-sabe-o-que-conflito-tem-certeza.html>>. Acesso em jan. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GURR, Ted Robert. **Manual do conflito político**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_. Nossos Clássicos: La Blache, Ratzel e a “Geografia Política. Disponível em: <[www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/.../78](http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/.../78)> Acesso em 10 jul. 2011.

HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo de poder local 1945 – 1965. Chapecó: Argos, 2000.

HENRIQUES, Mendo Castro. Aristóteles. In: **Política texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 20 de maio de 2010.

IPARDES. Instituto paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

KIEL, Roberto. Políticas. In: **Jornal Folha de Irati**, Irati, p. 03, ano XVIII, nº 872, 11 abr 1992.

\_\_\_\_\_. Políticas. In: **Jornal Folha de Irati**, Irati, p. 03, ano XIX, nº 878, 23 mai 1992.

\_\_\_\_\_. Políticas. In: **Jornal Folha de Irati**, Irati, p. 03, ano XIX, nº 891, 22 ago 1992.

\_\_\_\_\_. Políticas. In: **Jornal Folha de Irati**, Irati, p. 03, ano XIX, nº 893, 05 set 1992.

LACOSTE, Yves. **Dicionário de Geopolítica**. Paris: Flammarion, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. 3ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 22ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**: Comentado por Napoleão Bonaparte. 8ª Ed. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 1997.

MARANHÃO, Reis. Sobre alianças políticas. Disponível em: <[http://www.ilhasolteira.net/inet/index.php?option=com\\_content&view=article&id=452:sobre-aliancas-politicas&catid=16:reis-maranhao&Itemid=16](http://www.ilhasolteira.net/inet/index.php?option=com_content&view=article&id=452:sobre-aliancas-politicas&catid=16:reis-maranhao&Itemid=16)>. Acesso em 20 mar 2011.

MARR, Wolfgang Leo. **O que é política**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

MERCIER, Guy. A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. **Annales de Géographie**, n. 583, 1995.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **O homem e a política**: atitudes ante o poder uma contribuição para a democracia. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

ORREDA, José Maria. **Irati**. Vol. III. Irati: EDIPAR, 1981.

PARSONS, Talcott. Poder, partido e sistema. In: AMORIN, Maria Stella de. (org) **Sociologia política II**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 9 - 21.

PASQUINO, Gianfranco. Conflito. In: BOBBIO, Norbert et al. **Dicionário de política**. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, v. 1 e 2, 2008.

Prefeitura Municipal de Irati. Disponível em: <http://www.irati.pr.gov.br/>. Acesso em 20 de março de 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S. A., 1993.

SADER, Éder. Poder local e participação popular. In: AVANCINI, Sérgio; TREVAS, Vicente (org's). **Poder local e constituinte**. São Paulo: EDUC, 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTIN, Janaína Rigo. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis. Disponível em [http://www.sociologia.ufsc.br/npms/janaina\\_rigo\\_santin.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/janaina_rigo_santin.pdf) Acesso em 20 de maio de 2010.

SILVA, Márcia da. **Territórios Conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná**. 2005. 264 f. Tese. (Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente

Prudente. TRE. Resultados das eleições. Disponível em <<http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>> Acesso em 25 mai. 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná. Elias. de; GOMES, Paulo. Cezar. da Costa.; CORRÊA, Roberto. Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.

SOUZA, Maria Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa - ômega, 1990.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>> Acesso em 25 mai. 2009.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>>. Acesso em 30 jan. 2011.

VAINER, Carlos B. As escala do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Rio de Janeiro. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, jan/abr 2002.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

VANALLI, T. R. (Org.) **Apostila de normalização documentária (com base nas normas da ABNT)**. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

## Jornais

JORNAL FOLHA DE IRATI, Irati, p. 01, nº409, 01 mai 1982.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 07, nº 410, 08 mai 1982.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 01, nº 411, 15 mai 1982.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 07, nº 415, 19 jun 1982.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 01, nº 420, 31 jul 1982.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 01, nº 422, 14 ago 1982.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 01, nº 438, 11 dez 1982.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XIX, nº 877, 16 mai 1992.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XIX, nº 878, 23 mai 1992.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XIX, nº 879, 28 mai 1992.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XIX, nº 885, 11 jul 1992.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XIX, nº 893, 05 set 1992.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 01, ano XIX, nº 895, 19 set 1992.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XIX, nº 896, 26 set 1992.

\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XIX, nº 910, 16 jan 1993.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XIX, nº 916, 27 fev 1993.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XIX, nº 917, 06 mar 1993.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XIX, nº 923, 17 abr 1993.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XXI, nº 1080, 06 jul 1996.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XXI, nº 1087, 24 ago 1996.  
\_\_\_\_\_, Irati, p.01, ano XXI, nº 1092, 28 set 1996.  
\_\_\_\_\_, Irati, p.03, ano XXI, nº 1093, 12 out 1996.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XXI, nº 1095, 26 out 1996.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XXI, nº 1104, 11 jan 1997.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XXVII, nº 1262, 12 mai 2000.  
\_\_\_\_\_, Irati, p.03, ano XXVII, nº 1263, 19 mai 2000.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XXVII, nº 1269, 30 jun 2000.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XXVII, nº 1271, 15 jul 2000.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 05, ano XXVII, nº 1278, 01 set 2000.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XXVII, nº 1280, 16 set 2000.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XXX, nº 1458, 28 mai 2004.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XXX, nº 1463, 02 jul 2004.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano XXXV nº 1673, 03 out 2008  
JORNAL HOJE CENTRO SUL, Irati, p. 05, ano V, nº 224, 28 jul 2004.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 07, ano VIII, nº 232, 22 set 2004.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 05, ano VIII, nº 424, 02 jul, 2008.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 11, ano VIII, nº 431, 20 ago 2008.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano VIII, nº 433, 10 set 2008.  
JORNAL IRATI HOJE, Irati, p. 04, ano i, nº 28, 07 jul 2000.  
\_\_\_\_\_, Irati, p. 03, ano i, nº 42, 30 dez 2000.

## **Entrevistas**

Van Der Neut, Alfredo. Irati, 31 jan 2011. (60 min.) Entrevista concedida a Emerson Rigoni.

Antonio Toti Colaço Vaz. Irati, 31 jan 2011. (60 min.) Entrevista concedida a Emerson Rigoni.

Idemar Beki. Irati, 05 nov. 2010. Entrevista concedida a Emerson Rigoni.

Luiz Rodrigo de Almeida Hilgemberg. Irati, 31 jan 2011. (60 min.) Entrevista concedida a Emerson Rigoni.

Marcos Antonio Gemieski. Irati, 05 nov. 2010. Entrevista concedida a Emerson Rigoni.

Orlando Agulham Júnior. Irati, 05 nov. 2010. Entrevista concedida a Emerson Rigoni.

Trajano Gracia. Irati, 05 nov. 2010. Entrevista concedida a Emerson Rigoni.

## **ANEXOS**



PUBLICADO EM SESSÃO

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO Nº 14.755  
(13.11.96)

**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 14.755 - PARANÁ (34ª Zona - Irati).**

**Relator:** Ministro Diniz de Andrada.

**Recorrente:** Antônio Toti Colaço Vaz, candidato a Prefeito.

**Advogados:** Drs. Nataniel Ricci e outra.

**Recorridas:** Seções Municipais do PDT e PFL.

**Advogados:** Drs. Almir Hoffman de Lara Júnior e outros.

Registro - Inelegibilidade (art. 1º, II, "i", da LC nº 64/90).

Agravo retido de que não se conhece.

Ausência de indicação de texto legal violado ou de comprovação de dissídio jurisprudencial.

Pretensão de reexame de matéria fática.

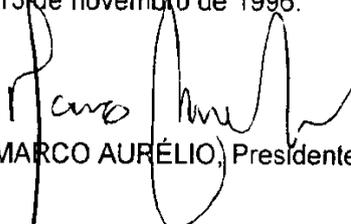
Recurso não conhecido.

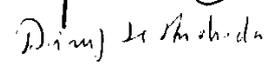
Vistos, etc.,

Acordam os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos das notas taquigráficas em anexo, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 13 de novembro de 1996.

  
Ministro MARCO AURÉLIO, Presidente

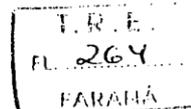
  
Ministro DINIZ DE ANDRADA, Relator

Anexo 2 – Recurso proposto pelo MPP



Publ. DJE nº 6371 de 19/05/2003

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ



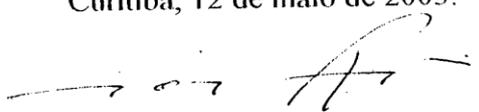
RECURSO CONTRA DIPLOMAÇÃO Nº 3062 – CLASSE 2ª  
PROCEDÊNCIA : IRATI (34ª ZE)  
RECORRENTES : COLIGAÇÃO MOVIMENTO POPULAR  
PROGRESSISTA (MPP); PMDB; PSDB; PTB;  
LADISLAO OBRUTZ NETO E GERMANO  
STRASSMANN  
ADVOGADOS : DRS. LUIZ FERNANDO MARTINS BONETTE E IEDA  
R. S. WAYDZIK  
RECORRIDOS : LUIZ RODRIGO DE ALMEIDA HILGEMBERG E  
SÉRGIO LUIZ STOKLOS  
LITISCONSORTE NECESSÁRIO: COLIGAÇÃO UNIÃO PROGRESSISTA  
IRATIENSE  
ADVOGADOS : DRS. NELSON SCHIAVON RACHINSKI, MARCIO  
TADEU BRUNETTA E MARCOS PUPPI RACHINSKI  
RELATORA : DRA. CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI  
REVISOR : DR. CESAR ANTONIO DA CUNHA

**EMENTA** - Recurso contra Diplomação de candidatos vencedores das eleições municipais majoritárias de 1996. Alegação de abuso de poder econômico e administrativo durante a campanha eleitoral. Cumprimento integral do mandato dos recorridos. Perda de objeto da ação que visa a cassação da diplomação.

**Acórdão nº 27055**

Vistos, relatados e discutidos os autos citados, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, à unanimidade de votos, em julgar extinto o presente Recurso contra Diplomação, diante da perda de objeto, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão.

Curitiba, 12 de maio de 2003.

  
**PRESIDENTE**

  
**RELATORA**

  
**REVISOR**

  
**PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL**

## Roteiro de entrevista

Alfredo Van Der Neut

- 1 – Local do nascimento
- 2 – Escolaridade, área de formação, instituição onde graduou?
- 3 – Atividades profissionais
- 4 – Quais os cargos políticos que ocupa ou já ocupou?
- 5 – Qual partido pertence atualmente? Por quê? Já mudou de partido? Por quê?
- 6 - Comente como iniciou a sua história na vida política local.
- 7 – Sobre a campanha de 1982, como ela se desenvolveu? A que o senhor atribuiu o resultado dessa eleição? Quais os pontos marcantes de sua gestão como vice-prefeito? Como foi a relação com o prefeito durante o mandato?
- 8–Sobre a campanha de 1988, como ela se desenvolveu? A que o senhor atribui o resultado? Como o senhor encontrou a prefeitura ao assumir o mandato? Quais os pontos marcantes de sua gestão enquanto prefeito? Como foi a relação com o vice-prefeito? Quais foram os principais apoiadores de sua campanha?
- 9 – E o “disputado” pleito de 1996? O que o senhor pode falar sobre ele?
- 10 – E nos demais pleitos municipais? Qual foi sua participação/contribuição nos mesmos?
- 11 – Na disputa de 2008 uma grande aliança em torno do nome de Sergio Stoklos. Como o senhor viu essa situação? Qual sua participação nessa campanha? E a “opção democrática” proposta pelo PMDB, qual sua opinião? O senhor entende esse pleito como uma quebra de paradigma nas eleições locais?
- 12 – Quais são suas perspectivas futuras na política local?
- 13 – Qual sua leitura sobre a política local?

## Roteiro de entrevista

Antonio Toti Colaço Vaz

1 – Local do nascimento

2 – Escolaridade, área de formação, instituição onde graduou?

3 – Atividades profissionais

4 – Quais os cargos políticos que ocupa ou já ocupou?

5 – Qual partido pertence atualmente? Por quê? Já mudou de partido? Por quê?

6 - Comente como iniciou a sua história na vida política local.

7 – sobre a campanha de 1982, como ela se desenvolveu? A que o senhor atribui o resultado dessa eleição? Quais os pontos marcantes de sua gestão como prefeito? Como foi sua relação com o vice-prefeito? Como o senhor encontrou a prefeitura ao assumir o cargo? Quais foram os principais apoiadores de sua campanha?

8 – E o “disputado” pleito de 1996? O que o senhor pode falar sobre ele? E a questão das duas eleições no mesmo ano e o conturbado resultado, o que o senhor pode acrescentar desse episódio?

9 – E nos demais pleitos municipais? Qual foi sua participação/contribuição nos mesmos?

10 – Sobre a campanha de 2000, a que o senhor atribui grande votação do Partido dos trabalhadores nesse pleito? Qual sua avaliação sobre o resultado dessa eleição? Como foi sua relação com o vice-prefeito: como estava a prefeitura ao assumir o cargo? Quais os principais grupos que apoiaram sua campanha?

11 – Na disputa de 2008 uma grande aliança em torno do nome de Sergio Stoklos. Como o senhor viu essa situação? Qual sua participação nessa campanha? Como ocorreu essa aliança entre o PDT e o PSB? E a “opção democrática” proposta pelo PMDB, qual sua opinião?

12 – Quais são suas perspectivas futuras na política local?

13 – Qual sua leitura sobre a política local?

## **Roteiro de entrevista**

Idemar Beki

1 – Local do nascimento

2 – Escolaridade, área de formação, instituição onde graduou?

3 – Atividades profissionais

4 – Quais os cargos políticos que ocupa ou já ocupou?

5 – Qual partido pertence atualmente? Por quê? Já mudou de partido? Por quê?

6 - Comente como iniciou a sua história na política e na política local ?

7 – Sobre a campanha de 2000, a que o senhor atribui a grande votação do Partido dos Trabalhadores nesse pleito? Enquanto candidato a prefeito, quais foram suas expectativas e propostas nessa disputa? Quais os grupos e atores políticos (na escala local e estadual), sociais (famílias tradicionais) e empresários que apoiaram a candidatura? Qual sua avaliação sobre o resultado dessa eleição? O partido lançou “chapa pura”, contudo houve uma tentativa de coligação, quais foram os pontos marcantes dessa proposta?

8 – E nos demais pleitos municipais? Qual foi sua participação/contribuição nos mesmos? Qual sua leitura sobre a verticalização dos diferentes grupos políticos em torno do nome de Sergio Stoklos no pleito de 2008? E a “opção democrática” proposta pelo PMDB nessa mesma eleição? Quais são suas perspectivas futuras na política local?

9 – Qual a leitura que o senhor faz a respeito da política local?

## **Roteiro de entrevista**

Luiz Rodrigo de Almeida Hilgemberg

1 – Local do nascimento

2 – Escolaridade, área de formação, instituição onde graduou?

3 – Atividades profissionais

4 – Quais os cargos políticos que ocupa ou já ocupou?

5 – Qual partido pertence atualmente? Por quê? Já mudou de partido? Por quê?

6 - Comente como iniciou a sua história na vida política local.

7 – Sobre a campanha de 1992, como ela se desenvolveu? A que o senhor atribui o resultado dessa eleição? Quais foram os pontos principais de sua gestão como vice-prefeito? Como foi a relação com o prefeito durante o mandato?

8 – E o “disputado” pleito de 1996? O que o senhor pode falar sobre ele? E a questão das duas eleições no mesmo ano e o conturbado resultado, o que o senhor pode acrescentar desse episódio? Como estava a prefeitura ao assumir o cargo? Quais grupos políticos o apoiaram nessa eleição?

9 – E nos demais pleitos municipais? Qual foi sua participação/contribuição nos mesmos?

10 – Na disputa de 2008 uma grande aliança em torno do nome de Sergio Stoklos. Como o senhor viu essa situação? Qual sua participação nessa campanha? Como ocorreu essa aliança entre o Democratas e o PSB? E a “opção democrática” proposta pelo PMDB, qual sua opinião?

11 – Quais são suas perspectivas futuras na política local?

12 – Qual sua leitura sobre a política local?

## Roteiro de entrevista

Marcos Antonio Gemieski

1 – Local do nascimento

2 – Escolaridade

3 – Atividades profissionais

4 – Quais os cargos políticos que ocupa ou já ocupou?

5 – Qual partido pertence atualmente? Por quê? Já mudou de partido? Por quê?

6 - Comente como iniciou a sua história na vida política local

7 – Sobre a campanha de 2000, a que o senhor atribui a grande votação do Partido dos Trabalhadores nesse pleito? Enquanto candidato a vice prefeito, quais foram suas expectativas e propostas nessa disputa? Qual sua avaliação sobre o resultado dessa eleição?

8 – E nos demais pleitos? Qual foi sua participação/contribuição nos mesmos?Quais são suas perspectivas futuras na política local?

## Roteiro de entrevista

Orlando Agulham Junior

1 – Local do nascimento

2 – Escolaridade, área de formação, instituição onde graduou?

3 – Atividades profissionais

4 – Quais os cargos políticos que ocupa ou já ocupou?

5 – Qual partido pertence atualmente? Por quê? Já mudou de partido? Por quê?

6 - Comente como iniciou a sua história na vida política local.

7 – Sobre a campanha de 1992, como ela se desenvolveu? Quem o senhor apoiou para prefeito e por quê? A que o senhor atribui o resultado dessa eleição? Sobre a vereança, o que marcou nesse período?

8 – E o “disputado” pleito de 1996? O que o senhor pode falar sobre ele?

9 – E nos demais pleitos municipais? Qual foi sua participação/contribuição nos mesmos?

10 – Na disputa de 2008 uma grande aliança em torno do nome de Sergio Stoklos. Como o senhor viu essa situação? Qual sua participação nessa campanha? Como ocorreu essa aliança? E a “opção democrática” proposta pelo PMDB, qual sua opinião?

11 – Quais são suas perspectivas futuras na política local?

12 – Qual sua leitura sobre a política local?

## **Roteiro de entrevista**

Trajano Gracia

1 – Local do nascimento

2 – Escolaridade, área de formação, instituição onde graduou?

3 – Atividades profissionais

4 – Quais os cargos políticos que ocupa ou já ocupou?

5 – Qual partido pertence atualmente? Por quê? Já mudou de partido? Por quê?

6 - Comente como iniciou a sua história na política e na política local ?

7 – Sobre a campanha de 2000, a que o senhor atribui a grande votação do Partido dos Trabalhadores nesse pleito?

8 – E nos demais pleitos municipais? Qual foi sua participação/contribuição nos mesmos? Qual sua leitura sobre a verticalização dos diferentes grupos políticos em torno do nome de Sergio Stoklos no pleito de 2008? E a “opção democrática” proposta pelo PMDB nessa mesma eleição? Quais são suas perspectivas futuras na política local?

9 – Qual a leitura que o senhor faz a respeito da política local?